

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**MULHERES QUE (DES)APRENDEM A SER MULHERES NA TRADIÇÃO
CATÓLICA DESCONSTRUINDO MODELOS DE OPRESSÃO ATRAVÉS DA
FORMAÇÃO DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES**

Graciela Patrícia Cornaglia

Orientadora: Profa. Dra. Edla Eggert

São Leopoldo, 2007.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**MULHERES QUE (DES)APRENDEM A SER MULHERES NA TRADIÇÃO
CATÓLICA DESCONSTRUINDO MODELOS DE OPRESSÃO ATRAVÉS DA
FORMAÇÃO DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, como requisito parcial para obtenção de grau de
mestre em Educação.

Graciela Patrícia Cornaglia

Orientadora: Profa. Dra. Edla Eggert

São Leopoldo, setembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Edla Eggert, pela parceria nos livros, na busca de novos saberes, no carinho e na caminhada.

À Adveniat por ter oportunizado meu retorno à Academia, em especial a Norbert Bolte, amigo de todas as horas.

Ao CECA e toda a sua equipe: Romi, Sônia, Sandra, Beti, Cláudio e Tere, pelo espaço de trabalho, pesquisa, apoio, acolhida e carinho.

Ao Pe.Orestes e ao Pe.Arturo Paoli, que viabilizaram uma nova experiência de vida para mim, desde a Educação Popular e a Teologia da Libertação.

A todos/as os/as professores/as do PPG, em especial à professora Maria Clara, e às/aos colegas, em especial à Graziela, Ana Cláudia, Karine e ao Dalmo.

À minha família: Mami, Neno, Stella, Cláudio, Roxana, Ezequiel e Gianella, por me incentivarem a viver esta caminhada.

À minha família no carinho e no convívio: Carla, Eliene, Márcia, Fábio, Manoel, Mía, Sarita, Nilza e Maria Eduarda.

Às minhas inseparáveis parceiras na luta e militância, Alda, Roseli e a todo o movimento de mulheres.

Ao Môr, pela amizade e disponibilidade em ir e vir com livros que eram indispensáveis para minha pesquisa.

A Clair Ribeiro Ziebell, Roque e Odete, com quem, por quase vinte anos, me aventurei na amizade, no trabalho e no sonho.

A todas as PLPs que com a convivência, a partilha e o carinho me permitem aprender com elas e ser educada.

Meu agradecimento especial é para Xica, Suzana, Margarida, Olívia e Fernanda, pela sua generosidade, carinho e disponibilidade em compartilhar suas histórias de vida com outras mulheres e contribuir no tecido desta dissertação.

RESUMO

O Projeto Acesso Popular a Justiça (APJ) promove o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs). As PLPs são mulheres que, depois de fazerem o curso de capacitação na área de legislação e direitos humanos, com ênfase nos direitos das mulheres, procuram ser agentes multiplicadoras de informações nas suas comunidades. O CECA (Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria) foi a ONG que inaugurou essa formação no âmbito do município de São Leopoldo e, há trinta e quatro anos, desenvolve vários projetos em uma perspectiva ecumênica e de educação popular. As PLPs, apoiadas por essa instituição, desenvolvem ações de escuta, apoio, denúncia, prevenção à violência, defesa da cidadania e encaminhamentos das mulheres em situação de violência aos órgãos competentes. Por meio dessas ações, da organização e articulação das mulheres, um desafio que se apresenta e que elas aceitam é a luta por direitos e pela implantação de políticas públicas de gênero.

A maioria das PLPs formadas pelo CECA é oriunda de comunidades religiosas cristãs e muitas vem da Igreja Católica. Por isso, o problema desta pesquisa se apresenta na seguinte formulação: *como as mulheres que aprendem a ser mulheres por meio do modelo hierárquico e androcêntrico da Igreja Católica recriam essa identidade a partir de suas experiências de vida, em especial quando participam do APJ e do Curso de Promotoras Legais Populares?* Para desenvolver este trabalho, foram utilizados pressupostos de Educação Popular e da Epistemologia Feminista e, como recurso metodológico, a recriação da pesquisa formação de Marie Christine Josso por meio das histórias de vida de cinco mulheres que realizaram o Curso de PLPs em diferentes anos. Concluímos que as entrevistadas demonstram ter capacidade criativa para, no seu cotidiano, desconstruir o modelo hierárquico e androcêntrico e viver de modo mais autônomo e prazeroso consigo mesmas, com sua fé. Elas produzem outros modos de viver em um mundo com menos violência e tentam, de diversas formas, colocar em prática as aprendizagens decorrentes da formação que iniciaram nos cursos do Projeto de Acesso Popular à Justiça.

Palavras-chave: Teologia da Libertação - Educação Popular - Epistemologia Feminista - Histórias de Vida - Promotoras Legais Populares

RESUMEN

El Proyecto Acceso Popular a Justicia, promueve el Curso de Formación de Promotoras Legales Populares. Las Promotoras Legales Populares son mujeres que después de hacer el curso de capacitación en Legislación y Derechos Humanos con énfasis en los derechos de las mujeres, son agentes multiplicadoras de informaciones en sus comunidades.

El Centro Ecuménico de Evangelización, Capacitación y Asesoría fue la organización no gubernamental que inauguró esta formación en San Leopoldo y hace treinta y cuatro años que desarrolla varios proyectos desde una perspectiva Ecuménica y de la Educación Popular. Las Promotoras Legales Populares apoyadas por el CECA, ejecutan acciones de escucha, apoyo, denuncia y prevención contra la violencia, defensa de la ciudadanía y direccionan a las mujeres en situación de violencia a los órganos competentes.

A través de estas acciones, de la organización y articulación de estas mujeres, un desafío que se presenta y que ellas abrazan es la lucha por derechos y la implantación de políticas públicas de género.

La mayoría de las PLP's formadas por el Centro Ecuménico de Evangelización, Capacitación y Asesoría son oriundas de comunidades religiosas cristianas y muchas de ellas de la Iglesia Católica. Por eso el problema de esta investigación se presenta de la siguiente manera: *Como las mujeres que aprenden a ser mujeres a través del modelo jerárquico y androcéntrico de la Iglesia Católica, recrean esa identidad a partir de sus experiencias de vida, en especial, cuando participan del Proyecto Acceso Popular a Justicia y del Curso de Promotoras Legales Populares?*

Para desenvolver este trabajo fueron utilizados presupuestos de la Educación Popular y de la Epistemología Feminista, y como recurso metodológico la recreación de la investigación formación de Marie Christine Josso a través de Las Historias de Vida de cinco mujeres que realizaron el curso de PLP's en diferentes años. Concluimos que estas mujeres demuestran una capacidad creativa para, desde su cotidiano, desconfigurar el modelo jerárquico y androcéntrico que aprendieron y vivir de una manera más autónoma y placentera con ellas mismas, con su fe.

Ellas producen otros modos de vivir en un mundo con menos violencia, intentando diversas formas de colocar en práctica lo aprendido en el curso a partir del proyecto Acceso Popular a Justicia.

Palabras Llave : Teología de la Liberación - Educación Popular - Epistemología Feminista - Historias de Vida – Promotoras Legales Populares.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I - METODOLOGIAS NO PROCESSO DA INVESTIGAÇÃO: APRENDENDO A FAZER INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	4
1.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA FORMAÇÃO: A RECRIAÇÃO DO MÉTODO DE MARIE CHRISTINE JOSSO A PARTIR DAS LEITURAS FEMINISTAS E DA EDUCAÇÃO POPULAR	8
1.2 HISTÓRIAS DE VIDA E FEMINISMO	16
1.3 PESQUISA DOCUMENTAL.....	17
II TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR: CONSEQÜÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA DE UM COTIDIANO NA AMÉRICA LATINA.....	19
2.1 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O DESAFIO DO MÉTODO	19
<i>2.1.1 As Teólogas e a Teologia da Libertação</i>	<i>25</i>
2.2 O CECA: SUA HISTÓRIA E ENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	26
<i>2.2.1 O contexto geográfico do CECA e seus alcances.....</i>	<i>28</i>
<i>2.2.2 As Diversas Fases do CECA.....</i>	<i>32</i>
<i>2.2.3 A temática de gênero nos Trienais do CECA.....</i>	<i>33</i>
2.3 ORIGENS DE PROJETO ACESSO POPULAR À JUSTIÇA – [APJ] E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CECA	35
<i>2.3.1 A Educação Popular no Projeto Acesso Popular à Justiça e com as Promotoras Legais Populares.....</i>	<i>42</i>
<i>2.3.2 O CECA, a Educação Popular, a Teologia da Libertação, o ecumenismo e a questão da violência contra as mulheres.....</i>	<i>45</i>
III - OLHARES DO MUNDO CATÓLICO SOBRE AS MULHERES	49
3.1 A MULHER NOS DOCUMENTOS DA IGREJA.....	50
3.2 O PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II E AS MULHERES	54
3.3 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA	62
3.4 MODELOS DE MULHER: EVA OU MARIA?	64
<i>3.4.1 Eva.....</i>	<i>66</i>
<i>3.4.2 Maria</i>	<i>67</i>

IV HISTÓRIAS DE VIDA: RECRIAÇÃO DA METODOLOGIA DE MARIE CHRISTINE JOSSO. FEMINISMO? EDUCAÇÃO POPULAR? UM CAMINHAR PARA SI... E UM CAMINHAR PARA MIM.....	70
4.1 VALORES CULTURAIS OU DES-VALORES?.....	72
4.2 OLHARES DE ALGUMAS MULHERES SOBRE O MUNDO CATÓLICO.....	76
4.2.1 <i>Gênero.....</i>	76
4.2.2 <i>Algumas considerações sobre o Poder Patriarcal.....</i>	78
4.2.3 <i>Como elas chegaram a ser o que são hoje? Uma experiência de vida.....</i>	84
4.3 NOSSO “CAMINHAR PARA SI” OU “PARA NÓS” ATÉ O PROJETO ACESSO POPULAR A JUSTIÇA.....	86
4.3.1 <i>Exclusão, questionamentos, tradição, transgressão, solidariedade: sonho, desejo e luta por um mundo mais justo.....</i>	89
4.3.2 <i>O Curso, o Projeto Acesso Popular a Justiça e a Caminhada.....</i>	92
4.3.3 <i>Gênero como instrumento de análise e novas relações de Poder.....</i>	94
4.4 TRILHANDO NOVOS CAMINHOS.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	118

INTRODUÇÃO

Elas estão chegando
Chegando como vento forte.
Chegando com vida e morte
Chegando para questionar
Chegando pra mudar
Chegando sempre com doçura
Chegando com muita cintura
Chegando pra encantar
Chegando pra alegrar
(Valdomiro Marcos)

Elas estão chegando e gerando novas possibilidades, para além do silêncio imposto hierarquicamente pela cultura patriarcal cristã. Elas estão chegando para denunciar a opressão e anunciar um advento de festa, com vinho novo em odres novos. Desde tal perspectiva, busco problematizar as relações de poder na tradição católica, relacionadas à construção da identidade da mulher, pontuando o processo de desconstrução desses modelos e paradigmas opressores, por meio do processo de formação e organização das Promotoras Legais Populares, do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA – na cidade de São Leopoldo (RS).

Por isso, nesta pesquisa de mestrado, busquei analisar: *Como mulheres que aprendem a ser mulheres através do modelo hierárquico e androcêntrico da Igreja Católica, recriam essa identidade a partir das suas experiências de vida, em especial quando participam do Projeto Acesso Popular a Justiça e do Curso de Promotoras Legais Populares?* Meu objetivo foi pesquisar sobre a vida, a prática cotidiana e os processos educativos vivenciados por essas mulheres, resgatando, em forma de histórias de vida, as narrativas e escritas que podem destacar a construção de alternativas diferentes ao modelo de mulher aprendido e vivido no seio da Igreja Católica, dentro de um modelo hierárquico e androcêntrico.

O tema da pesquisa é relevante porque as Promotoras atuam nos âmbitos municipal e regional, liderando várias instâncias comunitárias, dentro e fora da Igreja. Elas são referência hoje no município de São Leopoldo, dentro do movimento de mulheres. Essas referências indicam que, mesmo recebendo uma formação religiosa que restringe a autonomia das mulheres para administrar suas próprias vidas, elas transgridem-na.

Esse projeto investigativo está profundamente vinculado com a minha história de vida e profissional. Sou oriunda de uma família argentina, católica e tradicional. Vim ao Brasil com bolsa de uma instituição católica alemã – Missionzentrale der Franciskaner (MZF) – para realizar uma experiência em uma Pastoral Popular. Insi-me em uma ocupação de terras apoiada pela Caritas¹ Diocesana, acompanhando todo o processo (morando no local) até a criação de uma Cooperativa. Na ocupação, trabalhei especificamente com as mulheres e vivi de perto o modo como as relações de poder estavam dadas: embora as mulheres fossem as geradoras de organização e criadoras de alternativas, ainda assim, na hora de tomar decisões, o poder ficava nas mãos dos homens.

Quando minha bolsa terminou, eu decidi ficar no Brasil. Trabalhei dez anos em uma paróquia como coordenadora da *Caritas*, liberada em tempo integral para as tarefas dessa função. A Paróquia tinha, e ainda tem, engajamento nas lutas populares, tendo as mulheres como as principais protagonistas. No Plano Pastoral da Paróquia, a prioridade era a Pastoral da Mulher, cujo objetivo consistia em “Realizar uma ação efetiva nas comunidades da Paróquia, recuperando a dignidade e auto-estima das mulheres, porque elas são as principais portadoras e realizadoras dos planos de Deus, que se fez homem para nos salvar e libertar” (Plano Pastoral da Paróquia Santo Inácio, 1991, p. 5)

Apesar das mulheres dos grupos da Paróquia serem as principais “portadoras e realizadoras”, de terem uma boa organização, como por exemplo: 12 grupos de mulheres, participação e liderança nas comunidades eclesiais de base, nos movimentos de mulheres a nível municipal, diocesano e estadual, renovarem as celebrações litúrgicas, refletirem sobre a igualdade de direitos e participarem nas lutas dos movimentos populares, de novo, era Deus feito HOMEM que nos salvava e libertava.

Em 1998, junto com outras mulheres da paróquia, fiz o primeiro curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs). Em 1999, comecei a trabalhar no CECA, coordenando o segundo curso de PLPs. Desde então, trabalho no CECA em tempo integral, primeiramente

¹ Caritas organização da Igreja Católica de caráter internacional que apóia e trabalha com as pastorais, movimentos sociais e educação Popular.

como coordenadora das PLPs e atualmente como coordenadora de todo o Projeto Acesso Popular a Justiça.

Para fundamentar a presente investigação, busquei sustentação teórica na Educação Popular e na Epistemologia Feminista, utilizando como instrumento metodológico as histórias de vida das PLPs, para resgatar a capacidade que elas possuem de subverter e mudar a ordem patriarcal que a sociedade e a Igreja lhes impõe.

A pesquisa constitui-se de quatro capítulos. No primeiro capítulo, é analisada a proposta metodológica desta pesquisa, desenvolvendo o referencial teórico e metodológico.

O segundo capítulo aborda a relação da Teologia da Libertação e da Educação Popular com o CECA, com sua história, com o Projeto Acesso Popular à Justiça e as Promotoras Legais Populares, ressaltando, como parte também deste processo, o ecumenismo.

O terceiro capítulo é um olhar do modelo de mulher apresentado pela Igreja Católica, por meio dos seus documentos e de duas figuras centrais na tradição católica, que possuem características antagônicas: Eva e Maria.

O quarto capítulo desenvolve a análise das histórias de vida das mulheres pesquisadas, por meio de suas experiências. Desse modo, analiso como suas vidas estão permeadas pelos valores transmitidos, ensinados e aprendidos na sociedade patriarcal para “serem mulheres” dentro desse mundo nas diferentes dimensões e, ao mesmo tempo, no âmbito religioso, especificamente dentro da Igreja Católica. Também assinala o processo vivido por estas mulheres para superar esses valores e conseqüentemente como elas recriam esse modelo que o mundo patriarcal e a Igreja lhes atribuem.

Ao final, evidencio algumas conclusões que possibilitam novas possibilidades e outras tantas interpretações. Um caminho cuidadoso “para si”, no dizer de Josso (2004), que requer delicadeza e sensibilidade.

I - METODOLOGIAS NO PROCESSO DA INVESTIGAÇÃO: APRENDENDO A FAZER INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O tema desta pesquisa está voltado para a história de vida de mulheres das classes populares, oriundas da religião católica e os desdobramentos do modelo de mulher nos seus cotidianos.

O problema se apresenta sob a seguinte formulação: *Como mulheres que aprendem a ser mulheres através do modelo hierárquico e androcêntrico da Igreja Católica recriam essa identidade a partir das suas experiências de vida, em especial quando participam do Projeto Acesso Popular a Justiça e do Curso de Promotoras Legais Populares?*

Pretendo identificar e compreender o modelo de Mulher que a Igreja Católica apresenta e, com base nesse exercício, analisar como as mulheres oriundas dessa igreja, que fizeram o curso de Promotoras Legais Populares e participam do Projeto Acesso Popular à Justiça, são (re)criadoras e protagonistas da construção de um modelo alternativo de mulher, caracterizado pela busca de direitos e de relações mais igualitárias, pelo poder partilhado, pela prática da solidariedade e da prevenção e combate à violência.

Certamente, em um modelo de pesquisa acadêmica tradicional ou clássica, encontraríamos um referencial teórico perfeitamente esboçado, com um distanciamento do objeto impecável e com propostas metodológicas que conduzam aos resultados esperados e amorosamente planejados. Com base na leitura dos estudos feministas, minha pretensão é outra nesta iniciativa de pesquisar: sonho, sim, em construir um conhecimento alternativo por meio da escolha de uma metodologia adequada ao sonho de uma sociedade justa e igualitária – sonho, este, partilhado com as mulheres-sujeitos desta investigação e as demais mulheres com as quais atuo no CECA. Sobretudo, inquieta-me descobrir *de que lado olhamos o mundo*

*e de que lado construímos nosso cotidiano.*² Esse lado do mundo implica uma visão epistêmica que sugere compromisso com o coletivo, uma experiência produzida no campo da educação popular desde os círculos de cultura popular na década de sessenta, passando pela proposta de pesquisa participante na década de oitenta, sendo retomada nos últimos anos com várias possibilidades³. Esse é um constante processo de releer Paulo Freire e seus legados.

Mas o que quero dizer é o seguinte: na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valorar, de, finalmente, eticizar o mundo o nosso mover-nos nele na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. (FREIRE, 2000, p.33)

Buscar sistematizar a própria prática, as próprias experiências não é tarefa fácil, porque não exige somente sistematizar, ordenar logicamente uma série de fatos, de experiências e articulá-las com um marco teórico considerado adequado. Identificar os processos educativos e pedagógicos construídos na própria prática e avaliar se realmente estamos produzindo, ou não, processos educativos e, conseqüentemente, novos aprendizados e conhecimentos significa ir mais longe: partindo dessa vivência, reconstruir o acontecido, ver os diferentes elementos do processo para tentar compreendê-lo e interpretá-lo e, assim, aprender com a nossa própria prática.

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação (FREIRE, 2000, p.40)

Para isso não temos receituário. Somente podemos consegui-lo fazendo determinadas opções que nos são apresentadas de diversas maneiras. Sendo assim, faço uma opção paradigmática que envolve pressupostos da educação popular e da epistemologia feminista para ampliar e aprofundar questões metodológicas.

²Utilizo a 1ª pessoa do singular e, por várias vezes, a 1ª pessoa do plural porque, nesta caminhada, as pessoas que partilham meu dia-a-dia e são parceiras também neste descobrimento me acompanham na tentativa de construir novos conhecimentos, na luta por uma vida mais justa e no sonho de acesso a direitos iguais para todos/as.

³A pesquisa participante teve por meio de Carlos Rodrigues Brandão a sistematização de experiências investigativas em duas obras: Pesquisa participante (1981) e Repensando a Pesquisa Participante (1985); Ozanira Silva e Silva (1989) realizou um rastreamento e uma reflexão sobre a proposta de pesquisa participante na América Latina e, mais proximamente, Danilo Streck e Carlos R. Brandão (2006) organizaram recentemente um livro analisando os desdobramentos desse modo de fazer pesquisa nos dias atuais.

Afinal, se consideramos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e da própria representação do conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificam como das margens. (RAGO, 1998, p.23)

Muitas vezes, questionei-me por que sempre senti certo fascínio com o que vem das “margens”, com aquilo que “está aí”, mas que “permanece e vive fora do âmbito do corretamente estabelecido”. Por que marginalizaram as mulheres (nos marginalizaram), durante tanto tempo na história humana, do conhecimento, da educação, da vida pública? Nesse debate, há outro elemento fundamental da epistemologia feminista: questionar-nos, indagar sobre o porquê de permanecermos à margem, questionamento que implica reconhecer e tomar consciência de nossa exclusão, de nossa permanência na periferia. Estamos fora porque não nos enquadrámos nos padrões patriarcais, em que o mundo, o saber e a história são protagonizados por homens.

À margem é o que está aí, aquilo que está na “beira” – “beira” e “margem” que se convertem em “centro”, em “núcleo”, em “coração”, quando descobrimos de *que lado olhamos o mundo e de que lado construímos nosso cotidiano* e fazemos a opção de caminhar, construir, conhecer, lutar e viver por um mundo melhor, por um mundo mais humano e justo.

Minha opção (feminista e da educação popular) justifica a utilização das histórias de vida como recurso.

(...) história de vida vem completar a opção epistemológica e ideológica nos fundamentos metodológicos um tanto quanto marginais, porém completamente coerentes com minha opção político-pedagógica de quem fica às margens. (EGGERT, 2003, p. 37)

Histórias de vida de algumas mulheres, parceiras na caminhada do dia-a-dia, na difícil aventura de ser Gente, na luta e no sonho por um mundo melhor. Paulo Freire afirma que mudar o mundo não é tão difícil, que é possível quando compreendemos a importância do papel da consciência na história, e na *“questão da decisão, da opção, da questão ética e da educação e de seus limites”* (FREIRE, 2000, p.39).

Resumidamente, desejo resgatar Histórias de Vida de mulheres inseridas no mundo e na história, aprendendo, a cada dia, a ser humanas em um mundo desumano; mulheres que, como eu, acreditam que as coisas podem mudar; mulheres que, como eu, acreditam que podemos aprender com a nossa experiência, com o cotidiano, que somos capazes de produzir novos saberes, novos conhecimentos e encontrar caminhos alternativos.

As feministas destacam que o aprendizado a partir da experiência é uma questão-chave na produção de novos conhecimentos e no protagonismo de nossas vidas, pois *“nossas experiências definem a nossa percepção de Deus, de nós mesmas, das pessoas e do mundo à nossa volta”* (DEIFEIT, 2003, p.175).

Escrever sobre mulheres enquanto sujeitos históricos pressupõe assumir que estas se constituem na experiência histórica, a partir de uma rede de grupos e organizações que partilhem uma identidade coletiva, uma cultura comum nas práticas cotidianas e novos sistemas de significação que se oponham às relações sociais dominantes expressas em novas formas de comportamento, às quais a velha ordem resiste. Avalio que HARDING (1993), ao indagar sobre a elaboração de categorias analíticas “livre das deficiências patriarcais” (p.10), está anunciando ousadias criadoras de novos paradigmas. Segundo a autora,

(...) há dois modos de encarar esta situação. Por um lado, podemos usar a força da razão e da vontade (...) revendo assiduamente nossos esquemas teóricos enquanto continuamos a descobrir outros androcentrismos nos conceitos e categorias que viemos utilizando (...) Por outro lado, é possível aprender a aceitar as instabilidades das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Não há ciência normal para nós. (HARDING, 1993, p.11)

Nesses movimentos, essas mulheres são construtoras de novos saberes, intimamente relacionados a novos aprendizados, a suas histórias de vida, ao agir e reagir na sociedade em que vivem. Nesse processo, elas também tentam fazer uma análise, não desapaixonada, de um movimento que põe sua energia, suas estratégias e seus conhecimentos no âmbito do público, buscando (re)constituir esse espaço, penetrando pelos caminhos do poder, negociando com ele, pagando o preço, muitas vezes, de diluir o questionamento e a rebeldia que lhes são próprios.

São mulheres que sentem as contradições na própria pele; mulheres que carregam as contradições de terem sido educadas para servir, cuidar do lar e tornarem-se boas mães e esposas, mas confrontam-se com o descobrimento e o desafio de serem, dia-a-dia,

construtoras de suas próprias vidas e de uma humanidade melhor, de novos paradigmas, para os quais é necessário lidar continuamente com o novo. Nesse sentido, LAGARDE (s/d) afirma que as vivências pessoais feministas estabelecem uma não-sintonia com o mundo e, por isso, cada mulher enfrenta situações dolorosas se não aprender a ser diferente e a lidar com essas situações com rebeldia e a consciência de serem transgressoras (p.2).

Logicamente, não poderia ser neutra uma epistemologia em que a experiência, a vivência, a inserção na história, a consciência da exclusão e o questionamento da sociedade patriarcal são chaves, entre outros aspectos, para a aquisição de novos conhecimentos e paradigmas. Toda produção de conhecimento *“que tem por referência o feminismo se assume como comprometido politicamente, desafiando a neutralidade e a objetividade tão caras à ciência tradicional”* (LOURO, 2002, p.13). Conforme RAGO (1998), *“as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo de conhecimento”* (p. 32). Elas estão inseridas no mundo, na história, e *“ninguém pode estar no mundo de forma neutra”* (FREIRE, 2000, p.80).

A epistemologia feminista também utiliza a categoria de gênero como instrumental de análise

avaliando como os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres são construídos. Gênero e sexo são coisas distintas. Sexo é a caracterização biológica, ao passo que gênero é a construção cultural do que constituem os papéis, as funções e os valores considerados inerentes a cada sexo em determinada sociedade. (DEIFELT, 2003, p.172)

Dentro dessa realidade (da minha realidade), da leitura dos/as autores/as e da reflexão teórica, é relevante o questionamento em relação à tentativa de integrar, ou seja, de incluir as mulheres (incluir-nos) em igualdade de condições e oportunidades em diferentes espaços. Assim, as relações de gênero permitem analisar o modo como se estabelecem as relações de poder. Nesse caso, muitas vezes, a discussão sobre o poder remete ao sentido de ter acesso a espaços de poder e esferas de decisão, sem explorar os mecanismos e as estruturas de poder que excluem as mulheres em diferentes instâncias do saber e da vida.

1.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA FORMAÇÃO: A RECRIAÇÃO DO MÉTODO DE MARIE CHRISTINE JOSSO A PARTIR DAS LEITURAS FEMINISTAS E DA EDUCAÇÃO POPULAR

Como mencionei anteriormente, pretendo trabalhar com Histórias de Vida. Histórias de mulheres que fizeram o curso de Promotoras Legais Populares. Elas são oriundas e

militantes da Igreja Católica, têm uma longa experiência no campo da participação popular, tanto no âmbito eclesial (nas pastorais) como no movimento popular, especificamente no movimento de mulheres.

Inicialmente eram quatro mulheres que fizeram o curso de PLP's em diferentes anos – 1998, 2000 e 2005 –, todas da cidade de São Leopoldo. Depois, por impossibilidade de participação de uma delas e, mais tarde, por sugestão das mesmas mulheres pesquisadas, decidimos ampliar o grupo. Tal processo é relatado no desenvolvimento do texto. Com as mudanças ocorridas, pesquisei cinco mulheres: três, de São Leopoldo e duas, de Novo Hamburgo, que fizeram o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares em 1998, 2000, 2002 e 2005.

Atualmente, elas trabalham no campo popular, em diferentes esferas: três, na esfera civil e duas, na esfera pública. Das três que moram em São Leopoldo, uma delas é educadora em uma entidade que trabalha com crianças e adolescentes e militante do movimento de mulheres no âmbito municipal. As outras duas trabalham no governo municipal, mas suas atividades estão voltadas à intervenção e formação de políticas públicas de gênero e na promoção dos direitos das mulheres. As duas moradoras de Novo Hamburgo participam do movimento de mulheres e integram a direção de uma entidade que trabalha com crianças e adolescentes. As cinco mulheres participam ativamente do Grupo de Promotoras Populares.

As histórias de vida, segundo JOSSO (1999), têm por objetivo *“a mobilização da subjetividade como modo de produção de saber e a intersubjetividade como suporte do trabalho interpretativo e de construção de sentidos para os autores”* (p.15).

Nas histórias de vida, entra toda a subjetividade do/a autor/a, porque este/a traz consigo a sua vivência, suas emoções, seus sentimentos, lembranças, visão e inserção no mundo. Também, nas histórias de vida, o papel da intersubjetividade é um elemento-chave porque o/a pesquisador/a se “mistura” com os/as autores/as das histórias, se mistura na convivência, na cumplicidade de partilhar a vida, no diálogo e troca de experiências e saberes, que se convertem em novas experiências e saberes.

JOSSO (1999) diferencia as histórias de vida como projetos e as histórias de vida a serviço de projetos, assinalando que, nas histórias como projeto, o/a pesquisador/a *“visa a diferenciar melhor as modalidades e os papéis desempenhados no processo, as etapas e os projetos de conhecimento específicos para a pesquisa formação”* (p.15), enquanto, nas histórias de vida a serviço de projetos, *“a maior parte das vezes a história produzida pelo*

relato é limitada a uma entrada que visa fornecer o material útil ao projeto específico” (p.18). A autora também destaca que: *“Nessa última perspectiva, parece-me mais adequado falar de abordagem biográfica ou de abordagem de experiência”* (JOSSO, 1999, p.18).

É importante destacar que, em ambos os processos, a originalidade neste tipo de metodologia de pesquisa em histórias de vida reside:

(...) em primeiro lugar, nossa constante preocupação é que os autores dos relatos cheguem a uma produção de conhecimento que faça sentido para eles, que se engajem, eles próprios, num projeto de conhecimento que os institua como sujeitos. (JOSSO, 1999, p.16)

Pretendo abordar as histórias de vida sob esse ângulo, o que gostaria de chamar de uma **biografia a partir da experiência**, para constatar os processos pedagógicos vividos pelas mulheres a serem pesquisadas a partir do seu cotidiano. Quero também destacar que estas mulheres são minhas parceiras no dia-a-dia, na caminhada e no sonho, ou seja, caminhamos juntas na descoberta e no olhar das experiências como processos históricos, processos complexos em que intervêm diferentes fatores e atores, que se realizam em um determinado contexto de construção de conhecimento como membros de um grupo e em um momento institucional de que fazemos parte (eu, como educadora, e elas, como militantes).

A origem da temática escolhida foi a minha experiência de participação no 1º Curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), em 1998. A partir de 1999, passei a trabalhar no CECA, coordenando o segundo curso de PLPs. Desde então, trabalho no CECA em tempo integral, primeiramente como coordenadora das PLPs e, desde 2004, coordenando todo o Projeto Acesso Popular à Justiça. Nessa trajetória, presenciei, acompanhei e vivi junto com elas o processo de amadurecimento e protagonismo desenvolvido em nossas vidas.

As histórias de vida foram sistematizadas na forma escrita. Cada mulher escreveu sua história de vida de acordo com um roteiro construído coletivamente. Para chegarmos a essa proposta, realizamos vários encontros, conversas informais e, finalmente, reuniões com todas.

Fiz contato com cada uma, apresentei meu projeto de pesquisa para lerem e expliquei rapidamente o que queria fazer. Desde o primeiro momento, deixei claro que era um processo coletivo de construção de conhecimento e que, para tanto, reuniríamos-nos várias vezes.

Na primeira reunião, lemos o projeto. Elas opinaram sobre o mesmo e consensuamos que cada uma escreveria sua história de vida baseada em um roteiro construído coletivamente. Combinamos que, segundo as necessidades, faríamos reuniões periódicas para auxílio na

escrita e discussão dos processos em que cada uma se encontrava. Para ajudar na análise final das escritas, se necessário, realizaríamos alguma entrevista.

Cabe ainda destacar a fala de uma das mulheres, em uma das salas do CECA:

Temos duas orelhas e uma boca. Isto significa que vamos ter que nos escutar muito, porque, na escuta, cada uma vai ter que entrar na vida das outras. Vamos comparar nossas vidas e ver que aprendemos juntas, o que aprendemos individualmente e também o que não aprendemos ou desaprendemos.

Na segunda reunião, que foi muito animada e cheia de brincadeiras, conversamos e pensamos em tudo, menos em fazer o roteiro: falamos sobre a infância, as dificuldades de tempo, a situação do município, o movimento de mulheres. Enfim, aquele dia caracterizou-se como um encontro de velhas amigas, marcado pelas brincadeiras, mas não como uma reunião com objetivo pré-estabelecido.

No terceiro encontro, realizado também no CECA, conseguimos produzir o roteiro. Cada uma comentou o que avaliava ser necessário e interessante abordar, de acordo com os objetivos da pesquisa, que foram lidos e relidos, ao longo desse processo.

Uma das mulheres perguntou: *Qual a diferença entre objetivo e objetivos específicos?* Esclarecida a questão, imediatamente, ela relacionou a resposta com sua vida, com o dia-a-dia.

O objetivo principal da minha vida é ser feliz, meus objetivos específicos: ter trabalho, ter tempo para mim (meus filhos já cresceram e sugaram demais meu tempo), fazer o que eu gosto, por exemplo, isto eu gosto. Aprender, tomar um bom chimarrão, estar com gente linda como eu (risos). Em definitivo, já trabalhei e ralei muito na vida, agora é época de curtir. Claro, não por isso vou deixar de lutar pelo que acredito: lutar pelo que acredito também é objetivo principal da minha vida.

Nesse contexto agradável, nem sentimos o tempo passar. Ultrapassamos em uma hora o tempo previamente combinado. Na semana seguinte, encontramos-nos em um shopping, pois todas estariam no centro, e não havia outro lugar disponível para nos reunirmos.

No intervalo entre o terceiro e quarto encontro, surgiu a idéia de ampliarmos o grupo. As promotoras constituem um grupo de mulheres de quatro municípios: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Nova Hartz. Assim, surgiu a sugestão de convidarmos uma PLP de cada cidade, já que o grupo originário era de São Leopoldo. Quem poderia participar da cidade de Sapucaia é metodista, e o propósito da investigação é pesquisar mulheres católicas.

A mulher de Nova Hartz gostou da idéia, mas seria difícil deslocar-se até São Leopoldo para participar dos encontros. Então, passaram a compor o grupo, além das quatro mulheres de São Leopoldo, duas outras, de Novo Hamburgo (uma é da última turma, 2005, e a outra, da turma de 2000). Elas aceitaram sem hesitar e somaram-se ao grupo na reunião seguinte. Por outro lado, uma das mulheres de São Leopoldo, que tinha dificuldades para comparecer às reuniões, depois de algumas tentativas, desistiu de participar.

Finalmente, chegou a data do quarto encontro, marcado no shopping de São Leopoldo. Algumas questões me preocupavam: conseguiríamos fazer a reunião na praça de alimentação do shopping? E o barulho? Foi uma reunião animada e muito produtiva, entre refrigerante, salgadinhos, papéis e conversa. Também as duas participantes de Novo Hamburgo estavam lá. Iniciamos a conversa: todo mundo colaborou nas explicações às novas integrantes do grupo quanto ao que faríamos, como faríamos e o que escreveríamos. Em resumo, elas apropriaram-se da pesquisa, tanto quanto eu.

O tema da noite, além do roteiro, foi a Igreja. Perguntaram sobre o porquê da exclusão da mulher? Quem eram e o que pensavam os filósofos gregos? Por que, depois de tantos séculos, o pensamento destes filósofos ainda influenciava as nossas vidas? Dos filósofos, passamos para Santo Tomás e São Agostinho. Finalmente, conseguimos retomar o roteiro. Cada uma recebeu uma cópia do que eu havia sistematizado, com base nas sugestões e propostas levantadas na reunião anterior:

Proposta de Roteiro

- a) Relembrando a convivência com sua família, na infância e adolescência, quais os comportamentos, valores, funções, que você era ensinada a assumir por ser mulher?
- b) Na Igreja, quais valores, funções, comportamentos eram repassados às mulheres?
- c) O que representava o casamento para você?
- d) Quais as principais características que você destaca em relação a seu papel como mulher no casamento?
- e) Quando e por que você iniciou o curso de Promotoras Legais Populares?
- f) O que mudou na sua vida e na forma de ver o mundo após a realização do curso?
- g) Sua vida na Igreja sofreu alguma mudança? Qual?

h) Aponte as principais mudanças ocorridas em sua vida após a realização do curso de PLPs, nos seguintes aspectos:

- Ser mulher;
- Ser mãe;
- Ser esposa;
- Mulher e Igreja;
- Mulher e Poder.

i) Como você vê o CECA? Que papel a entidade tem no acompanhamento das PLPs? Aspectos positivos, negativos, sugestões.

Também definimos e redefinimos que:

- Cada uma escreverá a história de vida de acordo com o roteiro construído coletivamente. O roteiro, no processo dos encontros, pode ser modificado com novas sugestões e contemplando novas necessidades;
- Periodicamente, nos reuniremos para ver o andamento de cada uma (a cada mês ou mês e meio);
- Para escrever a história de vida, cada uma escolherá nomes fictícios (os nomes foram escolhidos na hora: Suzana, Olívia, Margarida, Xica e Fernanda);
- Complementaremos as escritas com narrativas orais.

Acrescentamos, como parte da metodologia, desenvolver o roteiro por etapas, combinando, previamente, em cada reunião, o que seria escrito para a seguinte. Para a próxima reunião, todas ficaram de escrever sobre as duas primeiras perguntas.

Além desses encontros, aconteceram outros dois. No primeiro encontro, conversamos sobre a qualificação do projeto desta pesquisa (três delas estavam presentes), e elas comentaram animadamente o fato. Também percebemos que seria difícil cumprir o estabelecido anteriormente (responder o roteiro por etapas e reunirmos a cada escrita), pois nenhuma delas havia conseguido cumprir as metas estipuladas no encontro anterior. Então, decidimos que elas responderiam o roteiro e comunicariam quando surgissem as dificuldades. Ao final do encontro, marcamos outra data de reunião.

No encontro seguinte, com o consentimento delas (através de conversas informais com cada uma, pessoalmente ou por telefone) e por sugestão também da orientadora desta

pesquisa, modificamos sutilmente o roteiro. A reunião foi rica em debates até chegar ao roteiro atual. Finalmente, definimos o roteiro para escrever as histórias de vida, que ficou da seguinte maneira:

- a) Relembrando a convivência com sua família, na infância e adolescência, quais os comportamentos, valores, funções, que você era ensinada a assumir por ser mulher?
- b) Na Igreja, quais valores, funções, comportamentos eram repassados às mulheres? Você percebe contradições entre estes ensinamentos e seu comportamento no dia-a-dia?
- c) Antes de conhecer os debates sobre a violência contra as mulheres o que o casamento representava para você? E agora?
- d) Hoje, quais as principais características que você destaca em relação a seu papel como mulher no casamento?
- e) Quando e por que você iniciou o curso de Promotoras Legais Populares?
- f) Aponte as principais mudanças ocorridas em sua vida após a realização do curso de PLPs e das experiências como Promotora depois do curso, nos seguintes aspectos:
 - Mulher;
 - Mãe;
 - Mulher Casada;
 - Mulher e Igreja;
 - Mulher e Poder;
 - Violência e Direitos Humanos.
- g) Sua vida na Igreja sofreu alguma mudança? Qual?
- h) Depois do curso: Qual a sua vivência de Deus, da Fé e do Ecumenismo?

É oportuno explicitar que as questões do roteiro podem parecer muito fechadas, mas como expresso anteriormente, foram pensadas para desenvolver o que eu chamei de **biografia a partir da experiência**, inspirada na recriação de uma das alternativas da metodologia das

histórias de vida de Marie Christine Josso, o “uso de abordagens biográficas postas a serviço de projeto”:

(...) assim , há mais de dez anos que as histórias de vida e projeto giram em torno de dois eixos que se alimentam mutuamente: por um lado ,a continuação do projeto teórico de uma compreensão biográfica da formação, e a fortiori da auto-formação, por meio das perspectivas de pesquisa formação; e, por outro, o uso de abordagens biográficas postas a serviço de projetos. (JOSSO, 2004, p.22)

Na mesma obra, a autora especifica:

(...) o que não desvaloriza em nada o trabalho biográfico efetuado a partir de uma entrada experiencial ou da abordagem temática de um itinerário. Notar esta diferença é salientar que as histórias de vida postas a serviço de um projeto são necessariamente adaptadas à perspectiva definida pelo projeto no qual elas se inserem. (JOSSO, 2004, p.31)

Entre este encontro e a finalização das escritas foi um período de muitas dificuldades: o dia-a-dia de cada uma, problemas de saúde, empecilhos no trabalho, compromissos de final do ano, férias, também na conjuntura do movimento de mulheres municipal. Assim, ocorreram algumas mudanças e novas demandas nas quais algumas delas estavam envolvidas. Porém o principal complicador foi o fato de que já tínhamos os elementos para começar as escritas: havíamos mergulhado no projeto, feito o roteiro e então começava a época da escrita, de um olhar para si, para a vida de cada uma: “(...) *a preparação individual para um primeiro desbravar dos períodos significativos do percurso da vida de cada um (...)*” (JOSSO, 2004, p.64). Era o momento de cada mulher começar o “trabalho solitário” (JOSSO, 2004, p.64) e abordar os:

(...) conteúdos que caracterizam uma trajetória... progressivamente explicitado a partir de questionamentos, de hipóteses, de constatações de recorrências nos comportamentos, nas atitudes e nas valorizações, e na maneira de cada um gerir a própria vida. (JOSSO, 2004, p.65)

Também quero destacar que este processo, apesar da insegurança – “*não sou boa de escrita, vais entender?*”(Xica na caminhada pelo dia internacional da Mulher 2007) – de enfrentar o novo – “*Poxa, nunca escrevi sobre mim!*”(Suzana, na rua 2007) – foi um momento rico em reflexão e aprendizado para cada uma, percebido em cada conversa informal. Escutei muitas vezes nesse período:“*tirei algumas coisas do baú*”(Margarida, reunião da coordenação de PLPs, abril de 2007); “*Vai sair muita coisa da vida, tenho que*

pensar!”(Fernanda, conversa por telefone, 2007); “*Gra, eu sento e escrevo, é só encontrar o momento aqui na praia e pensar o português direitinho*”(Olívia, conversa por telefone, janeiro de 2007).⁴

Ressalto ainda que, nesse período, apesar de não cumprir os prazos estabelecidos e da minha impaciência, ansiedade e insegurança frente a tal fato, sempre tive a preocupação de não prejudicar o projeto de pesquisa.

1.2 HISTÓRIAS DE VIDA E FEMINISMO

Como vimos anteriormente, um dos elementos-chave do método feminista é partir do concreto, da realidade, da experiência das histórias de vida das mulheres:

Recolher as narrações das histórias de vida não é novidade para o feminismo. Trata-se de um procedimento comum, método de análise feminista. Busca-se sair do silêncio em que as mulheres permaneceram nas análises chamadas científicas e permitir sua expressão livre. Ouvir suas vozes, seus sentimentos, seus desejos, suas dores e esperanças é a matéria-prima do feminismo. (GEBARA, 2000, p.23)

A novidade na abordagem feminista não é a abordagem em si, mas o jeito como se faz essa abordagem e os seus resultados, porque cada história, cada experiência é inédita, é única e sobretudo, como afirma EGGERT (2003):

O compromisso de uma metodologia de pesquisa feminista é conseguir perceber na outra pesquisada uma cúmplice de descoberta de nós mesmas. Somos sujeitos capazes de transformar determinada realidade/pesquisa e nos transformarmos. (p. 20)

Para a abordagem das escritas das mulheres, eu parti das suas experiências de vida. A experiência “*é critério para que aconteça a consciência de exclusão*” (EGGERT, 2003, p.20). Partindo desta consciência, tentei identificar os elementos da sociedade patriarcal, para vislumbrar o que foi desconstruído, construído e quais as novas alternativas encontradas pelas mulheres no processo de suas vidas. Analisando suas práticas cotidianas para descobrir os processos educativos que elas vivenciaram como construtoras e protagonistas de um novo modelo de mulher, diferente daquele em que foram educadas. A partir desses referenciais,

⁴ Neste período, não houve encontros formais, mas tivemos muitos momentos de conversa informal (na rua, em intervalos de reuniões, em suas visitas aos CECA) sobre as histórias de vida das mulheres e o projeto. Houve também muitas conversas telefônicas, em que, algumas vezes, anotei alguns dos seus comentários.

busquei identificar o modo como essas mulheres forjaram novos saberes, intimamente relacionados às suas histórias de vida, explicitando como elas agem e reagem na sociedade em que vivem, onde aprenderam um modelo de mulher, mas, ao longo da vida, recriaram esse “modelo”.

1.3 PESQUISA DOCUMENTAL

Como afirmam LÜDKE e ANDRÉ (2004), um dos objetivos da análise documental é *“fazer inferência sobre os valores, os sentimentos, as intenções e a ideologia das fontes ou dos autores dos documentos”* (p.40).

Como o foco institucional e religioso é a Igreja Católica Apostólica Romana, eu não poderia deixar de analisar posicionamentos oficiais da mesma ao longo da história. Por isso, também como parte deste trabalho, realizei uma pesquisa nos seguintes documentos: Rerum Novarum (1891), Casti Connubi (1930), Quadragésimo Anno (1931), Radiomensagem (1945), Pacem in Terris (1963), Concílio Vaticano II (1962-1965), Octogésima Advenies (1971), Inter Insigniores (1976), Medellín (1968), Puebla (1979), Familiaris Consortio (1981), Redemptoris Mater (1987), Mulieris Dignitatem (1988), Christifideles Laici (1988), Ordenatio Sacerdotalis (1994), Carta às mulheres (1995), Carta aos Bispos sobre a colaboração do homem e a mulher no mundo (2004). A leitura desses documentos visa a compreender e analisar de que modo os documentos eclesiais abordam a questão da mulher. Tomei como referência alguns documentos dos Papas Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI e analisei mais detidamente os documentos de João Paulo II, pois chamou muito a atenção que, já no final do século XX e início do século XXI (considere-se que a última carta do Papa é de 2004), as questões referentes ao papel e vocação da mulher são abordadas na mesma perspectiva dos documentos anteriores, sendo que a primeira encíclica analisada data de 1891. Ou seja, em mais de um século, o pensamento oficial da Igreja Católica mantém intacta a maioria de seus argumentos.

Também foram pesquisados os arquivos do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria - CECA, como: Atas de reuniões da equipe, do Conselho Diretor, planejamentos anuais, relatórios anuais, relatórios específicos das diversas atividades, Planos Trienais, projetos, informativos, cadernos de formação, material de divulgação, folders, Relatórios de PMA (planejamento, monitoramento e avaliação da entidade).

Pesquisei detalhadamente os arquivos do Projeto Acesso Popular à Justiça, que contém uma vasta documentação, como planejamentos, relatórios dos cursos de formação e de aprofundamento, roteiros de celebrações, depoimentos das Promotoras Legais Populares, poesias e escritas realizadas pelas PLP's, roteiros e relatos de oficinas, relatórios anuais do projeto e de atividades específicas, material de divulgação, avaliações (tanto da equipe institucional como das Promotoras Legais Populares) dos cursos, de eventos, de atividades específicas, etc. É importante destacar que todos os documentos contidos no arquivo do Projeto Acesso Popular à Justiça são elaborados tanto pela equipe institucional como pelas próprias Promotoras Legais Populares.

II TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR: CONSEQÜÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA DE UM COTIDIANO NA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo, desenvolverei uma narrativa que busca resgatar a trajetória da Teologia da Libertação e da Educação Popular, especificamente na prática de uma Organização Não-Governamental. Trata-se do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA), que, ao longo de sua história, amadureceu a questão das relações de gênero e seu desdobramento para dentro do discurso ecumênico, no desenvolvimento de ações preventivas contra a violência doméstica.

2.1 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O DESAFIO DO MÉTODO

Muitas vezes, perguntamos: O que é a Teologia da Libertação (TdL)? Por que toda a polêmica gerada em torno dela? Por que o Vaticano reage tão fortemente contra uma Teologia que vem das margens da sociedade, dos excluídos, daqueles que não têm voz?

Com a TdL, a Teologia deixou de ser meramente uma matéria para os teólogos e especialistas da Igreja. A TdL significa muito mais que uma Teologia. Ela representa a Igreja da América Latina, o processo histórico e de fé de um povo em busca da sua Libertação:

Por trás da TdL há gente, há luta, há vida. Ela é sintoma de um processo, que é ao mesmo tempo eclesial e social. Atrás dela há um povo e não livros. Trata-se da 'pequena diferença' que separa teoria e prática. (BOFF, 1985, p. 12)

Nas décadas de 1960 e 1970, quando nasce e amadurece a teologia da Libertação, o capitalismo tem, na América Latina, uma política de desenvolvimento para os países pobres,

sustentada ideologicamente pela “Teoria do Desenvolvimento”, que fortalece a situação de dependência.

Para entender las posturas dominantes en todos estos problemas, hay que señalar que la doctrina económica que prevalece estos años es la teoría desarrollista. Según ella el problema básico de los países de América Latina es el subdesarrollo, un capitalismo atrasado, que contrasta con el desarrollo de los países ricos (...) Se trataría de fomentar en éstos el desarrollo y el progreso para integrarlos así a la marcha de la historia de los países ricos sin ninguna responsabilidad sobre la situación de los países pobres. (CODINA, s/d, p.3)

O fracasso da Teoria de Desenvolvimento gerou crescente descontentamento popular que se evidenciou por toda América Latina devido aos gravíssimos abusos e injustiças sociais. Nesse momento, alguns grupos cristãos perceberam que a situação de desenvolvimento latino-americano, exigia uma profunda reforma da ordem sócio-econômica e político-cultural.

A consciência dos latino-americanos em relação à sua situação de subdesenvolvimento evidenciou a dependência do capitalismo estadunidense e as diferenças existentes entre os países pobres e ricos. Paralelamente, cresceram a agitação social e a simpatia pelas revoluções socialistas, gerando o fenômeno das guerrilhas subversivas e o recrudescimento do militarismo com a ideologia da Segurança Nacional. Uma das teorias que contribuiu para explicar a crise do desenvolvimento latino-americano foi a Teoria da Dependência, segundo a qual a situação de pobreza e injustiça apenas poderia ser superada por meio da ruptura definitiva com o sistema capitalista.

Nesse período, no ambiente eclesial, aconteceu o Concílio Vaticano II (1962-1965), durante os pontificados de João XXIII e Paulo VI. Segundo TEIXEIRA (2006),

Foi enorme o impacto do Concílio Vaticano II na América Latina. Provocou uma grande ruptura eclesial, não só com o questionamento do tradicional imobilismo eclesial imperante, mas sobretudo na afirmação de um movimento acelerado de transformação na vida da Igreja, despertando energias e criando um espírito novo de coragem e iniciativa pastoral. (p.33)

A teologia dominante na América Latina afirmava a necessidade da participação do cristão na política como um aspecto fundamental para a realização das reformas necessárias na sociedade. Entretanto, ao mesmo tempo, silenciava sobre os conflitos sociais e econômicos e, por isso, passou a ser questionada e confrontada por uma nova teologia, que assumiria as situações de injustiça e pobreza do povo latino-americano como chave hermenêutica para a

sua reflexão e prática teológica. Em meio a esse cenário, desponta a Teologia da Libertação. A reforma assumida pela Igreja no Concílio Vaticano II foi recebida e interpretada na América Latina, durante a II Conferência Geral do Episcopado, realizada em MEDELLÍN (1968):

(...) queremos sublinhar que os principais culpados da dependência econômica de nossos países são aquelas forças, que, inspiradas no lucro sem freios, conduzem à ditadura econômica e ao imperialismo internacional do dinheiro. (CNBB, 1979, p.27)

No mesmo período, o território sul-americano enfrentou a triste realidade das ditaduras militares: Brasil (1964), Bolívia (1971), Chile e Uruguai (1973), Argentina (1976). As ditaduras representam uma reação das elites aos movimentos populares que exigiam reformas sociais profundas. Nesse momento, fortes setores das hierarquias eclesiais ignoraram o Concílio Vaticano II e Medellín, e apoiaram os regimes militares. Muitos/as cristãos/ãs seriam vistos/as como suspeitos/as e perseguidos/as por seus compromissos com os pobres.

A Igreja Católica na América Latina viveu outro momento importante, a reunião da III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla,, que declarou:

Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela (PUEBLA, 1985, p.70)

O documento de Puebla também afirmou claramente sua opção:

A Conferência de Puebla volta a assumir (...) a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres (...) Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito da sua integral libertação. (PUEBLA, 1985, p.275)

Gustavo Gutierrez, teólogo peruano considerado um dos fundadores da Teologia da Libertação, considera alguns dos princípios constitutivos da Teologia da Libertação:

- 1) Opção preferencial pelos pobres: na opção pelos pobres, o pobre é sujeito do Reino de Deus na construção de uma sociedade alternativa;
- 2) Prioridade da Práxis: o ponto de partida da Teologia da Libertação é a práxis da libertação com toda sua densidade teórica, estratégica e orgânica. A TdL busca não

somente interpretar a realidade desde fora, mas também transformá-la desde dentro. Não é um pensamento abstrato, mas sim uma reflexão crítica da práxis histórica à luz da Palavra de Deus;

3) Espiritualidade: a TdL se definiu, desde o primeiro momento, como a Teologia que nasce do encontro de Deus com os pobres no interior de uma prática de libertação. A esse respeito, GUTIERREZ (1987) analisa que:

A espiritualidade é um caminhar em liberdade segundo o Espírito de amor e de vida. Este caminhar se inicia a partir de um encontro com o Senhor. Opera-se, neste encontro, uma experiência espiritual que faz brotar e dá sentido a esta liberdade.(...) Posteriormente, esta vivência é refletida e proposta a toda a comunidade eclesial como uma maneira de sermos discípulos de Cristo. (p.48)

4) Profetismo: a TdL se reconhece fundamentalmente como uma teologia profética que assumiu “a voz dos que não têm voz”. A TdL buscou renovar o movimento profético dentro da Igreja, denunciando injustiças, lutando por dignidade, radicalizando a opção.

A Teologia da Libertação tem suas raízes na situação de miséria e injustiça da América Latina, convertendo-se em um dos instrumentos que contribuiu para que os excluídos se tornassem conscientes de sua situação e irrompessem na história buscando a libertação. BOFF (1983) fundamenta essa idéia ao afirmar: “*Temos uma clara opção de fundo: o que deveras interessa não é a Teologia da Libertação, mas a libertação histórica de nossos povos.*” (p. 54). Conforme TEIXEIRA (2006), para compreender a construção e análise da TdL é fundamental analisar seu método:

A discussão sobre o método é essencial para se poder compreender as regras internas da construção da Teologia da Libertação. Uma das contribuições mais decisivas para a elucidação desta delicada questão veio da reflexão do teólogo Clodovis Boff, em sua tese de doutorado sobre o tema da *Teologia e prática; teologia do político e suas mediações.* (p.35)

Em seu artigo, o autor menciona as três mediações usadas por Boff para sistematizar a metodologia da Teologia da Libertação: a mediação sócio-analítica (MSA), a mediação hermenêutica (MH) e a mediação prática (MP). Assim, a metodologia da Teologia da Libertação resgata o método já utilizado no Concílio Vaticano II: a partir da realidade histórica do mundo (ver), iluminada pela Palavra de Deus (julgar) para iniciar uma nova prática (agir).

O primeiro passo no processo metodológico da TdL é o ver. Daí a necessidade do recurso à *mediação sócio-analítica* (MAS) que fornece o conhecimento positivo da realidade social. A teologia, como tal, não está provida dos instrumentos necessários para a captação da realidade, mas deve se colocar ‘à escuta’ das disciplinas que tratam desta questão (...). As ciências do social exercem um estatuto mediacional para a TdL, ajudando a teologia a compreender a realidade sobre a qual teologizará. (TEIXEIRA, 2006, p.37)

GUTIERREZ (1987) acrescenta: *“em primeiro lugar se contempla Deus pondo em prática sua vontade(...) só depois pode-se pensá-lo(...) contemplar e praticar é um conjunto que chamamos de ato primeiro”* (p.13). Trata-se de partir da realidade da América Latina, que é uma realidade de pobreza. *“Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo, a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos”*. (PUEBLA, 1985, p.70). Também é necessário analisar o porquê desta situação de pobreza. A teologia, então, recorre às ciências humanas para explicar as suas causas.

“O segundo passo metodológico relaciona-se ao julgar” (TEIXEIRA, 2006, p.38). Este é o elemento central da teologia: iluminar a realidade com a Palavra de Deus, revelada na história, consolidada na Escritura e conservada na Igreja. *“Trata-se da instância a qual se teologiza, ou ‘à luz da fé’ que garante a formalidade teológica”* (TEIXEIRA, 2006, p.38). É a matéria-prima que as ciências humanas fornecem analisadas à luz da fé. Por exemplo, o que a sociologia assinala como o abismo que separa ricos e pobres, a Igreja o define como injustiça e pecado. Nesse sentido, GUTIERREZ (1987) afirma:

Fazer teologia é um ato segundo. É necessário situar-se num primeiro momento no terreno da mística e da prática. Só posteriormente poder haver um autêntico e respeitoso discurso sobre Deus (...) O mistério de Deus vive na contemplação e vive na prática de seu desígnio sobre a história humana. (p.13)

O último passo, conforme TEIXEIRA (2006) é:

(...) a mediação prática (MP): É o momento sintonizado com o agir (...) Trata-se do delicado momento da tradução em ação concreta o que se viu e julgou anteriormente à luz da fé. O patamar não é mais o do sócio-analítico ou teológico, mas essencialmente prático (...) Neste diferente nível, exige-se dos agentes uma especial capacidade de atenção às forças sociais em jogo e uma específica prudência pastoral: saber o que é possível e viável na conjuntura em questão (...) Neste terceiro momento, a TdL recupera o seu ‘espírito’ fundamental, ou seja, ‘a relação prática com a prática’, a relação com a vida do povo, de solidariedade efetiva com a sua causa na história. (p.39)

Aqui, o agir consiste em apoiar o povo e suas organizações para conseguir uma transformação em direção a uma sociedade mais justa e livre. Essa é a forma de agir que propõe PUEBLA (1985), seguindo o Vaticano II

Cumprir, antes de mais nada, as exigências de justiça, para não ficar dando como ajuda de caridade aquilo que já se deve em razão da justiça; suprimir as causas e não só os efeitos dos males e organizar os auxílios de forma tal que os que os recebem se libertem progressivamente da dependência externa e se bastem a si mesmos (p.278).

Podemos sintetizar a metodologia da Teologia da Libertação em três princípios:

- a) mediação sócio-analítica: um conhecimento contextual e concreto da sociedade mediante as Ciências Sociais;
- b) relação da Teologia com as Escrituras, ressaltando a leitura em função dos problemas concretos;
- c) relação da Teologia com a práxis, que supõe fazer uma teologia engajada na realidade e libertadora.

Podemos perceber desdobramentos históricos vividos na década de 80 que aprofundaram o distanciamento entre ricos e pobres. Nesse sentido, as dívidas contraídas com o Fundo Monetário Internacional, especialmente durante os governos militares, nos anos 60 e 70, converteram-se em uma carga insuportável para os povos latino-americanos, cujas conseqüências perduram até hoje.

O trabalho dos teólogos da libertação juntamente com o Documento de Puebla (1979) difundiram a mensagem e a prática da Teologia da Libertação. Entretanto, permanece na Igreja uma parcela representativa da Teologia conservadora, gerando um ambiente de desconfiança, suspeitas e ataques sobre aqueles que optaram pela TdL. Na Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), presidida pelo Cardeal Ratzinger, na década de 80, este reagiu draconicamente contra os teólogos e teólogas da libertação e suas obras, entre eles, Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff.

Apesar das repressões e perseguições, a Teologia da Libertação consolidou-se e legitimou-se junto aos movimentos de base. A partir dela, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que caracterizavam-se pelo reconhecimento e protagonismo das lideranças leigas da igreja. As CEBs foram fundamento e motivação para o surgimento de muitos

movimentos sociais, além de gerar uma série de reflexões que possibilitaram a ampliação do conceito de “*pobreza*”, incluindo, além das vítimas do sistema econômico, os oprimidos devido à sua cultura e origem étnica: mulheres, negros, indígenas, etc. (LÖWY, 2000, p. 206).

A queda do Muro de Berlim e o declínio do socialismo real, no final dos anos 80 e início dos 90, influenciaram criticamente a crise da esquerda latino-americana, mas não tiveram tanta influência sobre a Teologia da Libertação, pois esta não estava identificada com um projeto de Estado, mas com a luta dos pobres. Entretanto, a TdL entra em crise quando, em 1990, é derrotada a Frente Sandinista, porque a Nicarágua tinha se convertido no processo de concretização da utopia que inspirou toda uma geração de militantes cristãos. (LÖWI, 2000, p. 204).

Fala-se hoje em crise da Teologia da Libertação. Muitos declaram, inclusive, a sua morte. Passados esses anos, entretanto, percebemos que a chave hermenêutica da TdL permanece forte e presente: a exclusão econômica, social e cultural do povo latino-americano, razão pela qual, no início do século XXI, podemos novamente afirmar sua pertinência e legitimidade.

2.1.1 As Teólogas e a Teologia da Libertação

Entre os anos 1960 e 1980, tem início a Teologia produzida por mulheres, que se enquadra, no primeiro momento, nos marcos teóricos da Teologia da Libertação, tomando como referência e atores principais da história os “pobres”, dentro de uma práxis libertadora. Porém, aos poucos, delineia-se uma Teologia peculiar, em que as protagonistas são as mulheres, enfatizando suas histórias, vivências e experiências, o que, mais tarde, passou a ser chamado de Teologia Feminista.

Nesse contexto, a Teologia Feminista Latino-Americana se consolida por meio de uma série de encontros de teólogas realizados em nível continental, dentre as quais merece destaque a IV Conferência Feminista da América Latina e Caribe. Nela, as mulheres afirmam:

Após acentuarem a contribuição positiva das Igrejas latino-americanas na área dos direitos humanos e das lutas por justiça social, elas acentuam a significação da Teologia da Libertação no desvendamento das situações de injustiça e na afirmação do ‘poder dos pobres para transformar a sociedade’. Porém, elas dizem, ‘nós protestamos contra o fato de que a Teologia da Libertação não trabalhou a opressão específica da mulher de forma significativa. (NUNES, 2000, p.33)

Nesse processo, é necessário destacar que, frente à universalização “do pobre” e da importância da realidade, no discurso da Teologia da Libertação, as teólogas incorporam a experiência das mulheres como elemento importante de tal realidade, mas assinalam que:

Não se trata, pois, de integrar a mulher numa sociedade e numa Igreja onde prevalece o masculino como norma, mas de transformar radicalmente as estruturas patriarcais, que necessitam de uma legitimação misógina e de um conhecimento androcêntrico do real. (NUNES, 2000, p.37)

Para elas, a quebra de estruturas patriarcais exige uma mudança radical de paradigmas que incluam todos os setores marginalizados no fazer teológico, reivindicando a experiência de Deus com base nas suas narrativas, religiosidades e argumentos a partir das suas vidas como mulheres.

2.2 O CECA: SUA HISTÓRIA E ENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Na melodia que brota da vida, da realidade, fragmentos e experiências são reunidos e desde o grupo, enraizados no cotidiano, espalha-se ao sabor do vento, continuamente, a novidade, o diferente, o que é da gente (CECA, 2004, p. 5).

Durante toda a década de 60 e os primeiros anos da década de 70, a América Latina foi o cenário do surgimento de uma série de movimentos populares revolucionários que procuravam abrir caminhos para o socialismo, a exemplo da experiência cubana. Dentre todos eles, cabe resgatar a experiência do Governo da Unidade Popular, no Chile, presidido por Salvador Allende. Essa situação motivou uma reação organizada das elites latino-americanas para impedir mudanças na direção do socialismo. Essa reação teve como principal protagonista as Forças Armadas dos diversos países latino-americanos que, a partir do golpe de Estado concretizado no Brasil, em 1964, foram tomando o poder na maioria das nações do continente (Bolívia, 1964; Argentina, 1966; Peru, 1968; Panamá, 1968; Equador, 1970; Uruguai, 1973; Chile, 1973; novamente na Bolívia, em 1971; e Argentina, 1976). Paralelamente, os militares administravam o poder na Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua, desde períodos anteriores.

As ditaduras militares institucionalizaram o Estado de Segurança Nacional, levando à violação sistemática dos direitos humanos dos povos latino-americanos. No Brasil, em dezembro de 1968, foi decretado o AI-5, Ato Institucional que legitimava a perseguição e a censura a todas as formas de manifestações políticas e democráticas. Também na própria Igreja Católica, a partir da CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil), desencadeou-se um período de silêncio, “para não falar em repressão interna” (CECA, 1989, p. 5). No âmbito eclesial latino-americano,

(...) aconteceram o Congresso Internacional de Catequese e o II Encontro do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), ambos em Medellín. Foi um momento de muitos avanços dentro da Igreja Católica, no sentido que a realidade tinha que ser “iluminada pela Palavra de Deus e Evangelização tinha a ver com a Boa Notícia aos pobres...” mas que provocaram grandes sofrimentos para a Igreja. Foram levantadas muitas suspeitas e acusações de infiltração marxista (CECA, 1989, p. 5).

Em 1973, em meio a uma sinfonia de repressão, perseguição, desaparecimentos e mortes, orquestradas pela ditadura militar – regime caracterizado pela violência institucionalizada contra a dignidade humana, violação dos direitos e supressão da democracia –, nasceu o CECA (Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria), como *melodia que brota da vida* e fruto da Teologia da Libertação e da Educação Popular:

O nome CECA representava um pouco o anseio de se trabalhar com os catequistas e, ao mesmo tempo, reforçar o trabalho pastoral que se expressava na metodologia das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que nessa época já pipocavam um pouco por todo o Brasil. As CEB's representavam também uma nova forma de evangelização que se fazia a partir da prática e dentro das lutas populares. Evangelização e catequese andavam juntas e se faziam dentro da metodologia de Paulo Freire, a partir dos problemas e da realidade (...) na prática já se trabalhava no espírito da opção preferencial pelos pobres (CECA, 1989, p. 7).

O CECA surgiu como um Centro de Formação de Agentes de Pastorais, destinado a capacitar homens e mulheres para o fortalecimento da organização popular, com o objetivo de reunir cristãos e cristãs que se opunham à ditadura, bem como criar e organizar espaços ecumênicos de resistência e transformação social. “*Nós tínhamos clareza da missão do próprio CECA, que nessa etapa já era bem definida: ser o suporte, o apoio e o animador de todos os movimentos populares, especialmente das CEB's, no Estado e onde quer que fosse solicitado*”. (CECA, 1989, p.16). Por meio dos cursos oferecidos de análise de conjuntura, análise do capitalismo e de catequese, muitas lideranças foram capacitadas para resistir ao

autoritarismo. Nessa época, o CECA foi protagonista de várias ações, tais como: a organização e promoção do Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral, o apoio à criação da CPT (Comissão da Pastoral da Terra no RS) e do CEBI/SUL (Centro de Estudos Bíblicos/Sul).

2.2.1 O contexto geográfico do CECA e seus alcances

O CECA está localizado em São Leopoldo. A cidade faz parte da Região do Vale dos Sinos, situada na Grande Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Tem uma população estimada em 206.702 habitantes, sendo as mulheres 52% da população (IBGE, 2004). Observamos que a população dobrou nas duas últimas décadas (em 1980, eram 98.093 habitantes). Cerca de 99% da população vive na área urbana, sendo que essa taxa de urbanização é superior à média do Estado (81%) e do Brasil (82%).⁵

Segundo o Censo do IBGE de 2004, a taxa de analfabetismo é de 4,4% (6.241 pessoas) da população de 10 anos ou mais. O rendimento médio nominal entre os residentes no município é de R\$ 706,17, porém entre as mulheres a renda chega somente a R\$ 520,15.

O Vale dos Sinos historicamente desenvolveu um grande parque produtivo coureiro-calçadista e metal-mecânico. Em decorrência disso, se tornou uma região de muita migração. As pessoas de outros municípios vinham em busca de trabalho e melhores condições de vida, aumentando o contingente populacional da cidade. Além disso, os novos moradores não desenvolveram um sentimento de pertença, devido que não possuíam raízes locais.

Com a implementação das políticas neoliberais de abertura de mercados e eliminação das políticas industriais, muitas empresas fecharam ou saíram da região, com uma significativa redução dos postos de trabalho. Com o aumento do desemprego e a não contenção migratória, aliados à ausência e ineficiência das políticas públicas, a situação social se agravou muito.

O município possui um crescente déficit habitacional com inúmeras vilas de ocupação irregular (em torno de 140 vilas), com uma população enorme de pessoas abaixo da linha de pobreza (mais de 20% dos habitantes do município) e o conseqüente agravamento das condições de saúde, saneamento e da relação com o meio ambiente. Dos 57.731 domicílios

⁵ Estudos apontam que tanto o alto crescimento populacional quanto a elevada taxa de urbanização podem ser consideradas situações de risco social, quando não são acompanhadas, como é o caso do município, de políticas públicas que garantam maior equidade no acesso aos direitos básicos de sua população.

particulares permanentes no município, 55.434 possui abastecimento de água ligado à rede geral, apenas 10.153 domicílios particulares possuem rede de esgoto e a coleta de lixo chega a 56.820 domicílios (IBGE, 2004).

A recuperação parcial, vivida no início dessa década com a reabertura de algumas fábricas, novamente foi dificultada pela crise cambial, que afetou significativamente o setor calçadista. O desemprego atinge principalmente os jovens, as pessoas não-brancas e as mulheres. Entretanto, as mulheres buscam ocupações informais para a sobrevivência da família e, com isso, cada vez mais são sobrecarregadas com atividades precárias e de baixos rendimentos. O agravamento das condições sociais na região contribui para o aumento da violência, principalmente contra a população mais pobre, especialmente as mulheres com menos recursos. Nesse segmento, é preocupante o elevado índice de violência doméstica⁶.

Dados oficiais revelam a gravidade do problema de violência contra a mulher, como demonstram os quadros a seguir.

Quadro 1. Ocorrências Mulher Vítima – São Leopoldo e Vale dos Sinos 2004

MUNICÍPIO SÃO LEOPOLDO													
OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABORTO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
AMEAÇA	144	110	128	73	137	119	91	142	111	78	78	66	1277
DESAPARECI- MENTO	2	0	5	2	4	3	0	0	0	0	0	0	16
ESTUPRO	2	0	1	6	1	2	1	0	0	0	2	1	16
ESTUPRO C/MORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FURTO	104	75	87	69	104	84	28	108	16	33	17	27	752
HOMICÍDIO	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	4
LESÃO CORPORAL	82	63	102	68	93	68	38	74	67	79	79	64	877
LOCALIZAÇÃO	4	1	4	0	4	3	0	1	0	0	0	0	17
MAUS TRATOS	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	6	11
ROUBO	58	33	49	44	53	46	18	51	15	19	13	22	421
SUICÍDIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
OUTRAS	95	56	101	68	77	55	40	98	56	22	2	37	707
TOTAL	491	339	479	332	474	381	217	474	267	231	192	223	4100

Fonte: Sec. da Justiça e da Segurança, Polícia Civil, Divisão de Planejamento e Coordenação Serviço e Estatística/RS

⁶ Levantamento sobre violência contra as mulheres, realizado pelas promotoras legais populares do CECA junto a duas das três delegacias de polícia do município, registra, de julho de 2002 a agosto de 2003, 340 casos de lesão corporal (com 05 mortes) e 15 casos de estupro. Sabemos que os registros sempre são muito inferiores à realidade desse tipo de violência, pois ainda é muito difícil para as mulheres romperem o silêncio.

Quadro 2. Ocorrências do Vale dos Sinos por município

OCORRÊNCIAS													
MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
SÃO LEOPOLDO	491	339	479	332	474	381	217	474	267	231	192	223	4100
NOVO HAMBURGO	233	267	188	155	382	175	206	211	224	276	241	273	2831
DOIS IRMÃOS	41	38	34	43	34	38	37	28	36	31	80	52	492
SAPIRANGA	52	70	94	60	79	55	59	72	73	79	60	78	831
CAMPO BOM	111	64	59	69	111	135	127	203	181	189	171	125	1545
ESTÂNCIA VELHA	31	56	39	18	33	30	36	43	22	50	38	30	426
IVOTI	19	18	12	5	11	11	16	16	14	16	21	11	170
CAPELA DE SANTANA	0	0	0	1	0	0	6	2	0	4	4	4	21
PORTÃO	21	24	20	11	38	22	26	8	23	23	22	15	253

Fonte: Sec. da Justiça e da Segurança, Polícia Civil, Divisão de Planejamento e Coordenação Serviço e Estatística/RS

Segundo o quadro acima, vemos que São Leopoldo tem o mais alto índice de ocorrências e por consequência o maior índice de violência da região.

Quadro 3 – Ocorrências Mulher Vítima – São Leopoldo, 2005.

OCORRÊNCIAS MULHER VÍTIMA - SÃO LEOPOLDO 2005			
OCORRÊNCIAS	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL
ABORTO	02	00	02
AMEAÇAS	568	545	1.113
DESAPARECIMENTO	14	19	33
ESTUPRO	20	18	38
FURTO	242	265	507
HOMICÍDIO	03	00	03
LESÃO CORPORAL	395	389	784
LOCALIZAÇÃO	11	10	21
MAUS TRATOS	40	41	81
ROUBOS	152	146	298
SUICÍDIO	01	00	01
OUTRAS	469	407	876
TOTAL	1.917	1.840	3.757

Fonte: Órgãos Policiais Circunscritos ao Município de São Leopoldo – Secretaria Estadual da Justiça.

No ano de 2006, não temos dados oficiais da Secretaria Estadual de Segurança. Contamos apenas com os dados do Centro de Defesa de Direitos⁷ do CECA, da Coordenadoria Municipal da Mulher e posteriormente do Centro Jacobina. Cabe destacar que, em 2006, das dez integrantes da Coordenadoria Municipal da Mulher, oito fizeram o Curso de Formação de PLPs e realizavam na Coordenadoria atendimentos, encaminhamentos e ações conjuntas com o Centro de Defesa de Direitos.

O Centro de Defesa de Direitos realizou, no período de fevereiro a maio, 34 atendimentos; a Coordenadoria Municipal da Mulher teve de janeiro/setembro 81 atendimentos; o Centro Jacobina, inaugurado oficialmente em outubro de 2006, realizará, até dezembro, 98 novos atendimentos. De janeiro a junho de 2007, o Centro Jacobina realizou 182 novos atendimentos (além dos que já vinha realizando). Segundo os dados de 2006, provenientes do Centro de Defesa de Direitos (CECA), da Coordenadoria Municipal da Mulher e posteriormente do Centro de Referência Jacobina, podemos esboçar um perfil da mulher em situação de violência da seguinte maneira :

- Violência sofrida: doméstica, física e psicológica;
- Idade: entre 27 e 55 anos;
- Renda: de 1 a 3 salários mínimos;
- Profissão: sem profissão fixa, do lar, faxineiras, serviços gerais;
- Religião: não declarada ou católica;
- Quantidade de filhos: 1 a 4 filhos;
- Estado civil: casadas ou com união estável.

Com esse quadro de vulnerabilidade, as mulheres sempre foram as que mais enfrentaram dificuldades, tanto no sentido da geração de renda quanto na carência de políticas públicas que atendessem suas demandas (carência em termos de formação/escolaridade, de assistência médica integral, espaços seguros para deixar filhos/as enquanto trabalham, serviços de atendimento integrados e articulados para os casos de violência doméstica e intra-familiar, etc.), justificado pelo alto índice de violência contra a mulher. Apesar de todos os

⁷ Em 2002, cria-se no CECA o Centro de Defesa de Direitos – CDD, como um espaço de consolidação, qualificação, apoio e assessoria às Promotoras Legais Populares e às mulheres em risco de violência por elas encaminhadas. É importante destacar que em Junho de 2006 o Centro de Defesa de Direitos finda com os atendimentos diretos (mas continua com a assessoria e acompanhamento as PLPs, a Coordenadoria Municipal da Mulher e posteriormente ao Centro Jacobina), pois a partir da luta do Movimento de Mulheres, se conseguiu no município a implementação do Centro de Referência Jacobina, uma política pública que tem por função acompanhar e atender mulheres em situação de violência. Este processo é abordado detalhadamente na pág.39.

esforços realizados, considerando a falta de mecanismos de controle mais sistemáticos para a identificação de violência contra a mulher, somado ao silêncio de muitas mulheres que por medo ainda não se atrevem a denunciar, podemos concluir que a situação é grave

2.2.2 As Diversas Fases do CECA

Um dos fundadores do CECA, Pe. Orestes Stragliotto (1989), realizou uma abordagem histórica dos diferentes períodos da entidade:

1. De 1973 a 1977 – nesta época, o CECA se dedicava especialmente aos catequistas e à elaboração de material catequético. Também surgiram os cursos de análise da estrutura capitalista da sociedade e de análise de conjuntura;
2. De 1977 a 1981 – era o tempo dos cursos latino-americanos e dos mini-institutos. O CECA se definiu como mini-instituto de formação e apoio à pastoral e aos movimentos populares;
3. De 1981 a 1983 – essa fase foi caracterizada pelo Pe. Orestes como “transição”. Nesse período, o CECA serviu de suporte econômico do Cebi-sul e preparou-se para tornar-se entidade jurídica. Outro fato importante é que a entidade assumiu formalmente sua dimensão ecumênica;
4. De 1984 a 1987 – foi a época de expansão do CECA, que se converteu em entidade sólida, tanto na sua organização como no aspecto econômico;
5. A partir de 1988 – o CECA assumiu duas frentes: a pastoral popular e o ecumenismo.

Nas últimas décadas, aconteceram mudanças e redefinições. Com o enorme avanço científico-tecnológico e o fenômeno da globalização, foi desvelado o mito do desenvolvimento, na sua concepção redutora, que, muitas vezes, ignora os problemas da identidade, da comunidade, da cultura e até da sobrevivência. Ao contrário das promessas de bem-estar social, houve concentração de riqueza, poder e aprofundamento das desigualdades.

No contexto pós-queda do Muro de Berlim, de descrédito da teoria da luta de classes e da derrota da Revolução Sandinista, houve um certo silenciamento da Teologia da Libertação e da Educação Popular, e sentimos a falta de uma utopia que motivasse os grupos que persistiram nesses dois campos. As contradições não desapareceram, mas mudaram de lugar.

Acompanhamos, atualmente, a fragilização dos sindicatos e o surgimento de novos movimentos sociais, pautando novas temáticas e reivindicando espaços de cidadania para setores historicamente excluídos.

Na tentativa de buscar alternativas e avaliar sua prática, o CECA segue o caminho da maioria das organizações não-governamentais (...) redefine seu papel. Ao invés de apenas assessorar os movimentos sociais, passa também a ser agente político e social direto no campo da intervenção e da representação dos interesses dos grupos sociais marginalizados ou discriminados em seus direitos. (CECA, 1997, p.15)

O CECA não foge à regra. Após importantes momentos de redefinição institucional, em 1997, a instituição iniciou uma nova etapa, organizando-se em dois Programas: *Fé e Cidadania* e *Solidariedade e Cidadania*. O Programa *Fé e Cidadania* se constituiu em um elo maior com as Igrejas e grupos religiosos que se envolvem com os temas relacionados com a superação de todas as formas de exclusão e com os processos de transformação social e econômica. O Programa *Solidariedade e Cidadania*, por sua vez, exercia uma ação mais direta junto às comunidades locais e ao contexto social do Vale dos Sinos. Desenvolvia projetos sócio-culturais de capacitação com setores populares e visava melhorar suas condições de vida, bem como resgatar a dignidade humana e a cidadania, inserindo-os na luta pela defesa e ampliação dos seus direitos.

2.2.3 A temática de gênero nos Trienais do CECA

Em meio à complexidade dos novos desafios, as organizações não-governamentais também passaram por graves crises, e aquelas que sobreviveram tiveram que rever seus paradigmas teóricos e metodológicos de intervenção social. O CECA, inserido nesse processo, começou a refletir e a inserir em sua prática novos paradigmas. Um dos novos paradigmas foi o de Gênero. Mesmo que, originalmente, o trienal 96/98 não fizesse qualquer menção a tal dimensão, na atualização do período, realizada em abril de 1997, a perspectiva de Gênero foi destacada:

Hoje, qualquer trabalho social ou pastoral que procura ser desenvolvida de forma democrática e participativa confronta-se constantemente com questões provindas das relações de gênero. As justas reivindicações feministas diante da cultura machista brasileira deixam cada vez mais claro o quanto o trabalho popular pela transformação da sociedade fica prejudicado quando se evita tratar destas questões

que evidenciam a grande necessidade de elaborações vivenciais e teóricas” (CECA, 1997, p. 19).

No entanto, percebemos certo limite no enfoque, uma vez que o conceito de Gênero não perpassa o todo da Atualização do Trienal, mas é colocado em uma ação específica, chamada “Oficina de Relações de Gênero”, cujo objetivo é “proporcionar a integrantes de ONGs e congêneres e a lideranças populares de ambos os sexos possibilidades de sensibilização e treinamento nas relações de gênero” (CECA, 1997, p. 19). Nesse sentido, mesmo que possa parecer uma opinião ousada, avaliamos que tal reflexão sobre Gênero foi instantânea e isolada, já que, originalmente, no trienal 96-98, esse tema não fora tratado.

Além disso, em outro trecho da Atualização do Trienal para os anos 97-98, aparecem certas contradições conceituais, como é o caso do Projeto “Alfabetização de Mulheres”, que abordava “cursos de alfabetização específicos para mulheres domésticas de baixa renda” (CECA, 1997, p.14). Percebemos que, na redação da “Oficina de Relações de Gênero”, mencionam-se as reivindicações feministas, enquanto, em outro momento, ao abordar-se o projeto de Alfabetização de Mulheres, é utilizado o adjetivo “doméstico”, contrapondo-se às reivindicações feministas que buscavam superar determinados estigmas socialmente atribuídos às mulheres. Isso pode ser considerado o indício de uma dicotomia entre o discurso e a prática da organização, pois, por um lado, propõe-se a realizar um trabalho de conscientização em torno das relações de gênero, mas, por outro, os conceitos institucionais em relação a gênero não são revistos ou reformulados.

Inserida nessa linha de trabalho com mulheres, no mesmo documento, há a formação de Agentes Populares de Acesso Popular à Justiça. O projeto é formulado a partir da constatação de que as mulheres têm menos acesso à formação, estão mais expostas à violência familiar e mais presentes no cotidiano das vilas populares, além de assumirem a maior parte das responsabilidades sociais e políticas da vila. Embora, na formulação deste projeto, afirmasse que as mulheres *“muitas vezes não se destaquem tanto como os homens (o que também é uma consequência das relações de discriminação aí existentes)”* (p.15), percebe-se que não se estabelece o vínculo entre esta ação concreta de formação de mulheres e a perspectiva de gênero, no que diz respeito à luta pela igualdade nas relações.

Mesmo com todas essas limitações da Atualização do Trienal 96-98, consideramos que o documento representa um avanço, no tocante à abordagem de novos paradigmas de inserção e transformação social. Curiosamente, o Trienal seguinte (1999-2001), não se

aprofunda na perspectiva de gênero. Ao contrário, parece haver uma regressão, já que a noção de gênero aparece apenas uma vez, em uma atividade chamada “Oficinas de Relações de Gênero”. É possível que este período tenha se constituído não como uma etapa de formulação teórica, mas de ensaio de experiências e gestação de novas práxis, como os cursos de Promotoras Legais Populares (PLPs), que foram desenvolvidos em 1998, 1999 e 2000, embora não sejam mencionados neste trienal. Analisaremos essa experiência posteriormente.

Assim como o período de 1999 a 2001 foi uma época de experiências e aprendizado, percebemos nos trienais seguintes um crescimento significativo, tanto no processo de sua elaboração, realizada coletivamente, quanto no amadurecimento da elaboração teórica que brota da experiência. Isso fica evidente no título do Trienal 2002-2004, “Relações de Gênero e Defesa de Direitos – Sinais de Justiça e de Paz numa Perspectiva Ecumênico-Libertadora”. Também o crescimento se evidencia na metodologia de elaboração:

Durante o primeiro semestre do ano 2000, a equipe do CECA começou a tecer, coletivamente, este texto que agora se apresenta. Foi uma experiência significativa onde se misturaram angústias e sonhos, dificuldades e esperanças (...) tomamos a liberdade de partilhar alguns pensamentos construídos durante um dos momentos de tecelagem. (CECA, Trienal 2002-2004, p. 5)

O grande avanço apresentado por este Trienal, comparado com o anterior, foi a formulação de que a perspectiva de gênero deveria perpassar todos os programas desenvolvidos pelo CECA. O trienal assumiu o compromisso de priorizar a perspectiva de gênero como *“um importante instrumento de aproximação da realidade social, superando preconceitos e fortalecendo o compromisso com vistas à construção de uma sociedade inclusiva”* (CECA, Trienal 2002-2004, p. 34).

2.3 ORIGENS DE PROJETO ACESSO POPULAR À JUSTIÇA – [APJ] E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CECA

Desde 1998, o Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA desenvolve trabalhos de formação de mulheres no tocante aos direitos humanos. A origem deste trabalho está estreitamente vinculada ao contexto de nossa região, caracterizado por um número significativo de famílias proletárias que, com o aumento crescente das políticas neoliberais foram perdendo seus empregos. Esta situação trouxe conseqüências marcantes na estrutura familiar, fortemente patriarcal, em que geralmente o pai era o

responsável pela garantia econômica do lar. Na medida em que o empobrecimento acentuouse, houve também o aumento dos índices de violência doméstica. Sendo assim, há nove anos, o CECA desenvolve o projeto **Acesso Popular a Justiça**⁸, cuja finalidade é contrapor-se à situação de exploração e violência contra mulheres e meninas.

Em um projeto encaminhado pelo CECA para uma agência de financiamento internacional em abril de 1997, lemos:

Nas vilas populares é onde mais se verifica o resultado das ações de exclusão e violência do mundo urbano. Em geral, uma das dificuldades da população destas vilas é a falta de acesso e de conhecimento dos instrumentos jurídicos e das possibilidades legais que eles possuem de defender seus direitos e organizar iniciativas contra sua violação. A importância de realizar este trabalho de formação com mulheres ocorre por vários motivos: no meio popular urbano, em geral, as mulheres tem menos acesso a oportunidades de formação e estão mais expostas à violência familiar (CECA, 1997, p.6)

Este projeto realiza a capacitação de agentes populares em direitos humanos e direitos das mulheres por meio de cursos de formação básica (100h/aulas) e cursos de aprofundamento. O Projeto tem por objetivos :

- Capacitar mulheres para ações de prevenção à violência e defesa de Direitos Humanos em favor dos setores mais marginalizados da população, especialmente mulheres e meninas;
- Fortalecer as mulheres para assumirem seu projeto de vida e qualificar sua intervenção nas políticas públicas.

As mulheres que realizam a capacitação recebem o título de Promotoras Legais Populares (PLPs). Elas tornam-se multiplicadoras de informações em suas comunidades, fortalecendo e qualificando a intervenção das mulheres na construção de relações mais igualitárias. As PLPs, formadas e apoiadas pelo CECA, desenvolvem ações de escuta, apoio, encaminhamento de mulheres em situação de violência e discriminação, denúncia e prevenção à violência, defesa da cidadania e construção de políticas públicas de Gênero. Metodologicamente, para atender melhor às necessidades do APJ e das PLPs, dividimos o

⁸ Em 1997, o CECA busca assessoria para implementar o projeto na THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, que, sediada em Porto Alegre, tem como atividades principais: a prestação de assessoria jurídica gratuita, a sensibilização dos operadores de Direito (juizes, promotores, defensores públicos, delegados, advogados, etc.) e a capacitação de Promotoras Legais Populares (PLPs). O projeto de PLPs vem sendo desenvolvido pela THEMIS desde 1993. Posteriormente, surge a Rede de Justiça e Gênero no Rio Grande do Sul, integrada por 12 municípios que desenvolvem a formação de PLPs.

trabalho em FORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ATENDIMENTO, e cada uma dessas categorias possui, na descrição, os seus objetivos e metodologia. Formatar essas ações em um quadro foi uma forma de visualizar todo um processo, muitas vezes vivido, porém raramente compreendido como um processo de formação.

Quadro 4. Formação, Representação e Atendimento

FORMAÇÃO	OBJETIVOS	METODOLOGIA
<p>Curso de Promotoras Legais Populares</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Realização de 05 cursos: 1998, 1999, 2000, 2002, 2005 e 2007. ○ Em 2000, participaram do curso mulheres de Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul. ○ Em 2002, de Nova Hartz. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Capacitar mulheres dos grupos populares em Direitos Humanos e na legislação vigente, para uma atuação no acesso à justiça em favor dos grupos empobrecidos da população, especialmente meninas e mulheres. ○ Criar laços de solidariedade, através das vivências em grupo. ○ Criar condições de apropriação, por parte das mulheres, dos espaços públicos de defesa e garantias de direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aplicação dos passos de ver-julgar-agir e sistematizar. ○ Abordagem dos conteúdos desde uma ótica de gênero. ○ Oficinas e avaliações periódicas. ○ Aulas expositivas e visitas a órgãos públicos que tenham envolvimento com o cumprimento da legislação brasileira. ○ Dinâmicas: partindo do cotidiano e das histórias de vida, baseadas na corporeidade, afetividade e subjetividade. Cria m-se, com isso, laços de solidariedade e relações interpessoais que oportunizam: o resgate da auto-estima e construção de novos saberes através de descobertas experiências em comum, especialmente dos sofrimentos, discriminações, violência doméstica e ausência de direitos.
<p>Cursos de Aprofundamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Os cursos de aprofundamento são realizados anualmente desde 1999, e têm a duração média de 40hs. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ser um espaço de formação permanente para as mulheres que atuam como PLPs, a fim de garantir os conhecimentos adquiridos no curso e aprofundar as temáticas surgidas a partir de suas práticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ O tema do curso é escolhido nas reuniões mensais de PLPs, que a partir de suas práticas, apontam necessidades de aprofundamento em temáticas específicas. ○ Aulas expositivas, seguidas de debate e utilização de recursos audiovisuais. ○ A organização do curso é responsabilidade de uma comissão, formada por duas PLPs escolhidas em reunião e de uma pessoa da equipe do projeto. ○ A tarefa desta comissão é: contatar os assessores/as, organização, divulgação, gerenciamento e avaliação do curso.

<p>Reuniões Mensais</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizadas com PLPs atuantes, têm a função de garantir um espaço permanente de articulação, avaliação e planejamento das ações das PLPs. 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar a articulação das mulheres multiplicadoras. Ouvir suas demandas de formação e de apoio nas ações desencadeadas em seus espaços de atuação. Realizar estudos de casos. Planejar e avaliar as ações conjuntas. 	<ul style="list-style-type: none"> Estas reuniões são articuladas e coordenadas pela Coordenação das PLPs e pela equipe técnica do CECA.
<p>Oficinas</p> <ul style="list-style-type: none"> São coordenadas pelas PLPs, juntamente com a equipe de projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer e promover oficinas de prevenção à violência contra a mulher para grupos e entidades, especialmente nas vilas e periferias. Ser um espaço de aprendizado e sensibilização do público em geral, sobre as diferentes formas e ciclos de violência contra a mulher. Esclarecer sobre os diferentes locais de apoio e denúncia, além de acolher casos em que as mulheres se apresentem vivendo situações de violência. 	<ul style="list-style-type: none"> A elaboração das oficinas é uma proposta conjunta da equipe do projeto e das PLPs. Este grupo é formado por 02 pessoas da equipe e PLP's que estejam dispostas para contribuir na elaboração, coordenação, execução e avaliação das oficinas. Na elaboração das oficinas, sempre são pensadas algumas propostas alternativas para organizar o conteúdo de acordo com as necessidades do grupo que participa das oficinas. A equipe responsável pelas oficinas tem reuniões periódicas de avaliação.
REPRESENTAÇÃO	OBJETIVOS	METODOLOGIA
<p>Participação no movimento de Mulheres</p> <p>Luta por Políticas Públicas</p> <p>Rede Estadual de Justiça e Gênero</p> <p>Cursos, Seminários, Congressos</p> <p>Oficinas em nível municipal, regional, estadual.</p> <p>Rede Municipal de Atendimento a mulheres em situação de violência.</p> <p>Fóruns e Conselhos Municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar as mulheres para ações de prevenção à violência, de defesa de direitos e intervenção nas políticas públicas. Construir redes de parceria no município e estado para discussão/proposição de políticas públicas e fiscalização da execução. Participar efetivamente dos espaços de discussão sobre políticas e programas de Direitos Humanos - especialmente das mulheres, no município, região e estado. 	<ul style="list-style-type: none"> Nas reuniões mensais de PLPs, são apresentados os diferentes espaços de formação e representação. Na reunião, são propostos nomes de PLPs aptas a ocupar tais espaços. As PLPs indicadas são consultadas. As que participam nas diferentes atividades e representações devem dar um informe mensal de sua participação, destacando os principais avanços e dificuldades encontradas. Realiza-se uma avaliação da participação.
ATENDIMENTO	OBJETIVOS	METODOLOGIA
<p>—</p> <p>Acesso Popular à Justiça</p>	<p>—</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitar permanentemente as PLPs por meio de assessoria multidisciplinar, especialmente no trato dos casos de violência contra mulheres e meninas. 	<p>—</p> <ul style="list-style-type: none"> As PLPs que atuam nas comunidades informam e encaminham casos que estejam dentro de suas possibilidades, e os demais são encaminhados para as técnicas do projeto.

<p>PLPs: comunidade e encaminhamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Atender as mulheres encaminhadas pelas PLPs. <p>Capacitar e acompanhar as PLPs para desenvolver ações de escuta, apoio, encaminhamentos de mulheres em situação de violência e discriminação, denúncia e prevenção à violência, defesa da cidadania e construção de políticas públicas de gênero.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ As PLPs recebem acompanhamento técnico periódico para as demandas trazidas por elas. ○ Realização de estudos de casos sobre os atendimentos realizados pelas PLPs.
---	---	---

Como resultado deste trabalho, surgiu, em 2002, o Centro de Defesa de Direitos – CDD, posteriormente denominado Acesso Popular à Justiça – APJ, como um espaço de consolidação, qualificação, apoio e assessoria às Promotoras Legais Populares e às mulheres em risco de violência que elas encaminham. O projeto contava com um quadro de quatro profissionais das áreas de Assistência Social, Educação, Direito e Psicologia, que, além do trabalho de formação referente à realização das oficinas, prestava atendimento individual às Promotoras Legais Populares, às mulheres encaminhadas, bem como a mulheres que recebiam informações e orientações nas oficinas.

Além do visível aumento de participação das mulheres em espaços de resgate e fortalecimento da cidadania, a experiência das PLPs gerou outros resultados, como a reivindicação de políticas públicas específicas para mulheres em situação de violência. Expressão disso foi a mobilização pela criação da Casa de Acolhida para mulheres em situação de violência, que impulsionou a tramitação desse projeto junto ao governo municipal. Além disso, as reivindicações das Promotoras Legais Populares junto ao Fórum de Mulheres de São Leopoldo motivaram a criação, no ano de 2005 (Lei Municipal nº 5568 de 24/01/05), da Coordenadoria Municipal da Mulher, cujo objetivo é atuar na promoção da cidadania das mulheres e formular e articular políticas públicas para as mesmas.

As Promotoras Legais Populares têm também contribuição significativa na criação do CONDIM - Conselho Municipal de Mulheres, criado em dezembro de 2005, e da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência. Essa rede é integrada por várias entidades das áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e ONGs. Como consequência da ação da Rede, criou-se um Grupo de Trabalho, que realizou oficinas de

capacitação para os policiais civis das Delegacias de Polícia. O objetivo das oficinas foi o de sensibilizá-los para o melhor atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, quando elas forem registrar o Boletim de Ocorrência.

Em 2005, também com o novo governo municipal e em parceria com algumas instâncias do poder público, aconteceram capacitações ao funcionalismo como: a Capacitação da Guarda Municipal⁹, em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança, e o Curso de Capacitação de Profissionais para o Atendimento a Mulheres em Situação de Violência¹⁰, em parceria com a Coordenadoria Municipal da Mulher.

Em junho de 2006, o Centro de Defesa de Direitos encerrou suas atividades que, ao longo do seu período de funcionamento, teve uma atuação importante, mas que se esgotou, pois, a partir da luta do Movimento de Mulheres, foi realizada a implementação do Centro de Referência, uma política pública cuja função é acompanhar e atender mulheres em situação de violência. A conquista dessa política pública foi também consequência da atuação do Centro de Defesa de Direitos, já que o Centro de Defesa tornou possível articular uma ampla Rede dos Movimentos de Defesa dos Direitos das Mulheres para reivindicar que o poder público local assumisse essa tarefa. Entendemos que o objetivo com esse projeto foi amplamente alcançado, tendo em vista que o Centro de Defesa de Direitos surgiu provisoriamente para suprir a ausência no município de um órgão público que fizesse tal tarefa, também desde sua criação, um dos seus objetivos foi a luta por alcançar esta política pública.

Entretanto, o trabalho não se esgotou. Ao contrário, ele torna-se ainda mais necessário, porém com outro enfoque: o da formação para agentes públicos que trabalharão nos Centros de Referência. Isso se torna mais necessário após a aprovação da Lei número 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que busca punir de maneira mais rigorosa os homens que cometem atos de agressão às mulheres. Com a criação e implementação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em situação de violência (inaugurado em

⁹ A Capacitação da Guarda Municipal foi realizada de 09 a 13 de maio de 2005, com uma duração de 40 horas, tendo como conteúdo, entre outros, Gênero; Violência Doméstica e de Gênero; Violência nas escolas: prevenção; Direitos Humanos.

¹⁰ O curso, realizado em agosto-setembro de 2005, teve como público o funcionalismo da Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública (20 funcionários de cada setor) com 40 horas de duração. Essa Capacitação, além de um vasto conteúdo programático sobre Gênero, Violência, Conflito de Gênero sob a ótica da Justiça, contou com uma conferência de abertura intitulada “Da violência de gênero a relações mais humanas: três enfoques principais – raça/etnia, diversidade sexual e direitos sexuais e reprodutivos”, com um seminário de encerramento, intitulado “O papel de agentes públicos no atendimento à situação de violência e na superação de conflitos de gênero”.

outubro de 2006) em São Leopoldo, começou a capacitação¹¹ para a equipe técnica do Centro de Referência Jacobina¹² em agosto do mesmo ano.

Paralelamente a essa conjuntura, mantém-se a realização de oficinas¹³ no município e no estado. Por exemplo, em 2006, foram realizadas 8 oficinas sobre “Prevenção, sensibilização e capacitação no trato à violência de gênero numa dimensão humano-religiosa”.

É importante destacar que, neste ano de 2007, está em desenvolvimento o VI Curso de Formação de Promotoras Legais Populares (maio-agosto). Como parte do curso e do Projeto Acesso Popular à Justiça, o CECA realizou dois grandes eventos no mês de maio: o Seminário “Lei Maria da Penha: uma discussão pública”, com a presença da própria Maria da Penha; e o lançamento do “Guia dos Direitos das Mulheres - Direito de Família e Lei Maria da Penha”¹⁴.

O acúmulo de experiência do CECA em torno desse tema nos revelou a dificuldade da aceitação das ações que confrontam as relações familiares violentas. Em âmbito nacional existem incontáveis iniciativas que buscam transformar os índices de violência intrafamiliar. No entanto, a cultura extremamente verticalizada das relações familiares patriarcais e os códigos morais e religiosos rígidos do povo brasileiro fazem com que a violência doméstica seja naturalizada, sem, portanto, ser percebida como crime ou desrespeito aos Direitos Humanos. Frente a tal situação, a implementação de um trabalho de formação com mulheres líderes comunitárias é um importante instrumento de formação e construção de sua cidadania,

¹¹ Curso com 30 horas de duração e com capacitação específica para o atendimento direto às mulheres em situação de violência, abrangendo conteúdos como: Centro de Referência: criação; Legislação municipal; Equipe multidisciplinar e suas atribuições; O que é a rede de atendimento às mulheres em situação de violência?; Quem faz parte da rede em São Leopoldo?; Gênero; Violência; Tipos de violência: de gênero, contra as mulheres, doméstica, física, psicológica, verbal, econômica; Por que as mulheres permanecem em situação de violência?; Atendimento no centro de referência; Parte técnica do atendimento; Importância do relatório; Oficinas de estudo de casos.

¹² O Centro de Referência foi chamado de Jacobina, depois de um processo de apresentação de vários nomes, eleição e votação pelo movimento de mulheres da cidade.

¹³ Com a participação de 20 a 25 pessoas por oficina, somando um total de 203 pessoas.

¹⁴ Um dos motivos que gerou este Guia foi a ação e demanda das PLPs. O Guia de direitos das mulheres, além de tratar da Lei Maria da Penha, aborda temas como violência doméstica e direito de família. Esses assuntos são os mais explorados pelas PLPs e os que apresentam as maiores dúvidas jurídicas e de encaminhamentos. “O CECA lança este Guia (...) especialmente com a intenção de ‘tirar da bolsa’ informações básicas de consulta rápida e resolução de dúvidas, pois as conversas, os encontros das mulheres se dão em diversos lugares, como, por exemplo, na calçada, no ônibus, no portão de casa, na igreja, na escola”. (VIAU, 2007, p.13). Em 2007, está previsto ainda um amplo projeto em parceria com a Coordenadoria Municipal da Mulher e o Núcleo de Gênero da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, com o objetivo de divulgar o Centro de Referência Jacobina, no qual o papel e a participação das Promotoras Legais Populares são fundamentais.

bem como a de toda a comunidade. Esse projeto já desencadeou várias ações e atividades solidárias na comunidade, além de criar uma rede de informações e de mulheres multiplicadoras, capazes de fornecer esclarecimentos e auxílio jurídico, possibilitando à população noções mais precisas de cidadania, direitos humanos, formas de luta, organização e reivindicações de seus direitos.

Após nove anos de existência do projeto na região, foram qualificadas mais de 100 mulheres, que atuam em diversos grupos nas vilas, em fóruns da sociedade civil, nos diferentes conselhos paritários, no movimento negro e de portadores de necessidades especiais, em associações e cooperativas de recicladores, sindicatos de trabalhadores, associações de bairro, no governo municipal, no fórum de mulheres e em muitos outros espaços de construção da cidadania.

2.3.1 A Educação Popular no Projeto Acesso Popular à Justiça e com as Promotoras Legais Populares

Todas as ações propostas no projeto em análise fazem parte da metodologia da Educação Popular. Com isso, acreditamos contribuir para uma formação centrada no sujeito e na sua experiência, permitindo que o mesmo se aproprie do conhecimento, confronte-o com suas leituras de mundo e de vida, para então sentir-se desafiado a estabelecer ações que possibilitem transformações sociais e das relações humanas. Atualmente, faz parte da metodologia garantir que os diferentes grupos com os quais se trabalha e a equipe da entidade sistematizem suas experiências de formação, motivo pelo qual cada participante dos grupos é desafiado/a a sistematizar as próprias experiências, produzindo, com isso, novos saberes¹⁵.

Na compreensão freiriana de que “ninguém educa ninguém” ocorre a construção de um conhecimento interativo e solidário, sob uma ótica de gênero que tem presente a realidade de discriminação das mulheres, especialmente nas relações familiares e no acesso à cidadania. No caso das PLPs, o *primeiro passo* é a descoberta de que elas têm uma identidade comum de mulheres excluídas. A descoberta constitui o alicerce inicial de sua caminhada. O *segundo passo*, à luz da EP, é que elas se percebam capazes de compreender não somente a si mesmas,

¹⁵ Três Promotoras Legais Populares escrevem suas experiências desde diferentes âmbitos: uma, como Promotora Legal Popular; outra, desde o Fórum de Mulheres; e a última, desde a Coordenadoria da Mulher em “Práticas & Reflexão”. Ceca em Revista. São Leopoldo, CECA, julho-dezembro/2005, Ano I, nº 2.

mas igualmente à realidade política e social que as envolve (hermenêutica política). O *terceiro passo* é a percepção de que, ao agir coletivamente, são capazes de transformarem a si mesmas e contribuírem para a transformação social.

As dinâmicas desse processo pedagógico partem do cotidiano e das histórias de vida, baseadas na afetividade, na subjetividade e na corporeidade dessas mulheres, derrubando as barreiras e criando laços de solidariedade entre elas. A relação interpessoal oportuniza o resgate da auto-estima e a descoberta da identidade de mulher e das condições de construção dessa identidade. É um processo gradual de desvelamento realizado por meio de uma rede de mútua confiança e cumplicidade, construída em dinâmicas que oportunizam relatos pessoais, descoberta das coisas comuns, especialmente dos sofrimentos, das discriminações e das experiências de violência doméstica, agravadas pelas condições de pobreza das periferias urbanas. Esse processo também traz, junto à descoberta coletiva de sonhos e desejos, novos conhecimentos e aspirações que paulatinamente tornam-nas protagonistas de sua história. Como resultado dessa construção de sujeitos políticos, o que ocorre entre as PLPs tem grande significado para o grupo. Um deles, por exemplo, é a desmistificação dos espaços da justiça e da segurança.

Acompanhei ela, sim, primeiro, na delegacia para registrar a ocorrência, depois na Defensoria Pública. É bom ir junto porque as mulheres que apanham ficam sensíveis e muito sozinhas. Também porque os policiais falam muitas vezes: ‘a senhora deve ter aprontado para apanhar’. (PLP-CECA, 1998)¹⁶

A elevação da auto-estima é outro elemento, que pode ser constatado no depoimento seguinte:

Eu, negra, sem dentes, eu morri de vergonha no início. Eu me senti bem como um bichinho dentro do casulo. Também o fato de deixar meus filhos em casa (...) Mas pensei: é o momento de fazer alguma coisa por mim. Depois, quando cheguei em casa, o meu nariz foi ficando mais empinado. Eu disse nariz empinado porque eu não tenho medo de chegar em lugar nenhum. Eu voltei a estudar, estou trabalhando (...) (Participante do Curso de PLPs, CECA, 1999)

A consolidação de um grupo muito solidário, como resultado do aprofundamento do compromisso político-social, especialmente com as mulheres dos setores mais excluídos, as

¹⁶ As Promotoras Legais Populares se identificam com o nome e o ano que fizeram o curso. Nos depoimentos citados neste trabalho, usaremos o ano do curso e omitiremos os nomes.

leva, finalmente, como parte do compromisso solidário com as outras mulheres, a converterem-se em multiplicadoras dos novos conhecimentos adquiridos.

É bom se encontrar... na luta por um mundo mais justo, um mundo que a gente merece. Mas, às vezes, tudo parece tão longe e difícil que preciso de força, e aqui, sabendo que outras mulheres lutam como eu, acho força, coragem e muita vontade de viver. (PLP 2000- Depoimento no Curso de Aprofundamento, CECA, 2002)

Têm mulheres que estão tão destruídas, que só querem um colo, querem ser escutadas, sentir que alguém é solidária com elas nesse momento. (PLP 2002, CECA, 2005).

A criação de fatos políticos importantes nas periferias contribuiu para o avanço da organização popular na defesa de políticas públicas, imprescindíveis em um projeto de sociedade justa e democrática.

É importante assessorar as oficinas de prevenção à violência nas escolas e vilas. É um jeito de prevenir e conscientizar as mulheres e jovens. As mulheres têm que se conscientizar para pressionar o poder público que precisamos uma delegacia da mulher, uma casa-abrigo, mais políticas de gênero no município. (PLP 2002, CECA, 2005)

A maioria delas, depois de realizar o curso de PLPs, volta ao ensino formal para concluir os estudos, e algumas, inclusive, ingressam na universidade. Entre 1998 e 2001, *“Das 71 mulheres formadas nos cursos promovidos pelo CECA, 23 mulheres voltaram a estudar”*. (CECA, 2002, p.14)

Constatamos uma consolidação das lideranças com engajamentos mais amplos e de maior responsabilidade. As Promotoras Legais Populares, como foi mencionado, estão na coordenação do Fórum de Mulheres, no conselho e Fórum de Saúde, no Movimento Negro, nas associações de Bairro, no Conselho Municipal de Direitos da Mulher. São educadoras e coordenadoras em projetos sociais, na Coordenadoria Municipal da Mulher, nas pastorais das igrejas e em muitos outros espaços de lideranças.

2.3.2 O CECA, a Educação Popular, a Teologia da Libertação, o ecumenismo e a questão da violência contra as mulheres

O CECA foi criado para ser apoiador e animador dos movimentos populares (CECA, 1989, p.16) e, para desenvolver sua missão, apoiou-se em dois pilares fundamentais: evangelização e catequese. Ambos deveriam se articular e tinham como marco teórico a metodologia de Paulo Freire (CECA, 1989, p.7).

Como mencionamos, um dos pilares permanentes do CECA, ao longo de toda sua trajetória, é a Educação Popular. Faz parte dessa metodologia não formular um receituário fechado, previamente definido, mas construir a proposta de formação e de abordagem dos conteúdos a partir da realidade e necessidade dos grupos, garantindo maior envolvimento dos participantes, estimulando-os a criarem suas estratégias de ação. Essa metodologia foi a grande chave pedagógica que alimentou os movimentos populares no Brasil durante o período autoritário (1964-1985). Em um contexto de Educação Formal tecnicista e alienante, a Educação Popular permitiu ler e julgar a realidade de modo crítico, bem como criar as condições de uma leitura bíblico-teológica motivadora de uma crítica política da realidade. Encontramos nos arquivos do CECA uma folha mimeografada, de autoria do Pe. Clarindo Redin (assessor do CECA), com fortes princípios da pedagogia freireana:

O homem é um ser inacabado, que do nascer até a morte busca respostas às suas questões e aos problemas do mundo onde vive. É um ser limitado, inquieto e aberto.

2. O homem é ser de relação. Viver em relação com os outros é fundamental. Só nesse relacionamento pode encontrar soluções a seus problemas; nunca sozinho, nem fechado. Essas relações acontecem sempre num mundo concreto e conflitivo. O homem é um ser situado.

3. Todos sabem. Cada homem vivencia e transmite experiências pessoais importantes. Em cada um existe um saber, às vezes, diferente do saber dos demais.

4. Ninguém ensina ninguém (ninguém educa ninguém). Juntos, nos educamos aprendemos e crescemos numa relação franca e igualitária com os outros. É na busca coletiva (juntos) que o saber acontece e temos o conhecimento.

5. O homem é um ser feito para o diálogo. A verdade só aparece no diálogo. Diálogo é uma relação que se dá na igualdade dos interlocutores e quando existe abertura. Para dialogar, é preciso respeitar, e para respeitar, é preciso amor ao outro. Onde não há diálogo, há imposição, domesticação e manipulação.

6. A consciência do homem acontece na prática, e não se cria com discursos e nem em gabinetes. É a partir da prática de cada dia, a luta refletida e analisada que gera o conhecimento e a consciência. Essa consciência será crítica e não ingênua.

7. O homem deve ser sujeito e nunca objeto. O objeto é manipulado de fora. O sujeito se determina de dentro, com consciência e liberdade. Forma-se na solidariedade com os demais e nunca só. Do homem, sujeito crítico e autônomo, nascerá as relações maduras com os demais. Dele virão decisões e ações para a mudança. Esse homem não será manipulado.

8. A educação é um ato político (seja na escola ou fora dela). Ela procura criar um conhecimento real, concreto, que abra caminho para a solução dos

problemas e a transformação da realidade. Outro modo é educar escondendo a realidade para manter a situação (isso é domesticação). 9. *Paulo Freire é contra o paternalismo e o autoritarismo*, pois criam dependência, acomodação e imaturidade. Neles está a raiz da opressão e da ditadura. Propõe participação plena e consciente, liberdade de expressão, voz e vez a todos, criatividade e muito diálogo. 10. *Partir sempre da realidade*. Segundo Paulo Freire, devemos partir sempre dos fatos concretos e da realidade das pessoas e da sociedade. Aceitar, respeitar e assumir esta realidade, e então, com calma e no diálogo, ir trabalhando. É perigoso partir da própria idéia e do nosso modo de ver, pois sempre imaginamos saber o que é certo e bom para os outros. (REDIN *apud* SOFFEL, 2006, p.84)

Assim, deparamo-nos com as seguintes características quanto ao ser humano: incabado, ser em relação, todos sabem, ninguém ensina ninguém, o ser humano é um ser feito para o diálogo, deve ser sujeito, nunca objeto, a educação é um ato político, a educação parte da realidade.

Dado o contexto histórico da construção teórica da TdL e da EP, percebemos um foco muito centrado no “político”, geralmente macro-estrutural, com um forte discurso de classe social. É perceptível, na citação acima, uma “ausência” de conteúdo de Gênero.

O envolvimento do CECA, na metade da década de 90, com as mulheres da periferia de São Leopoldo e da pastoral da Igreja gerou a necessidade de articular a leitura política com a leitura de Gênero. Como o CECA não tinha acúmulo teórico nesse campo, ocorreu a aproximação com outras ONGs que tinham acúmulo histórico na temática em questão, como a Themis. Ou seja, o movimento ecumênico popular fortaleceu-se, naquele momento, com a abordagem de gênero, o que originou o Projeto Acesso Popular à Justiça.

Assim como o conceito de gênero não aparecia suficientemente aprofundado, o ecumenismo não poderia ser um ecumenismo superficial. O Movimento Ecumênico não pode ser simplificado a um esforço de criar apenas melhores relações entre grupos confessionais. Sua proposta era mais profunda, pois pretendia superar e respeitar as diferenças religiosas em prol da luta por justiça, denunciando o que impede cidadania, direitos, inclusão. Foi um processo amplo, rico e dinâmico, em que várias instâncias estavam envolvidas. Nesse sentido, afirmamos que o ecumenismo cresce e se faz simultaneamente em diversos âmbitos, grupos e expressões, por exemplo, em nível institucional: nas Igrejas no esforço de partilhar uma certa caminhada, encontros, diretrizes pastorais, documentos. O ecumenismo não programado vai acontecendo no dia-a-dia, nos grupos, no cotidiano das Igrejas, onde o povo vai reconhecendo e vivendo a experiência de que “Deus não é propriedade de nenhuma Igreja”. As concepções e denominações podem ser diferentes, também são diferentes os cultos e ritos, mas Deus é o

mesmo. Assim, o ecumenismo busca seus fundamentos na luta pela justiça, no compromisso com a dignidade humana, que acontece no encontro de quem está envolvido na superação das discriminações, lutando por uma nova sociedade, ultrapassando as fronteiras da comunidade eclesial, comprometendo-se com uma comunidade mais ampla e abrangente.

Na dimensão ecumênica, é importante destacar as diferentes parcerias e articulações realizadas entre o CECA e entidades locais, estaduais, nacionais e internacionais ¹⁷. No contexto de comemoração de seus 30 anos, o CECA elaborou um resgate e uma avaliação de seus referenciais teóricos originais: a Teologia da Libertação e a Educação Popular. Assim, originou-se a proposta de realização de um Seminário Nacional de Teologia da Libertação e Educação Popular, organizado e promovido em parceria com o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) e o CELADEC (Comissão Evangélica de Educação Cristã). O objetivo dessa atividade foi resgatar, aprofundar e atualizar o debate em torno desses dois instrumentos teóricos e práticos da organização e mobilização popular. A pertinência de destacar esta atividade justifica-se no fato de que ela tornou-se um marco e uma referência para outras organizações similares ao CECA.

A constatação que podemos vislumbrar nesse processo histórico é que houve uma formação em torno de alguns eixos temáticos. A maturação de propostas metodológicas como as da Teologia da Libertação e as da Educação Popular conduziram as práticas de um grupo de trabalho como o do CECA, no cuidado com as mulheres das vilas das mais diversas religiões em situação de pobreza e expostas ainda mais aos processos de violência. Ao fazer esse movimento, como grupo de trabalho, iniciou um percurso de aproximação entre o que de melhor existe na tradição do cristianismo, ou seja, a solidariedade (amor ao próximo/a) e o que de mais aguçado se construiu nos movimentos sociais, isto é, a luta contra toda e qualquer manifestação de desigualdade.

Até aqui, vimos a trajetória de uma entidade que nasceu para ser suporte e animadora dos movimentos populares. Para isso, fundamentamo-nos teórica e metodológica na

¹⁷ Nível Local: CEBI (Centro de Estudos Bíblicos), Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos), Instituto Humanitas (Unisinos), EST (Escola Superior de Teologia), SELEO (Serviço Ecumênico Leopoldense), diversas igrejas (CAR, Anglicana, IECLB, etc) Nível Estadual: AEC RS (Associação de Educação Católica), Cáritas Regional RS, Fraternidade Cristã de Deficientes, CONIC RS (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil) FLD (Fundação Luterana de Diaconia), Igreja Episcopal Anglicana, ITEPA (Instituto de Teologia e Pastoral), Pastoral Operária, PPL (Pastoral Popular Luterana), Pastorais Sociais da CNBB Sul 3, entre outras. Nível Nacional: Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), Koininía, FE-Brasil (Fórum Ecumênico Brasil), CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), entre outros. Nível Internacional: CMI (Conselho Mundial de Igrejas), CELADEC, RED CONO SUR, entre outros.

Teologia da Libertação e na Educação Popular. Também analisamos como o CECA foi incorporando paulatinamente novos paradigmas na sua práxis, originando assim o Projeto Acesso Popular à Justiça, onde as Promotoras Legais Populares, com sua prática e organização, vivenciaram, desde sua experiência, uma forma diferente de lutar por um mundo melhor e, para tanto, moldaram um novo jeito de serem mulheres, inédito e distinto daquele que aprenderam.

III - OLHARES DO MUNDO CATÓLICO SOBRE AS MULHERES

O patriarcalismo – tipo de relação familiar e social em que homem é o senhor absoluto e a mulher fica submetida à sua autoridade – tem sido utilizado por algumas tradições do cristianismo como um valor intrínseco a esta tradição religiosa para legitimar histórica e culturalmente uma série de padrões de comportamento, transmitidos socialmente por gerações. Com uma postura patriarcal é estabelecido o nosso modo de ver e organizar o mundo, as diferentes apreciações de ordem moral e também as valorativas.

No caso da Igreja Católica, essa idéia permeia toda sua organização institucional, que, constituída hierarquicamente por homens, não permite às mulheres o acesso ao Ministério Ordenado nem a outras instâncias decisórias.

Esse tipo de postura religiosa é também vivenciada no âmbito familiar por meio do papel destinado à mulher, vista como procriadora, “mãe por excelência”, “rainha do lar”, espaço onde ela deve reinar, soberana. Atualmente, a situação econômica conduz a mulher a trabalhar fora de casa, porém isso somente é admitido se tal ofício não atrapalhar a harmonia da vida doméstica, ou seja, o cuidado com a casa, os filhos e, principalmente, com o “chefe da família”:

Na mesma perspectiva esponsal, compreende-se em que sentido o antigo relato do Gênesis dá a entender como a mulher, no seu ser mais profundo e originário, ‘existia para o outro’(...) Entre os valores fundamentais relacionados com a vida concreta da mulher, existe o que se chama sua capacidade para o outro (...). Numa tal perspectiva, compreende-se o papel insubstituível da mulher, em todos os aspectos da vida familiar e social que envolvam relações humanas e cuidado do outro. (JOÃO PAULO II, 2004, n.6)

No texto acima, percebemos como é, diversas vezes, afirmado o papel fundamental da mulher nesta vida: não é cuidar de si e, cuidando de si, decidir, depois, “cuidar dos outros”. Ela já está predestinada e sua vida terá sentido somente se colocada em função dos outros.

3.1 A MULHER NOS DOCUMENTOS DA IGREJA

A questão religiosa é um componente da vida em sociedade. Por meio dela, podemos compreender as condutas, atitudes, normas e todo tipo de expressão cultural cotidiana.

Na América Latina, o peso ideológico e cultural de mais de 500 anos de evangelização da Igreja Católica Apostólica Romana faz parte de nossa identidade, o que transcende a prática confessional concreta. Esse aspecto é perceptível entre muitas mulheres que, como eu, foram educadas no seio da Igreja Católica. Para a maioria dos homens católicos, pertencer a essa igreja significa ser batizado e talvez receber algum outro sacramento, enquanto a militância e a participação efetiva estariam reservadas fundamentalmente para as mulheres.

Se remetermo-nos à Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, podemos afirmar que:

- As mulheres constituem a ampla maioria dos fiéis;
- São as mulheres que garantem a maior parte dos serviços organizativos e pastorais;
- As mulheres asseguram em maior número o funcionamento das instituições de solidariedade social da igreja;
- O ensino religioso das escolas católicas está, em boa parte, nas mãos das mulheres;
- As mulheres fazem as tarefas “domésticas” nas igrejas (limpeza e manutenção dos templos);

A presença feminina, embora seja decisiva e atuante nos trabalhos das bases, ainda é pequena ou nula nos Secretariados, nas Comissões, nas Sagradas Congregações, nos Concílios e Sínodos. Por exemplo, no Concílio Vaticano II (1962-1965), dentre mais de 2500 participantes, apenas 7 eram mulheres e não tinham direito a voto.

Em vários documentos oficiais da Igreja Católica, podemos perceber que é defendida a manutenção da sujeição da mulher ao homem. Para manter tal sujeição também, muitas vezes, foram citados alguns textos bíblicos como: “O marido é a cabeça da mulher como Cristo é a cabeça da Igreja (Ef.5,23).”; “A cabeça de todo varão é Cristo, a cabeça da mulher é o varão, e a cabeça de Cristo, Deus” (1 Cor11,3); “O varão é imagem e glória de Deus, mas a mulher é a gloria do varão, pois não foi o varão que se originou da mulher, mais sim a mulher do varão, nem foi criado o varão para a mulher, mais sim a mulher para o varão” (1 Cor.11,7-9).

Para confirmar as proposições anteriores, farei referência a alguns documentos da Igreja, enfatizando a distinção dos documentos do Magistério durante o Papado de João Paulo II. A Doutrina Social da Igreja foi inaugurada por **Leão XIII**¹⁸ com a encíclica **Rerum Novarum** (15/05/1891). Nela, faz-se referência ao papel e vocação da mulher.

Trabalhos há também que não se adaptam tanto à mulher, a qual, por natureza destina-se de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela própria natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família. (LEÃO XIII, 1891, n.26)

Outros Papas delinearam a função da vida dos fiéis, especialmente da mulher, na encíclica *Casti Connubi* (30/12/1930), Pio XI assinala alguns princípios ensinados e defendidos pela Igreja ao longo dos séculos:

a) A finalidade do casamento: *“disse com frase enérgica o Código de Direito Canônico: O fim primário do casamento é a procriação e a educação dos filhos”*. (CONNUBII, 1930, n. 8).

b) Hierarquia na ordem familiar:

Finalmente, robustecida a sociedade doméstica com o vínculo desta caridade, é necessário que nela floresça o que Santo Agostino chamava hierarquia do amor, a qual abraça tanto a primazia do homem sobre a mulher e os filhos como a diligente submissão da mulher e sua rendida obediência. (PIO XI, 1930, n.10)

c) Função e vocação da mulher:

Tal submissão não nega nem tira a liberdade de pleno direito que compete à mulher, por sua dignidade de pessoa humana como por suas nobilíssimas funções de esposa, mãe e companheira, nem a obriga a dar satisfações a qualquer gosto do marido. (PIO XI, 1930, n.10)

d) Homem-razão/mulher-coração:

(...) proíbe que neste corpo da família se separe o coração da cabeça, com grande detrimento do conjunto, se o varão é a razão a mulher é o coração, e como o homem tem o principado do governo, a mulher pode e deve reclamar para si, como coisa que lhe pertence, o principado do amor. (PIO XI, 1930, n.10)

¹⁸ Normalmente se considera como ponto de partida para DSI a encíclica "Rerum Novarum" de Leão XIII, a qual serve de parâmetro para todas as demais encíclicas, chamadas "sociais".

e) Submissão da mulher:

O varão é o chefe da família e a cabeça da mulher, a qual é carne de sua carne e ossos dos seus ossos, deve submeter-se e obedecer ao marido, não ao modo de escrava, sim como colaboradora, de modo tal que a sua obediência não lhe falte honestidade e dignidade. (PIO XI, 1930, n.10)

Pio XI, em outra encíclica, a *Quadragesimo Anno* (1931), deu continuidade à mesma argumentação:

(...) é uma iniquidade abusar da idade infantil ou da fraqueza feminina. As mães de família devem trabalhar em casa ou na vizinhança, dando-se aos cuidados domésticos. É um terrível abuso, que deve a tudo custo cessar, que a mãe, por causa da mesquinhez do salário paterno, seja obrigada a ganhar a vida fora das paredes domésticas, descuidando os zelos e os deveres próprios e, sobretudo, a educação dos filhos. (PIO XI, 1931, n.32)

Até esse momento (1931), o ensino oficial da Igreja reduz a vida da mulher somente ao âmbito doméstico, indicando como papéis fundamentais ser esposa e mãe.

Pio XII (1939-1958), frente ao temor da vitória comunista, convoca as mulheres para que votem:

A entrada de vocês nesta vida pública tem acontecido rapidamente por efeito das alterações sociais que estamos vendo. Pouco importa, vocês estão chamadas a tomar parte nelas. Vocês vão deixar a quem se faz cúmplice e promotor da ruína do lar o monopólio da vida social, cujo elemento principal na sua unidade jurídica, econômica, espiritual e moral é a família? A sorte da família está em jogo. Está nas mãos de vocês (...) Por isto, é necessário usar a célula para cumprir um sério dever de consciência, especialmente no tempo presente. (PIO XII, 1945)

Na realidade, a posição da Igreja continua a mesma, pois não ultrapassa a aceitação da situação política, realçando novamente o papel da mulher, restrito ao lar e à família. Assim, é possível analisar que a Igreja vê a mulher como responsável, no universo doméstico, pela situação social e política, como se a mudança dependesse apenas dela. Não somente a Igreja faz esse tipo de insinuação: Pierre Bourdieu (1999) e Gilles Lipowetsky (2000), dois pensadores franceses, fazem esse tipo de raciocínio estabelecendo o centro das mudanças novamente para as próprias mulheres.

No Pontificado de **João XXIII** (1958-1963), parece haver uma mudança de mentalidade. Na encíclica **Pacem in Terris**, a promoção da mulher é reconhecida, o que é considerado como sinal dos tempos, como revela a passagem a seguir:

(...) o fato por demais conhecido do ingresso da mulher na vida pública: mais acentuado talvez em povos da civilização cristã; mais tardio, mas já em escala considerável, em povos de outras tradições e cultura. Torna-se a mulher cada vez mais cônica da própria dignidade humana, não sofre mais ser tratada como um objeto ou instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social. (João XXIII, 1963, n.41)

Durante a gestão de Paulo VI (1963- 1978), realiza-se o Concílio Vaticano II (1962-1965), e o tema da participação da mulher incide em todos os níveis de discussão. Na *Gadium et Spes*, n. 29, rejeita-se toda discriminação por razão do sexo, raça ou cor. No n. 49, afirma-se o reconhecimento da mesma dignidade para homens e a mulheres. Apesar do clima de renovação e esperança trazida pelo Concílio Vaticano II, Paulo VI, na encíclica *Octogésima Advenies* (14/05/1971), afirma novamente a respeito das mulheres:

Asimismo, en muchos países, un estatuto sobre la mujer, que haga cesar una discriminación efectiva y establezca relaciones de igualdad de derechos y de respeto a su dignidad, es objeto de investigaciones y a veces de vivas reivindicaciones. Nos no hablamos de esa falsa igualdad que negaría las distinciones establecidas por el mismo Creador y que estaría en contradicción con la función específica, tan capital de la mujer en el corazón del hogar (...) (PAULO VI, 1971, n.13)

Durante seu Pontificado, devido à preparação do Sínodo dos Bispos de 1971, estudava-se com profundidade a questão do sacerdócio ministerial. Como fruto deste Sínodo, criou-se uma comissão para tratar, dentre outras questões, da preparação do Ano Internacional da Mulher, que contou com uma Comissão de Estudos sobre o tema: a posição das mulheres na igreja e, sobretudo, da admissão delas ao ministério ordenado. A comissão trabalhou durante três anos, sofreu influências por parte de setores do Vaticano, sendo “continuamente manipulada pelas autoridades do Vaticano” (VAN EYDEN, 2001, p.29). As expectativas das mulheres católicas diminuíram substancialmente quando os resultados sobre os estudos foram negativos. A Comissão para a Doutrina da Fé emitiu a Declaração sobre a questão da admissão das mulheres ao Sacerdócio ministerial: a Igreja não encontra razão para aceitar o sacerdócio feminino. O documento, chamado *Inter Insigniores*, despertou enumeráveis críticas em todos os âmbitos.

Medellín e Puebla ¹⁹ e os documentos resultantes desses eventos têm muita importância para a vida da Igreja Latino-Americana, também para as mulheres que vivem sua fé no contexto da comunidade eclesial que quer agir e reagir de acordo com as urgências e os

¹⁹ A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968). III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizado em Puebla (1979). Os documentos destas Conferências se denominam Medellín e Puebla, respectivamente.

desafios do continente. Entretanto, é importante destacar que a linguagem dos documentos é androcêntrica e sexista²⁰.

Um dos grandes aportes do Documento de Medellín foi viver a fé cristã e ser da Igreja a partir das urgências dos pobres. O documento adverte que a Igreja não pode permanecer omissa à injustiça que afeta a maioria latino-americana. Sendo assim, cabe aqui uma pergunta: Que lugar ocupam nestas “maiorias” os rostos concretos de milhares de mulheres e jovens que sofrem, todos os dias, injustiças e discriminações pelo fato de serem do sexo feminino?

O documento de Puebla também assinala o papel fundamental da mulher como “mãe, defensora da vida e educadora do lar” (PUEBLA, 1985, p.227), mas considera que:

A Igreja é chamada a contribuir para a promoção humana e cristã da mulher, ajudando-a assim a sair de situações de marginalização em que se possa encontrar e capacitando-a para sua missão na comunidade eclesial e no mundo. (p.228)

Com respeito à evangelização, o Documento de Puebla reconhece que a Igreja não valorizou a mulher e se contentou com uma “escassa participação delas no âmbito de iniciativas pastorais” (PUEBLA, 1985, p.226). No entanto, propõe-se a novamente “confiar às mulheres os ministérios não ordenados” (PUEBLA, 1985, p.227). O documento reconhece a própria omissão da Igreja na luta pelos direitos da mulher, embora a situação da mulher permaneça a mesma. A situação subalterna da mulher segue vigente também durante o Pontificado de João Paulo II, como veremos a seguir.

3.2 O PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II E AS MULHERES

Quadro 5 – Síntese dos documentos por tema

TEMA	DOCUMENTO	CITAÇÃO
FEMINISMO	Mulieris Dignitatem (15/08/1988)	(...) la justa oposición de la mujer frente a lo que expresan las palabras bíblicas ‘el te dominará’ no puede de ninguna manera conducir a la masculinización de las mujeres. La mujer en nombre de la liberación del dominio del hombre no puede tender a apropiarse de las tendencias masculinas, en contra de su propia originalidad femenina (10)

²⁰ A visão androcêntrica afirma que na categoria *homem* as mulheres estão incluídas. Este argumento reforça o sexismo e não representa o que as mulheres dizem de si mesmas.

TEMA	DOCUMENTO	CITAÇÃO
<p align="center">FEMINISMO (CONTINUAÇÃO)</p>	<p align="center">Evangelium Vitae (25/03/1995)</p>	<p>as mulheres têm um espaço de pensamento e ação singular e talvez determinante: compete a elas fazerem-se promotoras de um « novo feminismo » que, sem cair na tentação de seguir modelos « masculinizados », saiba reconhecer e exprimir o verdadeiro gênio feminino (99)</p>
	<p align="center">Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher no mundo (31/05/2004)</p>	<p>Entre os valores fundamentais relacionados com a vida concreta da mulher, existe o que se chama a sua capacidade “para o outro”. Não obstante o fato de um certo discurso feminista reivindicar as exigências para ‘ela mesma’, a mulher conserva a intuição profunda do que é melhor da sua vida é feito de atividades orientadas para o despertar de outro (13)</p>
<p align="center">FEMININO/ FEMINILIDADE</p>	<p align="center">Familiaris Consortio (22/11/1981)</p>	<p>A Igreja, com o devido respeito pela vocação diversa do homem e da mulher, deve promover, na medida do possível, também na sua vida, a igualdade deles quanto a direitos e dignidades... É evidente, porém, que isto não significa para a mulher a renúncia à sua feminilidade nem a imitação do carácter masculino (23)</p>
	<p align="center">Redemptoris Mater (25/03/1987)</p>	<p>Pode, portanto, afirmar-se que a mulher, olhando para Maria, nela encontrará o segredo para viver dignamente a sua feminilidade e levar a efeito a sua verdadeira promoção (46)</p>
	<p align="center">Mulieris Dignitatem (15/08/1988)</p>	<p>(...) Del don personal de la feminidad, de toda la eterna originalidad dela mujer de la forma que Dios la quiso, como persona en si misma y que al mismo tiempo puede realizarse en plenitud por medio de la entrega sincera de sí (11) En el Espíritu de Cristo ella puede descubrir el significado pleno de su feminidad y, de esta manera, disponerse al “don sincero de si misma “y a los demás, y de este modo encontrarse a si misma (31)</p>
	<p align="center">Carta às mulheres (25/05/1995)</p>	<p>Por otra parte, precisamente en la línea de esta economía de signos, incluso fuera del ámbito sacramental, hay que tener en cuenta la «feminidad» vivida según el modelo sublime de María. (11) Nessa perspectiva, o que se chama «feminilidade» é mais do que um simples atributo do sexo feminino. A palavra designa, com efeito, a capacidade fundamentalmente humana de viver para o outro e graças ao outro.(14)</p>

TEMA	DOCUMENTO	CITAÇÃO
VOCAÇÃO DA MULHER	Mulieris Dignitatem (15/08/1988)	En la economía salvífica de Dios; si queremos comprenderla plenamente en relación con toda la historia del hombre no podemos dejar de lado desde la óptica de nuestra fe, el misterio de la mujer: virgen-madre-esposa.
	Ordenatio Sacerdotalis (22/05/1994)	A Igreja defendendo a dignidade da mulher e sua vocação expressou honra e gratidão a aquelas que em todo tempo participaram na missão apostólica. Trata-se de santas mártires, de virgens mães de família, que corajosamente deram testemunho... (3)
VOCAÇÃO DA MULHER: MATERNIDADE	Familiaris Consortio (22/11/1981)	A Igreja defendendo a verdadeira promoção da mulher exige também que seja claramente reconhecido o valor da sua função materna e familiar em confronto com todas as outras tarefas públicas (23)
	Mulieris Dignitatem (15/08/1988)	Estas palabras dirigidas directamente al hombre la verdad fundamental de su responsabilidad hacia la mujer, hacia su dignidad, maternidad, su vocación (14) La maternidad esta unida a la estructura personal del ser mujer y a la dimensión personal del don (18) En el orden de la Alianza que Dios ha realizado con el hombre en Jesús Cristo ha sido introducida la maternidad de la mujer (19)
	Christifideles Laici (30/12/1988)	A tarefa, antes de mais, de <i>dar plena dignidade à vida matrimonial e à maternidade</i> . Novas possibilidades se abrem hoje à mulher para uma compreensão mais profunda e para uma realização mais rica dos valores humanos e cristãos implicados na vida conjugal e na experiência da maternidade: o próprio homem — o marido e o pai — pode superar formas episódicas e unilaterais de absentismo ou de presença, mais, pode envolver-se em novas e significativas relações de comunhão interpessoal, precisamente à intervenção inteligente, amorosa e decisiva da mulher (51).
	Carta às mulheres (25/05/1995)	Donde se da la exigencia de un trabajo formativo se puede constatar la inmensa disponibilidad de las mujeres a dedicarse a las relaciones humanas, especialmente en favor de los más débiles e indefensos. En este cometido manifiestan una forma de maternidad afectiva, cultural y espiritual, (9)
	Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher no mundo (31/05/2004)	Uma tal intuição é ligada à sua capacidade física de dar a vida. Viva ou potencial, essa capacidade é uma realidade que estrutura em profundidade a personalidade feminina (13)

TEMA	CONTEÚDO	CITAÇÃO
VOCAÇÃO DA MULHER: MATERNIDADE (CONTINUAÇÃO)	Familiaris Consortio (22/11/1981)	Embora tendo renunciado à fecundidade física, a pessoa virgem torna-se espiritualmente fecunda, pai e mãe de muitos, cooperando na realização da família segundo o desígnio de Deus.(16)
VOCAÇÃO DA MULHER: VIRGINIDADE	Mulieris Dignitatem (15/08/1988)	En las enseñanzas de Cristo la maternidad esta unida a la virginidad (20) Hay que considerar la virginidad también como un camino para la mujer ;un camino en el que, de un modo diverso del matrimonio ella realiza su personalidad de mujer (20)
	Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher no mundo (31/05/2004)	Como a virgindade recebe da maternidade física a advertência de que não existe vocação cristã senão no dom concreto de si ao outro, do mesmo modo a maternidade física recebe da virgindade o apelo à sua dimensão fundamentalmente espiritual: não é contentando-se em dar a vida física que se gera verdadeiramente o outro. Isto quer dizer que a maternidade pode encontrar formas de realização plena também onde não há geração física.(13)
VOCAÇÃO DA MULHER: ESPOSA	Mulieris Dignitatem (15/08/1988)	(...)es precisamente la mujer que manifiesta a todos esta verdad: Ser esposa. Esta característica de la mujer en su feminidad halla su más alta expresión en la Virgen Madre de Dios (29)
	Carta às mulheres (25/05/1995)	La Iglesia ve en María la máxima expresión del «genio femenino» y encuentra en ella una fuente de continua inspiración. María se ha autodefinido «esclava del Señor» (Lc 1, 38. Por su obediencia a la palabra de Dios ella ha acogido su vocación privilegiada, nada fácil, de esposa y de madre en la familia de Nazaret (10)
PAPEL DA MULHER: OBEDIÊNCIA, ENTREGA, HUMILDADE, SUBMISSÃO, SOFRIMENTO.	Redemptoris Mater (25/03/1985)	Na Anunciação, de fato, Maria entregou-se a Deus completamente, manifestando "a obediência da fé"(...) Ela respondeu, pois, com todo o seu "eu" humano e feminino.(13)
	Mulieris Dignitatis (15/08/1988)	(...)lo que es femenino... precisamente este servicio constituye el fundamento servir (5) La mujer es llamada así a la existencia, es reconocida inmediatamente por el hombre como "carne de su carne y huesos de sus huesos"y por eso es llamada mujer (6)
	Christifideles Laici (30/12/1988)	Sufrimiento desempeña también un papel un papel particular en la sensibilidad propia de la mujer (19)

TEMA	DOCUMENTO	CITAÇÃO
<p style="text-align: center;">PAPEL DA MULHER: OBEDIÊNCIA, ENTREGA, HUMILDADE, SUBMISSÃO, SOFRIMENTO (CONTINUAÇÃO)</p>	<p>Carta às Mulheres (25/05/1995)</p>	<p>E como nas origens, assim na evolução sucessiva, a Igreja teve sempre, mesmo se de modos diferentes e com diversas acentuações, mulheres que desempenharam um papel, por vezes decisivo, e realizaram tarefas de considerável valor para a própria Igreja. É uma história de imensa operosidade, o mais das vezes humilde e escondida, mas nem por isso menos decisiva para o crescimento e para a santidade da Igreja.(49)</p> <p>En este horizonte de «servicio»--que, si se realiza con libertad recíproca y amor, expresa la verdadera «realeza» del ser humano--es posible acoger también, sin desventajas para la mujer (11)</p> <p>En efecto, es dándose a los otros en la vida diaria como la mujer descubre la vocación profunda de su vida; (11)</p>
	<p>Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher no mundo (31/05/2004)</p>	<p>no sentido que a criação da mulher da parte de Deus caracteriza a humanidade como realidade relacional. Neste encontro brota também a palavra que abre, pela primeira vez, a boca do homem numa expressão de maravilha: «Esta é realmente carne da minha carne e osso dos meus ossos» (Gen 2,23).(6)</p> <p>Numa tal perspectiva, compreende-se o papel insubstituível da mulher em todos os aspectos da vida familiar e social que envolvam relações humanas e o cuidado do outro.(13)</p> <p>Muito longe de conferir à Igreja uma identidade fundada sobre um modelo contingente de feminilidade, a referência a Maria, com as suas disposições de escuta e acolhimento, de humildade, de fidelidade, de louvor e espera.... Embora sejam atitudes que deveriam ser típicas de todo o batizado, na realidade é típico da mulher vivê-las com especial intensidade e naturalidade (16)</p>
<p>ORDENAÇÃO</p>	<p>Mulieris Dignitatem (15/08/1988)</p>	<p>Ante todo en la Eucaristía se expresa de modo sacramental el acto redentor de Cristo-Esposo con la Iglesia Esposa.Esto se hace transparente y unívoco cuando el servicio sacramental de la Eucaristía –en la que el sacerdote actúa “in persona Christi”- es realizado por el hombre (26)</p>

TEMA	DOCUMENTO	CITAÇÃO
ORDENAÇÃO (CONTINUAÇÃO)	Christifideles Laici (30/12/1988)	Para participar na vida e na missão da Igreja, a mulher não pode receber o <i>sacramento da Ordem</i> e, por isso, não pode desempenhar as funções próprias do sacerdócio ministerial. Esta é uma disposição que a Igreja sempre encontrou na clara vontade, totalmente livre e soberana, de Jesus Cristo que chamou apenas homens para seus apóstolos (51)
	Ordenatio Sacerdotali (22/05/1994)	<p>La ordenación sacerdotal, mediante la cual se transmite la función confiada por Cristo a sus Apóstoles, de enseñar, santificar y regir a los fieles, desde el principio ha sido reservada siempre en la Iglesia Católica exclusivamente a los hombres.(1)</p> <p>Cristo que escogió sus Apóstoles sólo entre varones; la práctica constante de la Iglesia, que ha imitado a Cristo, escogiendo sólo varones; y su viviente Magisterio, que coherentemente ha establecido que la exclusión.</p> <p>de las mujeres del sacerdocio está en armonía con el plan de Dios para su Iglesia"(1).</p> <p>Por tanto, en la admisión al sacerdocio ministerial(6), la Iglesia ha reconocido siempre como norma perenne el modo de actuar de su Señor en la elección de los doce hombres, que Él puso como fundamento de su Iglesia (2)</p> <p>Por tanto, con el fin de alejar toda duda sobre una cuestión de gran importancia, que atañe a la misma constitución divina de la Iglesia, en virtud de mi ministerio de confirmar en la fe a los hermanos (cf. Lc 22,32), declaro que la Iglesia no tiene en modo alguno la facultad de conferir la ordenación sacerdotal a las mujeres, y que este dictamen debe ser considerado como definitivo por todos los fieles de la Iglesia.(4)</p>
	Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher no mundo (31/05/2004)	<p>Numa tal perspectiva, também se compreende porque o fato da ordenação sacerdotal ser exclusivamente reservada aos homens 22 não impede às mulheres de terem acesso ao coração da vida cristã.(16)</p>

Ao ler o quadro apresentado, podemos afirmar que João Paulo II, mesmo às portas do século XXI, defendeu uma visão mais conservadora e radical que seus antecessores, seja em relação à mulher, seja em outros aspectos. Ele afirmou, em mais de um documento e reiteradamente, a estrutura hierárquica da Igreja, justificando-a como um benefício aos fiéis: “Deve na verdade afirmar-se: embora a Igreja possua uma estrutura hierárquica, essa estrutura está totalmente ordenada para a santidade dos membros em Cristo” (JOÃO PAULO II, 1988, n.51). Seis anos depois, lemos o mesmo conteúdo em outro documento: “é a santidade dos fiéis que está totalmente ordenada à estrutura hierárquica da Igreja” (JOÃO PAULO II, 1994, n.3).

JOÃO PAULO II também critica categorias como *gênero*: “neste nivelamento, a diferença corpórea chamada sexo é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada gênero, é sublinhada ao máximo” (JOÃO PAULO II, 2004, n.2). No mesmo documento, ele acrescentou: “é esta humanidade sexuada que é explicitamente declarada imagem de Deus” (JOÃO PAULO II, 2004, n.5).

Em linhas gerais, a pesquisa feita nos documentos de João Paulo II nos permite resgatar as seguintes idéias: redução do feminismo, e sua luta, a uma espécie de masculinização da mulher, argumentando que esta deveria existir em função do outro, ao invés de reivindicar seus direitos; entre o homem e a mulher há uma igualdade e diferença básica, introduzindo o conceito da complementaridade – “La mujer es complemento del hombre y el hombre es el complemento de la mujer: mujer y hombre se complementan” (JOÃO PAULO II, 1995, n.6).

Entre homem e mulher há complementaridade, direitos iguais e responsabilidades, sempre e quando “se contemple exigências da missão da mulher no seio da família. Exige-se, de fato, uma justa valorização do trabalho realizado pela mulher na família” (JOÃO PAULO II, 2004, n.13).

Finalmente, as mulheres devem seguir o modelo de Maria:

Muito longe de conferir à Igreja uma identidade fundada sobre um modelo contingente de feminilidade, a referência a Maria, com as suas disposições de escuta e acolhimento, de humildade, de fidelidade, de louvor e espera.... Embora sejam atitudes que deveriam ser típicas de todo o batizado, na realidade é típico da mulher vivê-las com especial intensidade e naturalidade (JOÃO PAULO II, 2004, n.16)

Desde essa perspectiva, a mulher realiza-se, vive sua dignidade e vocação quando é mãe ou virgem e ao doar-se aos outros como já foi visto no quadro acima.

Quanto a Ordenação feminina, no documento *Ordenatio Sacerdotalis*, é declarado que a Igreja não tem nenhuma autoridade para ordenar mulheres já que Cristo, desde o início, escolheu apóstolos. Isso revela uma posição patriarcal e uma forma de manter as decisões na hierarquia composta por homens. Outro argumento usado para negar às mulheres o acesso ao ministério ordenado: Maria foi escolhida para realizar os planos de Deus como Mãe do Cristo e de toda a Igreja. Ela é modelo de santidade, mas não lhe foi dada a tarefa de ser sacerdote. Em relação a esse aspecto, encontramos na *Redemptoris Mater* uma contradição, já que o documento afirma:

E assim, Maria Mãe tornava-se, em certo sentido, a primeira "discípula" do seu Filho, a primeira a quem ele parecia dizer: "Segue-me", mesmo antes de dirigir este chamamento aos Apóstolos ou a quaisquer outros (cf. Jô 1, 43). (JOÃO PAULO II, 1987, n.20)

Para justificar e manter tal postura, a Igreja usa a infalibilidade²¹ como recurso para silenciar todos os contra-argumentos. Frente à possibilidade da ordenação da mulher, declara-se:

Portanto, para que seja excluída qualquer dúvida em assunto de máxima importância, que pertence à própria constituição divina da Igreja, em meu ministério de confirmar aos irmãos, declaro que a Igreja não tem absolutamente a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres, e que esta sentença deve ser considerada como definitiva por todos os fiéis da Igreja. (JOÃO PAULO II, 1994, n.4)

Como é possível que a mesma Igreja que se declara “Perita em humanidade e interessada por tudo o que diz respeito ao homem e a mulher” (JOÃO PAULO II, 2004, n.1) não tenha faculdade para conferir a ordenação sacerdotal às mulheres?

RENÉ VAN EYDEN (2001) observa que a Igreja, na falta de argumentos, vale-se de um modo de raciocínio, de argumentos e simbolismos a serviço dos interesses instituídos por ela e acrescenta: “Aquilo não passa de sugestão simbólica – visto de uma perspectiva androcêntrica - é distorcido numa descrição da realidade e, em seguida, uma diretriz para essa realidade.” (p.42) .

²¹ A infalibilidade Papal refere-se àqueles pronunciamentos do Pontífice instituídos como definitivos, que não podem ser modificados. Por outro lado, o juramento de lealdade exigido a sacerdotes e teólogos os obriga a se submeterem aos chamados pronunciamentos doutrinários romanos definitivos.

3.3 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

Nos últimos anos, têm surgido grupos de mulheres cristãs que, com base em pesquisas, releituras bíblicas e investigação na área da exegese e hermenêutica bíblica refletem criticamente sobre o papel da Igreja Católica em relação às mulheres. Esses grupos resgatam e denunciam o modo como as hierarquias eclesiais exercem um papel sexista, mantendo um modelo de Igreja vertical e masculinizante, o que implica a sujeição do feminino ao masculino em diversos aspectos da vida.

O pleno resgate do papel da mulher na Igreja certamente não ocorrerá por iniciativa das autoridades eclesiais, mas das próprias mulheres que devem ser as protagonistas de uma mudança de mentalidade quanto à sua condição. Sentir-se protagonista, confiar em outras mulheres e contestar a autoridade estabelecida são desafios constantes de cada uma. A problemática da mulher na Igreja não pode ser desvinculada da sua problemática no mundo e na sociedade.

A Igreja católica, herdeira de uma tradição milenarmente patriarcal, está perdendo a sua primazia e autoridade, independente de reconhecer, ou não, esse fato. Cabe destacar a maior autonomia dos fiéis em relação às estruturas hierárquicas, principalmente das mulheres: elas optam, escolhem e assumem os riscos de suas opções. Por outro lado, evidencia-se a dificuldade da Igreja de lidar com novos desafios. A Igreja não esteve ao lado das mulheres na origem das suas lutas em prol da igualdade de acesso à educação, direito ao voto, igualdade no trabalho, na economia ou na política, entre outras questões. A Instituição preferiu acompanhar de longe, inclusive dificultando esses movimentos ou, pior ainda, ignorando suas lutas, apresentando um modelo de mulher totalmente alheio à realidade social, um modelo abstrato, em que sua função e dignidade essenciais resumem-se ao matrimônio e à maternidade.

No capítulo II, assinalamos que, entre os anos 1960 e 1980, a América Latina está marcada por regimes militares, caracterizados, politicamente, pela interrupção do estado de direito; economicamente, pelo empobrecimento do povo; e, socialmente, pela repressão a todo tipo de manifestação popular. Ante tal conjuntura, surge uma série de movimentos sociais de resistência ao regime, em que a participação das mulheres tem um lugar de destaque. Na Igreja Católica da época, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação:

É nesse contexto sócio-eclesial que surge a produção teológica feminina na América Latina. O mesmo processo que mobiliza as católicas-leigas de classes populares e religiosas - na constituição das Comunidades Eclesiais de Base, acaba por integrar também algumas mulheres no processo de elaboração teológica. Esse acesso à Teologia dá, no entanto, somente na década de 80, sendo por tanto posterior à dinâmica de incorporação das mulheres as CEB`s e ao surgimento da Teologia da Libertação, que começam a gestar-se nos anos 60-70. (NUNES, 2000, p.27)

A autora faz referência, no mesmo texto, às primeiras obras das teólogas, publicadas em revistas de pastoral ou em livros de Teologia da Libertação, e afirma que, de 1979 em diante, elas se organizam e promovem vários encontros em nível latino-americano, reunindo mulheres vinculadas às Igrejas cristãs, não somente à Igreja Católica. Esse primeiro encontro é o primogênito de outra série de encontros realizados em diversos lugares de América Latina:

(...) todos esses encontros reuniam mulheres de diversas confissões cristãs. Vários deles se realizavam com o incentivo e sob patrocínio de organismos ecumênicos internacionais, com destaque para a ASETT (Associação Ecumênica de Teólogos del Tercer Mundo), em que há uma Comissão de Mulheres. O projeto dessa comissão para os próximos anos inclui, até 1994, reuniões continentais, intercontinentais e um diálogo entre teólogas de Primeiro e Terceiro Mundo. Teólogas brasileiras têm sido ativas participantes dessa Comissão... (NUNES, 2000, p.28)

A Teologia desenvolvida pelas brasileiras tem conteúdos peculiares, decorrentes da conjuntura sócio-eclesial. A mesma autora apresenta como características: a) a produção teológica se enquadra, nestes primeiros anos, na Teologia da libertação, não desenvolvendo um método próprio; b) pouco a pouco as teólogas passam a ter como enfoque as mulheres pobres especificamente, e elas são sujeitos do verbo “teologizar”; c) vincula-se a Teologia com a prática cotidiana das mulheres de origem popular; d) criam-se importantes espaços de discussão e diálogo entre as teólogas, que logo é ampliado para todas as mulheres cristãs interessadas em participar; e) aos poucos, surgem, nas faculdades de teologia e outros espaços, as cátedras feministas: “trata-se de uma conquista política importante, que não se restringe à área de Teologia” (NUNES, 2000, p.30).

Logicamente, todo esse rico processo foi acompanhado por discussões teóricas entre as teólogas, que questionavam se deviam enquadrar-se no feminismo. Finalmente, muitas teólogas acabam se denominando como Teólogas Feministas e ao seu afazer como Teologia Feminista. É importante destacar – sem entrar em discussões teóricas – que essas mulheres e sua Teologia incorporam, conforme NUNES (2000):

uma re-elaboração que permita a inclusão, não só das mulheres, mas também dos não-brancos, dos não-ocidentais. A quebra de estruturas patriarcais exige, segundo elas, uma mudança radical de paradigmas... Trata-se da mais profunda mudança de paradigmas... Não se trata pois, de integrar a mulher numa sociedade e uma Igreja onde prevalece o masculino como norma, as transformar radicalmente as estruturas patriarcais, que necessitam de uma legitimação misógina e de um conhecimento androcêntrico o real (p. 36)

Não podemos esquecer que o posicionamento do Papa João Paulo II sobre as mulheres perdura por muito tempo, ou seja, a presença de uma ideologia conservadora não é somente obra de um papa. Diante disso, muitas mulheres encontram-se frente ao dilema de acatarem as normas da Igreja ou seguirem a vida sem considerar tais prescrições. Também é certo que iniciativas de mulheres se acumulam, por meio de movimentos, encontros, entre outras, desde uma reflexão teológica feminista²², na tentativa de mudar a situação por dentro da Igreja. Com isso, elas representam uma voz profética, denunciando a falta de diálogo. São mulheres que sonham e lutam para resgatar e implementar o projeto das primeiras comunidades cristãs, que proclamavam um discipulado de iguais.

3.4 MODELOS DE MULHER: EVA OU MARIA?

O Cristianismo e a Igreja Católica, em especial, tem se referido a dois modelos de mulheres: Eva e Maria. A Igreja associa Eva a conceitos como pecado, desobediência e ruptura com o divino. Ao contrário, Maria é identificada como uma “Nova Eva”, ligada ao divino.

Eva é identificada com o concreto, com a mulher real, enquanto Maria, a mulher ideal, é associada àquilo que toda mulher deveria ser. Assim, Eva corresponderia à generalidade de todas as mulheres, sendo atribuídas as suas características a todo o gênero feminino, especialmente no que concerne à sua natureza pecaminosa. Maria, ao contrário, apresenta um caráter único e, dentre todas as mulheres, representa valores como a virgindade, a castidade, a maternidade. Portanto, Maria é o modelo de mulher que todas devem imitar,

²² Em 1993, como destaque desses movimentos de resistência entre outros, surge a organização CDD- “Católicas pelo Direito de Decidir” - a equipe coordenadora com motivo dos dez anos da entidade contam sua origem: “Entre as feministas - algumas mulheres de formação cristã que já haviam dedicado anos de suas vidas nas lutas por justiça social a partir de uma perspectiva ecumênica – entendemos que era necessário tornar publico o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral em todos os campos de suas vidas. Mas, para a criação de CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, o apelo e insistência de companheiras feministas foi um fato determinante. Elas sentiam que ao articularmos o pensamento católico ao feminismo nos constituíamos em aliadas importantes na luta pelos direitos de todas as mulheres” (Equipe Coordenadora das CDD in NUNES, 2004, p.9)

embora isso seja quase impossível, dada a natureza da mãe de Cristo, perfeita e livre de todo pecado.

Na tradição católica, Eva e Maria são duas figuras centrais, que possuem características antagônicas. Além disso, o Cristianismo reconhece uma ligação entre ambas as mulheres. Maria é a “Nova Eva” no sentido de que o ato pecaminoso de Eva é redimido pelo ato virtuoso de outra mulher. Assim, a obediência de Maria origina a redenção do mundo: o nascimento de Jesus.

La confrontación Eva-Maria reaparece constantemente en el curso de la reflexión sobre el depósito de la fe recibida por la Revelación Divina y es uno de los temas comentados frecuentemente por los Padres (...) De ordinario, de esta comparación emerge a primera vista, una diferencia, una contraposición. Eva, como “madre de todos los vivientes” (Gen 3,20), es testigo del comienzo bíblico en el que están contenidas la verdad sobre la creación (...) y sobre el pecado original. Maria es testigo del “nuevo principio” y de la nueva criatura”. Es mas, ella misma como la primera redimida en la historia de la salvación, es “la nueva criatura”; es “la llena de gracia” (JOÃO PAULO II, 1988, n.11)

Na Bíblia, a narração de Adão e Eva representa as origens do pecado, interpretado como o mau uso da liberdade, enquanto a virtude espelha o poder de resistir ao pecado e à obediência a Deus. Maria redime Eva graças à sua obediência. Nesse caso, Maria representa um espelho da manifestação de Deus, tendo em vista que sua obediência permitiu a salvação do mundo (marcado pelo pecado de Adão e Eva).

La confrontación Eva-Maria puede entenderse en el sentido de que Maria asume y abraza en si misma este misterio de la mujer, cuyo comienzo es Eva, la madre de todos los vivientes. En primer lugar lo asume y abraza en el interior del misterio de Cristo (JOÃO PAULO II, 1988, n.11)

Então, a Igreja Católica apresenta dois modelos para representar o universo feminino. Maria é a única, a cheia de graça, enquanto as outras mulheres são consideradas filhas de Eva. Esta relaciona-se diretamente à desobediência e afirma sua natureza pecaminosa em contraste à natureza perfeita de Maria. Inevitavelmente, as mulheres são identificadas com a primeira mulher, uma vez que Maria, devido à sua natureza imaculada (ela é a única mulher a dar à luz uma criança sem perder a virgindade), afasta-se totalmente das experiências das mulheres.

Dado que a Maria se la llama también Nueva Eva, cual puede ser el significado de esta analogía? Ciertamente es múltiple. Conviene detenernos particularmente en el significado que ve en Maria todo lo que esta comprendido en la palabra bíblica mujer, esto es, una revelación correlativa al misterio de la redención. Maria significa

(...) volver a recorrer el camino hacia aquel principio donde se encuentra la mujer como fue querida en la creación y, por consiguiente en el eterno designio de Dios, en el seno de la Santísima Trinidad. Maria es el nuevo principio de la dignidad y la vocación de la mujer, de todas y cada una de las mujeres. (JOÃO PAULO II, 1988, n.11)

Assim, a Igreja oferece dois modelos de mulher: Eva, definida como aquilo que a mulher é; e Maria, um modelo de virtudes daquilo que a mulher deveria ser, embora esse modelo seja inatingível pelas mulheres.

3.4.1 Eva

A ordem da criação – primeiro Adão, depois Eva – é central nos argumentos teológicos que legitimam uma construção social em que a mulher aparece sempre secundariamente. Sua presença está atrelada ao homem e suas necessidades: “O Senhor Deus disse: não é conveniente que o homem esteja só: vou lhe dar uma auxiliar semelhante a ele” (Gen.2, 18). Outro elemento a considerar é a culpabilização da mulher pelo pecado e a conseqüente ruptura com Deus: “Adão foi formado primeiro e depois Eva. Não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher é que, enganada, ocasionou a transgressão” (1 Tim.2,13-14) Além de ser criada “como auxiliar do homem”, Eva dá origem ao pecado, pois é ela quem sucumbe às tentações da serpente e, por sua vez, seduz o homem com toda a sua sensualidade e persuasão. Assim, cria-se um conceito de hierarquização sexual e de mulher pecadora, que a Igreja transmite, perpetua, legitima e concretiza na sociedade e nas relações sociais.

Se Adão foi até certo ponto redimido da culpa original, Eva parece, ao contrário, ainda a carregar pelos séculos as conseqüências de uma ação que o mito adâmico acentua como fraqueza e responsabilidade da mulher (GEBARA, 1990, p.28)

Uma significativa parte das imagens do feminino, difundidas ao longo do tempo, derivam da generalização, a todo o sexo feminino, de atitudes, traços e características atribuídos a Eva. Esta engana, seduz e persuade, inclusive com sua beleza. Estabelece-se, assim, uma visão de mulher que aglutina beleza, por um lado, e um caráter enganador e indigno de confiança, por outro. Traços, estes, transferidos para todas as mulheres por meio do discurso da Igreja.

Outro elemento que devemos considerar é a ligação entre mulher, pecado e corpo. Tal associação aparece como conseqüência da desobediência de Eva e consiste na passagem de

um estado paradisíaco, de nudez desprovida de vergonha, para outro, de nudez consciente e pecaminosa.²³

GEBARA (1990) afirma que a mulher “foi assimilada à fraqueza da carne, à sensualidade, à volúpia, à tentação, ao pecado, enfim, considerada um ser humano pela metade” (p. 28). Assim, a mulher aparece como manipuladora da beleza e da sensualidade para enganar ao homem. Ela é vista como ameaça sedutora, especialmente na Idade Média, quando o corpo da mulher é visto como um instrumento para levar a cabo desígnios associados ao demônio, que exerce grande influência sobre o discurso da Igreja da época. Com isso, a mulher herda a culpa e a ligação ao pecado e ao demônio.

3.4.2 Maria

Como vimos, Maria assume, nas categorias apresentadas pela Igreja Católica, o caráter antitético de Eva. No entanto, a ligação entre as duas mulheres é estreita, considerando que Maria redime Eva, tornando-se uma nova Eva. Com sua obediência, Maria trouxe ao mundo a salvação, enquanto Eva teria trazido morte e desgraça a toda a espécie humana.

A categoria obediência/desobediência, transmitida pela Igreja ao longo de séculos, é muito forte e marcante: Maria obedece e salva/ Eva desobedece e sucumbe, e junto com ela toda a espécie humana.

Maria acredita no anjo, não na serpente. Ela aceita, submissa, disposta e livremente, ser a Mãe do Salvador.

Na Anunciação, de fato, Maria entregou-se a Deus completamente, manifestando "a obediência da fé" Àquele que lhe falava, mediante o seu mensageiro, prestando-lhe o "obséquio pleno da inteligência e da vontade". (JOÃO PAULO II, 1985, n.13)

Se olharmos o quadro 5, veremos como a Igreja, por meio de seus documentos, ensina e apresenta Maria como modelo de **feminilidade**, **obediência** e **colaboração**, e convida todas as mulheres a seguir o seu exemplo. Com isso, o sexo feminino não se vê privado da salvação devido à desobediência de Eva.

²³ No relato bíblico do livro do Gênesis, narra-se que Adão e Eva estavam nus, quando comem a maçã se percebem nus e se cobrem com folhas para cobrir sua nudez.

En María, Eva vuelve a descubrir cual es la verdadera dignidad de la mujer, de su humanidad femenina. Y este descubrimiento debe llegar constantemente al corazón de cada mujer, para dar forma a su propia vocación y a su vida (JOÃO PAULO II, 1988, n.11)

Não podemos esquecer que Maria também é esposa, mãe, virgem e pariu sem dor, conforme aprendemos na Igreja. Há uma espécie de tentativa de possibilitar à mulher uma saída para sua condição pecaminosa derivada de sua descendência de Eva. Entretanto, esta saída é viabilizada por um modelo ideal, inalcançável e ambíguo. Ambíguo porque podemos alcançar a sua pior faceta, ou seja, podemos escolher ser submissas, obedientes e colaboradoras, mas não podemos parir naturalmente sem dor, menos ainda ser esposas/mães e virgens ao mesmo tempo. Assim, dentro das características marianas, seríamos mulheres condenadas a uma permanente luta entre a tentativa de aproximação aos ideais femininos da Igreja Católica (encarnados pela mãe de Jesus) e a impossibilidade de conseguir tais ideais, devido ao contraste evidente entre as características de Maria e as das demais mulheres.

(...) podemos pensar que en el paradigma bíblico de la mujer se encuadra, desde el inicio hasta el final de la historia, la lucha contra el mal, y contra el Maligno. Es también la lucha a favor del hombre, de su verdadero bien, de su salvación. No quiere decir la Biblia que precisamente en la mujer, Eva-Maria, la historia constata una dramática lucha (...) la lucha por su fundamental “sí” o “no” a Dios e a su designio eterno sobre el hombre? (JOÃO PAULO II, 1988, n.30)

O discurso da Igreja Católica apresenta Maria como Mãe, realçando uma possibilidade comum a todas as mulheres, a maternidade, porém, não apenas realça esta qualidade, mas também determina que tal papel é socialmente desejável para a mulher. Sendo esse o papel desejável, logicamente segundo o ensino da Igreja, primeiro a mulher tem que ser esposa: “es precisamente en la mujer que se manifiesta a todos esta verdad: ser esposa” (JOÃO PAULO II, 1988, n.29).

Se a maternidade possibilita a aproximação a Maria, é obvio que, no que diz respeito à virgindade, tal aproximação torna-se impossível, uma vez que as mulheres se defrontam com a impossibilidade de serem mães e manterem-se virgens concomitantemente.

A virgindade associada à castidade é um dos traços marcantes em Maria, ambos definidos como atributos fundamentais para o sexo feminino. É, mais uma vez, uma contradição do comportamento de Eva: “Teniendo como base el Evangelio se ha desarrollado y profundizado el sentido de la virginidad como vocación también de la mujer, con la que se afirma su dignidad a semejanza de la Virgen de Nazaret” (JOÃO PAULO II, 1988, n.20).

É questionável que a Igreja, cuja hierarquia é composta exclusivamente por homens, assuma a prerrogativa de escrever sobre o que sentem e pensam as mulheres, principalmente quanto ao que deveria ser a vida das mulheres.

Assim ela foi transformada numa espécie de criatura assexuada, à sombra de uma esposa e mãe, reduzida a sua função na história da salvação. Só ganhou vida real pelos senhores da criação na medida necessária em que atendessem sua função. Além disso, o resto lhe foi negado. (HEINEMANN, 1996, p.365)

O ideal de mulher apresentado pela Igreja Católica está longe das mulheres concretas. Esse modelo está dado por um paradigma de virtude que nos é imposto, mas que simultaneamente é impossível de alcançar. Assim, muitas mulheres dentro da Igreja Católica convivem com uma imagem de si sempre incompleta, sempre imperfeita, dada a impossibilidade de fugir da sua natureza humana, identificada com Eva, e de ascender à natureza imaculada e virtuosa de Maria. Porém, há outras mulheres que permanecem na Igreja, que acreditam na idéia de que Maria não era a mulher apresentada pela hierarquia, mas era, sim, uma mulher do povo, que, como outras tantas mulheres, enfrentaram, com coragem e valentia, a vida vivida com intensidade no dia-a-dia.

Na continuação, destacaremos como esse modelo ideal de mulher apresentado nos documentos oficiais da Igreja é transformado em realidade pelas mulheres, nesse caso, pelas mulheres pesquisadas, desde seus cotidianos, vivências e experiências.

**IV HISTÓRIAS DE VIDA: RECRIAÇÃO DA METODOLOGIA DE MARIE
CHRISTINE JOSSO. FEMINISMO? EDUCAÇÃO POPULAR? UM CAMINHAR
PARA SI.. E UM CAMINHAR PARA MIM**

*Todo pasa y todo queda,
pero lo nuestro es pasar,
pasar haciendo caminos,
caminos sobre el mar.
Antonio Machado*

A proposta metodológica deste trabalho está baseada na recriação de alguns aspectos da metodologia de Marie Christine Josso sobre pesquisa-formação e nas minhas opções feministas e práticas de educação popular. Trabalhei no meio popular, especialmente com grupos de mulheres, primeiro dentro de Igreja Católica e, desde 1999, no meio ecumênico.

Como pesquisadora e escritora de primeira viagem, pensei que poderia separar rigorosa e sistematicamente os elementos de cada proposta metodológica e, quando voltei a ler e reler as histórias de vida, as **biografias a partir da experiência** – como optei por chamar as escritas das mulheres –, percebi que os elementos se misturam, se encontram e se entrelaçam. Desse modo, tecem uma série de pressupostos teórico-metodológicos com a vida, experiência, vivência e caminhada de cada mulher pesquisada e com a minha vida. Nesse processo, também percebi como as coisas fluíam, mais leves e descontraídas, nos encontros conjuntos. Quando chegou o momento de cada uma começar a escrita da própria história, a ação se tornou lenta, pesada, cheia de dúvidas, insegurança. Aparentemente, todo o entusiasmo inicial, as idéias e sugestões, o compromisso, a vontade de cooperar com o projeto de pesquisa haviam simplesmente desaparecido.

Lembrei, neste processo e frente às dificuldades e resistências apresentadas pelo desafio da escrita a Paulo Freire, ao referir-se ao educador e à tradição oral do povo na Educação Popular:

As coisas, os objetos, e as situações passam através de nós; em seguida, a gente faz caber isso tudo dentro de conceitos. É esse o nosso 'jeito científico'. Feita essa abstração, objetos e situações guardados no interior de conceitos, a gente olha e apura o método pelo qual esse jeito se faz... Ora, o povo não procede assim. O povo procede diferente. Objetos, situações e acontecimento são oralmente assumidos por ele, assumidos como narrativa... Nossa tradição na cultura popular é mais oral do que escrita. (FREIRE; NOGUEIRA, 2005, p.28)

Nesse contexto, extrapolamos todos os prazos estabelecidos, alterando todo o cronograma assumido por mim e por elas. Compreendi que, frente ao exercício da escrita, havia começado um tempo de individualidade, reflexão e solidão, e as mulheres já não se sentiam parte de uma construção coletiva, que iniciava:

A atividade de um sujeito que empreende uma viagem... começando por reconstituir o itinerário e os cruzamentos com os caminhos de outrem... os encontros, os acontecimentos, as explorações e as atividades que permitem ao viajante não apenas localizar-se no espaço-tempo do aqui e agora, mas, ainda compreender o que o orientou..., recordar os seus sonhos, contar as cicatrizes dos incidentes de percurso, descrever as suas atitudes interiores e os seus comportamentos. Em outras palavras, ir ao encontro de si visa a descoberta e a compreensão de que viagem e viajante são apenas um. (JOSSO, 2004, p.58)

Esse mesmo sentimento me invadiu quando reuni todas as histórias de vida e me perguntei: E agora? O que faço? Compreendi, assim como elas, que havia começado o tempo da solidão e da escrita, o que JOSSO (2004) chama “caminhar para si”.

O processo de caminhar para si apresenta-se, assim como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento de aquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na nossa relação conosco, com ou outros e com o ambiente humano e natural (p.59)

Enquanto lia suas histórias, emergiram muitas recordações da minha vida. O “caminhar para si” delas me conduziu a reviver e resgatar o “caminhar para si” da minha história de vida. No resgate do “caminhar para si” delas e meu, podemos evidenciar algumas coisas em comum, apesar de nossas diversas origens, procedências, idades, famílias, existem

experiências e também valores culturais transmitidos desde nossa infância, que criam e estabelecem fortes vínculos, uma condição comum, entre nós.²⁴

Nesse sentido,

En una abstracción de las condiciones de vida de las mujeres, he definido una condición de la mujer constituida por las características genericas que comparten todas las mujeres. La condición de la mujer es una creación historica cuyo contenido es el conjunto de circunstancias, cualidades, y características esenciales que definen a la mujer como ser social y cultural... (RÍOS, 2005, p.33)

Como mencionei anteriormente, esses fortes vínculos e condições comuns estão permeados por uma série de experiências constitutivas e valores transmitidos, ensinados e aprendidos. Primeiramente, abordaremos alguns desses valores culturais.

4.1 VALORES CULTURAIS OU DES-VALORES?

*Me gusta verlos pintarse
de sol y grana, volar
bajo el cielo azul, temblar
súbitamente y quebrarse.
Antonio Machado*

Cada mulher, em seu “caminhar para si”, está marcada desde a infância por uma cultura²⁵ e uma série de valores que fazem parte do mundo, da história e da sociedade desde os primórdios.

Porque los valores están adheridos a las prácticas y a las jerarquías de las prácticas que se imponen a la vida social... Pero los reconocimientos sociales lo que se seguirá considerando... mas o menos valioso, serán las estimaciones sociales vigentes. (AMOROS, 1994, p.81)

²⁴ RÍOS (2005) faz uma distinção entre condição genérica de gênero e situação das mulheres. Define condição genérica como a construção histórica de uma serie de características circunstancias e qualidades que partilham todas as mulheres e que as definem como ser social e cultural.e acrescenta: “La condición de las mujeres es histórica en tanto que diferente a lo natural .Es opuesta a la llamada naturaleza femenina.(...) La situación de las mujeres es el conjunto de características que tienen las mujeres a partir de su condición genérica en circunstancias históricas particulares. La situación expresa la existencia concreta de las mujeres particulares a partir de sus condiciones reales de vida: la formación social en que nace, vive y muere cada una... clase, grupo de clase...trabajo... la lengua, la religión, los conocimientos, las definiciones políticas, el grupo de edad, las relaciones con las otras mujeres, con los hombres y con el poder, así como las preferencias eróticas, las costumbres, las tradiciones propias, y la subjetividad personal. Las mujeres comparten como género la misma condición histórica, pero defieren en cuanto a sus situaciones de vida...” (pp.33-34).

²⁵ RÍOS (2005), em seu livro **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas** define: “Por cultura entiendo esa dimensión de la vida, producto de la relación dialéctica entre los modos de vida y las concepciones del mundo, historicamente constituidos. La cultura es el resultado de la acción de la relación de los seres humanos entre ellos mismos, en su acción con la naturaleza y sobre la sociedad... La cultura es, pues, el contenido de la construcción histórica de los seres humanos” (p.27)

Valores culturais que, com a prática, o cotidiano, a vida, a educação, querendo ou não, se constituíram verdadeiros e intocáveis. Mesmo que, com o passar do tempo, tenham se modificado, amenizado e transformado, eles permanecem:

La vieja y reconocida estructura patriarcal ha ido mutando, ha ido desestructurando y desmontando sus responsabilidades, reconstruyendo un poderio mucho mas comodo ,fortaleciendo e anundando sus espacios de poder, desdibujando sus limites y posibilitando su ejecución para quienes lo controlan. Desde ahí se negocia lo innegociable, tolera lo intolerable y borra lo imborrable en un discurso incluyente y demagógico. (PISANO, 2003, p.3).

Suzana, Olívia, Margarida, Xica e Fernanda foram criadas e educadas ao longo da vida, em momentos e lugares diferentes. Cada uma tem suas histórias específicas, mas o pano de fundo é o mesmo: o patriarcalismo e, conseqüentemente, a dominação masculina.

Lo que el patriarcado trajo como esencia desde su lógica de dominación – la conquista, la lucha, el sometimiento por la fuerza - hoy se ha modernizado en una masculinidad neoliberal e globalizada que controla, vigila y sanciona igual que siempre. Pero esta vez através de un discurso retorcido y desentrañable y en aparente dialogo con la sociedad en su conjunto, donde va recuperando, funcionalizando, fraccionando, absorviendo e invisibilizando a sus componentes y que trae consigo una misoginia más profunda, escondida y devastadora que la del viejo sistema patriarcal. (PISANO, 2003, p.4)

Em todas as histórias, percebemos o peso da dominação, da sujeição daquilo que era considerado vital, nuclear na educação de toda mocinha, que devia preparar-se para a vida: *Eu fui ensinada... a fazer o serviço de casa*”(Suzana, 2007), *“A cobrança era que deveria aprender a cuidar da casa, lavar e passar a roupa...”* (Fernanda, 2007), *“As funções eram típicas de mulheres tais como os serviços caseiros. Os irmãos não eram obrigados a fazer coisas desse tipo ...”* (Olívia, 2007).

No modelo patriarcal de família:

(...) el hombre es el actuante, el sujeto histórico. La mujer es la sin tiempo, sin historia, aquella que no cuenta con la posibilidad del ejercicio de lo humano: pensar y crear. El hombre es un creyente de si mismo y de su cultura. Las mujeres son creyentes de la familia, es decir, de la cultura de los hombres. La mujer en tanto gran educadora, forma y transmite las herramientas del sistema, educa a los que mas tarde serán sus opresores genéricos. Es precisamente en este acto civilizatorio el que juega políticamente contra las mujeres, haciéndolas responsables de la transmisión de una cultura que no han generado. (PISANO, 2003, p.13)

Nos textos das mulheres, é marcante a imagem da família patriarcal: “... *Éramos dois filhos de um casamento no qual o homem era o chefe da família. Meu pai é que determinava tudo, e minha mãe se submetia. Tudo era como ele determinava. Ele falava e nós obedecíamos.*” (Margarida, 2007).

Na vida de Olívia, percebemos mais claramente o peso da presença masculina:

A minha convivência na infância com minha família foi muito boa. Esta época foi a melhor fase da minha vida. Dias de bastante liberdade, brincadeiras e cumplicidade entre os irmãos. Apesar de um pai bastante ausente. Ausência que foi compensada pela união dos irmãos e de uma mãe carinhosa. Mas a adolescência foi bem diferente, meu pai se fez presente, em vez de estudar tive que trabalhar... (Olívia, 2007).

Também percebemos nas histórias o modo como surge visivelmente o que Margarita Pisano afirma sobre as mulheres serem privadas de pensar e criar – “*Eu era criticada quando lia um livro, mas se estava bordando era elogiada*” (Olívia, 2007) – e serem transmissoras das ferramentas do sistema, de uma cultura que não geraram: “*Isso quem dizia era minha mãe, porque assim ela pensava e nos ensinava*” (Margarida, 2007).

Ao longo das escritas, percebemos os valores diferenciados para as meninas:

As diferenças entre os filhos, uns tinham mais vantagens, privilégios, e até mais carinho. Além do quê, para a mulher, tudo era pecado, e o homem tinha toda a liberdade. (Olívia, 2007)

Os valores eram diferentes para mim e meu irmão. Eu tinha que ficar em casa com minha mãe, enquanto meu irmão tinha direito a fazer tudo o que queria, porque nele nada ‘pegava’ porque era homem. Eu tinha que saber me comportar como menina, tinha que cuidar no vestir, no sentar, brincar só com menina, tinha que ajudar nas tarefas de casa, porque isso era trabalho de mulher. (Margarida, 2007)

Elas também deviam fazer tudo direitinho: “*Desde a infância sempre era dito, ensinado que deveria estudar, ir bem na escola... Nas férias da escola tinha que aprender a fazer: crochê, bordado, corte, costura e outros... e fazer tudo direitinho*” (Fernanda, 2007); “*Eu fui ensinada a sentar com as pernas fechadas, não mostrar a calcinha, não falar palavrão, fazer o serviço de casa.*” (Suzana, 2007).

Apesar de todas elas serem educadas nos padrões patriarcais, tiveram, muitas vezes, que cuidar de si, sem contar com a ajuda de ninguém:

Referente ao comportamento e valores, os meus pais não me passaram tais conselhos ou informações. Tive que buscar esses valores através da minha convivência,

ouvindo críticas ou aprovações. Então, achei um jeito fácil de resolver, todas as atitudes que eram criticadas, eu evitava fazer e a maior contradição era o velho ditado: “faça o que digo e não faça o que faço”. (Olívia, 2007)

Identificamos que elas tiveram pouco acesso ao estudo: “(...) *em vez de estudar tive que trabalhar (...) e, além disso, foi-me negado o estudo, mesmo sem custo*” (Olívia, 2007); “*Na adolescência, eu queria continuar a estudar, mas meu pai falava que mulher não precisava estudar, porque iria casar e ser dona de casa. Terminei o ginásio por esforço de minha mãe.*” (Margarida, 2007).

Diante de tal quadro, a vida de Xica foi um pouco diferente e mais livre, pois sua educação não voltou-se exclusivamente ao mundo privado, como revela a passagem a seguir:

Nunca trabalhei muito dentro de casa, só quando a minha mãe estava doente ela tinha reumatismo e às vezes atacava, ela não conseguia caminhar e eu assumia os afazeres da casa... Quanto às tarefas por ser mulher, eu nunca sofri com isso tive 11 irmãos de criação mais nos dávamos muito bem e eu ate era paparicada por ser só eu a menina da turma. (Xica, 2007)

Mesmo assim, ela aprendeu cedo, como as outras, essas tarefas: “*Aprendi a cozinhar com nove anos de idade*” e de ter saído de casa para estudar:

(...) estudava longe de casa, saía as 5h30 da manhã para chegar na escola às 7h : ia um pouco a cavalo e depois pegava ônibus para chegar ate a cidade de Julio de Castilhos, e estudar no colégio das irmãs. Fiz isso 4 anos. (Xica, 2007)

Sempre estava sob o olhar atento de um homem: primeiro do pai – “*Eu tinha várias tarefas: meu pai tinha cavalos de corrida, e eu ajudava no trato com os cavalos. Ele sempre estava por perto. Por ser muito magrinha na época, era o jóquei, treinava os cavalos*” – e depois de um outro parente – “*vim a estudar em Cruz Alta e morava na casa de um tio.*”. (Xica, 2007)

É possível perceber que, apesar da “situação” de vida de Xica ter sido diferente – “era paparicada”, trabalhou a maior parte do tempo com o pai, estudou, saiu de casa –, também fazia parte da sua condição estar sempre sob vigilância de alguém do gênero masculino.

4.2 OLHARES DE ALGUMAS MULHERES SOBRE O MUNDO CATÓLICO

*Caminante no hay camino
sino estelas en la mar...
Antonio Machado*

No capítulo *Olhares do mundo católico sobre as mulheres*, realizei uma análise documental do **ideal de mulher** apresentado pela Igreja Católica, especialmente no Pontificado de João Paulo II, para compreender de que modo as questões referentes ao papel e vocação atribuídas a mulher são abordadas. Também nesse capítulo, apresento duas mulheres fundamentais e antagônicas na história da Igreja: Eva e Maria.

No presente capítulo, buscarei analisar como as **mulheres reais** – nesse caso, Suzana, Olívia, Margarida, Xica e Fernanda – vivenciaram os ensinamentos da Igreja em suas vidas. Valer-me-ei, para tal análise, das mesmas categorias utilizadas pelas feministas: Gênero e Relações de Poder no Mundo Patriarcal, em especial por meio da antropóloga Marcela Lagarde de los RIOS (2005):

Al nacer la mujer tiene ya la marca del genero en su situación particular .La sociedad esta organizada para estos fines con el objeto de lograr una sexualidad especifica destinada a recrear formas especificas de procreación y de erotismo, así como relaciones de poder caracterizadas por la asimetría, la desigualdad y la opresión genérica patriarcal. (p.49)

Lendo as histórias das mulheres, vemos como essas categorias cumprem um papel fundamental na educação que recebem. Também é necessário esclarecer que essas categorias impregnam nosso mundo, nossa sociedade e nosso cotidiano, que não são exclusividade da religião, mas o cristianismo as reforça.

4.2.1 Gênero

As feministas, fazendo referência especificamente às teólogas feministas, afirmam que:

Ao empregar o termo feminista, as teólogas reunidas assumiram gênero como uma categoria de análise (assim como já haviam utilizado classe, raça/etnia), dentro de um princípio metodológico de desconstrução e construção (...) A teologia feminista utiliza a teoria das relações de gênero como instrumental de análise, avaliando como

os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres são construídos. (DEIFELT, 2003, p.172)

Podemos afirmar que Gênero é a construção cultural coletiva dos atributos da masculinidade e da feminilidade. O termo foi proposto para distinguir-se do conceito de sexo, que define as características biológicas de cada indivíduo. Os papéis atribuídos a homens e mulheres resultam de um processo baseado nos padrões de cultura em relação a cada sexo. Dessa forma, a identidade de gênero é culturalmente construída e transcende o biológico.

As relações de gênero ordenam a vida na sociedade a partir da linguagem, dos símbolos, das instituições e hierarquias na organização social (e logicamente também na Igreja), da representação política e do poder. BICALHO (2001/2002) acrescenta: *“Se gênero é uma categoria relacional, envolve relações de poder, dando sentido as experiências de poderes que transitam na relação entre o feminino e masculino.”* (p.90). Considerando que as relações de gênero distinguem os papéis do homem e a mulher em todas as esferas, também na Igreja, esses papéis foram (e ainda são) bem definidos: *“Elas tinham a função de ser catequistas e poucas coisas mais”* (Margarida, 2007); *“As mulheres limpavam e arrumavam as igrejas... Hoje, são as mulheres que continuam limpando e arrumando as igrejas, com alguns avanços, algumas mulheres são ministras da eucaristia e da palavra, participam de diretorias e conselhos, algumas são presidentes, coordenadoras, mas ainda não nos é permitida a ordenação”* (Suzana, 2007).

O caráter subalterno da condição feminina se estende também a questões relativas à sexualidade, à reprodução e ao corpo:

En las más diversas situaciones, los modos de vida de todas las mujeres que son la base de sus cautiverios, se levantan sobre el cuerpo. El cuerpo de la mujer es el espacio del deber ser, de la dependencia vital y del cautiverio, como forma de relación con en el mundo y de estar en él...El cuerpo vivido es el espacio del cautiverio como eje de su sexualidad que es para los otros” (RIOS, 2005, p.174)

Seguindo esse raciocínio, PISANO (2003) acrescenta:

Los cuerpos culturales provienen de una experiencia histórica especialmente diferenciada. Mientras uno proviene de una experiencia de poder y omnipotencia, con una historia escrita y relatada, el otro proviene de una historia de siglos de sumisión, maltrato y marginación. La toma y el uso del cuerpo de la mujer por otro cuerpo antagónico significado por espacios definidos: el del sometimiento por placer (la pareja, lo amoroso, la heterosexualidad), el uso de la reproducción (la maternidad) y, por último, el del poder (...). (p.12)

Nas escritas de Xica e Olívia, percebemos isso: “*não podia usar roupas decotadas nem curtas (...) a mulher nasceu para procriar e obedecer ao marido.*” (Xica, 2007); “*(...) as mulheres deviam ser mães e prepara-se o tempo todo para isso (...)*” (Olívia, 2007). E Suzana acrescenta:

A mulher era preparada para o casamento, ainda adolescente começava a fazer seu enxoval (...) Permanecer virgem até casar, ser submissa, ‘obedecer’ ao pai, depois ao marido (...) se não eram virgens, não podiam casar vestidas de noiva ou de branco, ‘perder’ a virgindade antes do casamento era considerado pecado, não podia comungar. (Suzana, 2007).

Ou seja, o corpo controlado, preparado e submetido gera uma cultura de serviço e abnegação que, no dizer de RIOS (2005), é o corpo como espaço do dever ser para outros.

4.2.2 Algumas considerações sobre o Poder Patriarcal

*Murió el poeta lejos del hogar.
Le cubre el polvo de un país vecino.
Al alejarse le vieron llorar.
"Caminante no hay camino,
se hace camino al andar..."
Antonio Machado*

Entendemos o patriarcado como um tipo de relação familiar e social em que a posse e o controle sobre as mulheres, os filhos e outros membros da sociedade com menor poder estão nas mãos de determinados homens e que, por extensão, no imaginário de homens e mulheres, há uma compreensão naturalizada de que os homens valem mais do que as mulheres em todas as classes e raças/etnias. Esse domínio e supremacia foram construídos e legitimados ao longo de séculos e utilizados para justificar a dominação e subordinação de grupos, pessoas ou povos. Nesse sentido, devemos esclarecer que o Patriarcalismo não se restringe à relação de domínio de homens sobre mulheres. Ele é mais abrangente, tratando-se, portanto, de relações sócio-político-econômicas e religiosas de submissão e dominação de determinados grupos ou pessoas sobre outros.

O modelo de relação seguido por muitas igrejas, entre elas a Católica, reflete uma estrutura hierárquica e patriarcal na medida em que sustenta e enaltece a supremacia masculina por meio das práticas e das reflexões teóricas que utiliza no cotidiano. Essas características estão presentes em todas as histórias das mulheres, especialmente quando elas

falam dos valores repassados pela Igreja: “(...)os sermões do Padre eram sempre que a mulher devia ser submissa ao homem, a mulher nasceu para procriar e obedecer ao marido.”(Xica, 2007); “O homem era o chefe da família e a mulher tinha que obedecer. A mulher sempre obedecia em casa ao pai, depois ao marido e na Igreja ao Padre, sempre devia obedecer aos homens.” (Olívia, 2007). Também elas fazem referência à obediência e à submissão, fundamentos em que o patriarcado se sustenta: “Na igreja mais ou menos quarenta anos atrás (hoje tenho 51), hoje, olhando para trás, vejo naquela época pensava que era obediência, mas vejo que era submissão.” (Fernanda, 2007); “os valores repassados eram de submissão, todo era pecado.” (Olívia, 2007); “Em relação à Igreja, via que as mulheres eram ensinadas a ser submissas (...)” (Margarida, 2007).

O poder permeia todas as relações sociais e se concretiza nas mais variadas instituições e afazeres de nossa vida. Também existem muitas maneiras de experimentar e exercer o poder. Geralmente, vemos e experimentamos o poder da sociedade patriarcal, um poder hierárquico e masculino, dominador, coercitivo e opressor. Essa é a imagem que o mundo patriarcal constrói acerca do poder:

(...) el poder consiste también en la capacidad de decidir sobre la vida del otro, en la intervención con hechos que obligan, circunscriben, prohíben o impiden. Quien ejerce el poder se arroga el derecho al castigo y a conculcar bienes materiales y simbólicos. Desde esa posición domina, enjuicia, sentencia y perdona. Al hacerlo, acumula y reproduce poder. (RIOS, 2005, p.154)

O sistema patriarcal introduz gradualmente o temor e oferece logo a esperança de troca, cumplicidade e obediência, o que se torna visível especialmente entre as mulheres, pois, no poder patriarcal, estamos condicionadas a obedecer e assimilar a autoridade de um homem. Observamos essas características também nos textos das mulheres: “a seguir a cobrança que deveria aprender (...) a lavar e passar a roupa bem caso contrario o futuro marido ficaria muito bravo.” (Fernanda, 2007); “Meu pai era que determinava tudo. (...) Tudo era como ele determinava. Ele falava e nos obedecíamos” (Margarida, 2007).

Esse poder patriarcal, que justifica e sustenta a dominação do homem sobre a mulher, consta na história das mulheres não somente na infância ou na adolescência, mas se estende a outras épocas da vida, em diferentes estágios e circunstâncias.

Casei-me muito nova, com meu primeiro namorado, que também achava que mulher era feita para criar filhos. Desde que minha primeira filha nasceu, ele não

quis mais que eu trabalhasse fora, e eu obedeci. Assim, foi minha vida por muitos anos. (Margarida, 2007)

RIOS (2005) faz uma ampla discussão sobre a dominação sobre as mulheres e o diferencial de sua exploração, pois entre as classes sociais há exploração, ao passo que as mulheres sofrem exploração e dominação:

(...) las mujeres ocupan una posición de subordinación, dependencia y discriminación que se traduce en su sujeción al poder y que define las relaciones de opresión ...que hacen cualitativamente mas intensa la explotación a la que están sometidas como productoras subordinadas al capital y sujetas a los poderes patriarcales. (p.103)

Por conseqüência, sofrem uma dupla opressão, que normalmente se traslada a todos os aspectos e relações da vida. Muitas vezes, essa exploração tem maiores agravantes porque em “su conciencia y como parte e su identidad, es crucial el concepto de ayuda, contrapuesto al concepto de trabajo” (RIOS, 2005, p.138). Ou seja, elas não se sentem exploradas porque “ajudar aos outros” faz parte de suas vidas.

Tal dominação se faz presente especialmente no modo como elas foram educadas para o casamento: “*eu aprendi que com o casamento a mulher se tornava propriedade do marido ela tinha que acompanha-lo para onde ele quisesse...*” (Suzana); “*O casamento representava submissão...*” (Olívia, 2007). Em relação a esse aspecto, RIOS (2005) afirma que:

Los hombres hacen uso también de la exclusión y del desconocimiento de las mujeres y, sobre todo, utilizan casi cualquier medio – desde la seducción hasta la violencia – para no perder los beneficios y los privilegios que obtienen de su relación con las mujeres: beneficios materiales derivados de su trabajo invisible, afectivos que se despliegan en sus cuidados y en su dependencia, y los simbolicos derivados de su interiorización. (p.158)

Na maioria dos casos, a violência está presente na vida das mulheres, especialmente no casamento: “*minha mãe ter sofrido violência quando estava grávida (Contaram meus padrinhos)*” (Fernanda, 2007); “*me sentia explorada, até explorada financeiramente e emocionalmente, mas era normal*” (Olívia, 2007); “*quando era casada, também aconteciam algumas cenas de violência em minha casa*” (Margarida); “*quando ele batia na mulher, ninguém podia dizer nada porque a mulher era dele*” (Suzana, 2007).

A violência contra as mulheres ocorre de diferentes maneiras, dependendo de quem a exerce, como o faz, como as atinge sobre quem é exercida e em que circunstâncias. Também

o lugar em que a violência ocorre, muitas vezes, somente é considerado enquanto tal quando o ato violento é exercido no âmbito público. Assim, no âmbito privado, ela é amenizada ou não é considerada violência. Quantas vezes escutamos: “em briga de homem e mulher ninguém mete a colher”? No entanto, a violência tem diferentes graus: desde aquela forma sutil (“burra”, “gorda”), que comumente não é considerada violência, até a forma mais brutal e degradante. A esse respeito, RIOS (2005) faz uma ressalva:

La violencia señorea el trato del hombre a la mujer, quien en el mito, respeta y protege a su congénere, la mujer. En efecto, la violencia a las mujeres es una constante en la sociedad y en la cultura patriarcales. Y lo es, a pesar de ser valorada y normada como algo malo e indebido, a partir del principio dogmático de la debilidad intrínseca de las mujeres, y del correspondiente papel de protección y tutelaje de quienes poseen como atributos naturales de su poder, la fuerza y la agresividad. (p.258)

Além dos homens usarem a violência, outro aspecto que a autora aponta é que eles têm “benefícios materiais” na sua relação com as mulheres, fato confirmado pela fala de Olívia, primeiro em relação ao pai – *“tive que trabalhar, mas quem administrava o dinheiro era meu pai. Isso quer dizer que eu não via a cor do dinheiro”* – e depois, ao marido – *“O marido era o provedor, apesar de eu entregar todo meu salário a ele. Ele adquiriu todos os bens, mesmo quando eu ajudava a pagar”*.

Os sujeitos e os grupos submetidos ao poder também o exercem sobre outros sujeitos e grupos, garantindo, com isso, a manutenção do próprio domínio, e seguem garantindo o poder acima deles mesmos. Como afirma RIOS (2005),

El menor pero gran poder del dominado consiste en ser objeto del poder del otro. Éste es poderoso porque tiene sobre quien ejercer el poder. El dominado confiere por su sujeción, poder e existencia al dominador. (p.155)

As mulheres cumpriram e cumprem um papel fundamental na reprodução de poder dentro do mundo patriarcal, como analisa RIOS (2005):

Reproducción de espacios culturales como el hogar, la tierra, las amistades, las tradiciones; la mujer misma encarna muchas veces la querencia...Reproducción material del espacio de la vida doméstica...Reproducción ideológica y de las concepciones del mundo, específicamente del sentido común concepciones sobre la vida ...conocimientos vinculados a los cuidados...en las instituciones privadas, domésticas y religiosas...Reproducción del poder: de las relaciones de opresión en la sociedad entre los géneros, los grupos de edad, las clases sociales...Reproducción de la cultura: de modos de vida, representados y explicados por concepciones del mundo particulares. (p.118)

Também identificamos essa característica nos textos das mulheres:

O que sabia antes, devido aos ensinamentos que recebíamos, era que a mulher tinha que ser submissa. Por isso, muitas vezes, não tomávamos uma atitude, Minha mãe dizia quando me queixava: ‘Ruim com ele, pior sem ele.’ Ela pensava assim porque eu tinha três filhas pequenas, e que seria muito difícil cria-las sozinha. (Margarida, 2007)

Cabe retomar a afirmação de que o sujeito que se encontra submetido ao poder em certos espaços da vida pode dominar, por sua vez, outras pessoas ou grupos. Nesse sentido, RIOS (2005) diz que:

De hecho así ocurre con las mujeres oprimidas por el genero que, a su vez pueden ser opresoras por edad, clase social...Así , la participación de las mujeres en la hegemonía cultural...se basa en su consenso al estado de cosas externas y en la aceptación de la feminidad construida patriarcalmente. (p.156)

A aceitação da construção patriarcal “da mulher”²⁶ pelas próprias mulheres corroboram nas suas escritas: *“Meu pai é que determinava tudo, e minha mãe se submetia”...* *Naquela época, para mim, isso era normal. Eu não conseguia ver essas diferenças, porque os ensinamentos de casa me faziam achar que era correto assim.* (Margarida, 2007).

Mencionamos anteriormente que o poder e suas relações de dominação se reproduzem em todas as instâncias e instituições, logicamente também na Religião:

Nessa linha, podemos imaginar o que é uma construção hierárquica, uma construção muito hierárquica do poder. Na religião essa construção hierárquica vai ter seu fundamento numa imagem de Deus, o fundamento último é Deus que aparece como o patriarca supremo, o todo poderoso, aquele que legitima essa ordem hierárquica e como ela se organiza. Mais uma vez as religiões vão aparecer nesse sistema patriarcal como a imagem das concepções do poder hierárquico vigente e vão aparecer, em última instância, como legitimadas por Deus. Deus é o legitimador da ordem patriarcal (...) (GEBARA, 2002, p.62)

²⁶ RIOS (2005) diferencia as categorias “a mulher” e “as mulheres”: “La categoría más general es la mujer. Se refiere al genero femenino y a su condición histórica; expresa el nivel de síntesis más abstracto: su contenido es el ser social genérico (...) Las mujeres, es la categoría que expresa a las (mujeres) particulares y se ubica en la dimensión de la situación histórica de cada una; expresa el nivel real-concreto: su contenido es la existencia social de las mujeres, de todas y de cada una (...) Ambas categorías *la mujer* y *las mujeres* y los niveles de análisis que implican, constituyen ,la historicidad de las mujeres (...) La mujer no tiene existencia material, es una categoría producto de la abstracción de un conjunto de características que comparten todas las mujeres (...) Sin embargo, sólo es posible pensar a las mujeres a partir de la concepción de la mujer y esto es así en cualquier concepción sobre la realidad.”(pp. 80-83).

No Cristianismo, por exemplo, dentro da Igreja Católica, o poder de decisão está nas mãos dos homens, ao passo que a atuação da mulher fica restrita ao universo doméstico:

Em outras palavras, enquanto as mulheres são o grande contingente das igrejas, elas não são, necessariamente parte do grupo pensante, aquele que reflete, sistematiza, teoriza e planeja. A maioria das mulheres restringe seu papel, as suas palavras, a sua reflexão teológica ao universo doméstico, familiar. (DEIFELT, 1996, p.14)

Na escrita das mulheres, surgem constantemente os “valores” repassados pela Igreja, em palavras como submissão, obediência, opressão e dominação, atributos, todos, do Poder Patriarcal. Palavras que nos mostram como essas mulheres viveram o peso do Poder Patriarcal. Uma colocação de Olívia resume essa experiência: “*A mulher devia obedecer em casa ao pai, depois ao marido e, na Igreja, ao Padre: sempre devia obedecer aos homens.*” (Olívia, 2007). A esse respeito, GEBARA (2002) acrescenta que, além das mulheres serem restritas a um universo muito limitado, elas aceitam tal situação e cumprem outro papel muito importante para a hierarquia eclesial, ou seja, reproduzir os valores patriarcais e de dominação:

reproduzimos, somos a força reprodutora do sistema clerical (...) reproduzimos nossa própria inferioridade, reproduzimos o mesmo convencimento que o poder sagrado (...) deve continuar existindo nas mãos masculinas. (p.62)

No capítulo II, vimos e analisamos o modo como aparece a mulher em vários documentos oficiais da Igreja Católica Apostólica Romana e percebemos: a manutenção da sujeição da mulher ao homem, a finalidade do casamento, a hierarquia na ordem familiar e, junto a isso, a função e vocação atribuídas à mulher. No presente capítulo, analisando as histórias de vida, percebemos como esse ideal de mulher se encarna nas mulheres reais, nesse caso, em Xica, Fernanda, Suzana, Olívia e Margarida. A diferença entre as mulheres ideais apresentadas pelo magistério e ensino da Igreja e as mulheres reais é que aquelas permanecem no papel, como meras testemunhas de uma situação que se perpetua, enquanto estas agem e lutam cotidianamente para mudar e subverter essa situação. Daqui para frente, tentaremos vislumbrar o processo a partir do qual essas cinco mulheres (que representam tantas outras) se tornaram criadoras e protagonistas de um outro modo de serem mulheres, diferente do modelo ensinado em casa e repassado pela Igreja.

4.2.3 Como elas chegaram a ser o que são hoje? Uma experiência de vida.

*Al andar se hace camino
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.*

Antonio Machado

As feministas afirmam uma e outra vez que a experiência é um elemento fundamental na metodologia e na epistemologia feminista: “O conceito de experiência é um elemento chave dentro da teoria e prática feministas porque reconhece o papel que os eventos de nossas vidas...” (DEIFELT, 2003, p.175); “(...) vale notar a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela...” (RAGO, 1998, p.39); “Quero me valer dessa prerrogativa para começar minha fala a partir da minha história...” (LOPES LOURO, 2002, p.11); “Proponho-me a pensar e escrever a partir da experiência” (GEBARA, 2005, p.36).

O feminismo reconhece que as mulheres têm sido afastadas, marginalizadas e desvalorizadas historicamente, avaliando que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferente da masculina, precha de novos significados no jeito de fazer e pensar o mundo. Nesse sentido, RAGO (1998) afirma:

O campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e, juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade... que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais e religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. (p.35)

Então seguindo as afirmações da autora, também incluímo-nos como novos sujeitos femininos dentro de novos afazeres culturais, sociais e religiosos, partindo do cotidiano, desconstruindo os temas e as interpretações exclusivamente masculinas, incorporando o subjetivo, o sentimento, o que está na margem, à beira...

Ao tomar consciência de que nós, mulheres, permanecemos à margem, à beira por muito tempo, essas margens se convertem em centro, núcleo, coração, e começamos a: “apontar o aspecto patriarcal das relações sociais para depois falar de novas alternativas e reconstruções.” (DEIFELT, 2003, p.179). Detectamos claramente esse processo nas escritas das mulheres – é claro que ele não é simultâneo, pois acontece em diferentes épocas da vida

de cada uma –, mas, desde o momento em que se sabem excluídas e começam a apontar o elemento patriarcal das relações nas suas vidas, por exemplo: elas cresceram e foram educadas em família patriarcal, marcada pela dominação e autoridade masculina, onde o homem decidia tudo, primeiro o pai, depois o marido e, na Igreja, o Padre. Com perfis perfeitamente definidos, as meninas deviam cuidar da casa, aprender as lidas domésticas; os irmãos tinham toda a liberdade, e elas não; elas deviam brincar com menina, sentar de pernas fechadas, permanecerem virgens; logo, elas deviam fazer enxoval, casar, ter filhos. Muitas delas também viveram, ou as suas mães, experiências de violência. Desde o momento em que elas passam a ter consciência e começam a questionar esses valores, elas começam a mudar, por exemplo, em relação a:

- SUBMISSAO

O que sabia antes, devido aos ensinamentos que recebíamos, era que a mulher tinha que ser submissa(...) Por isso, muitas vezes, não tomávamos uma atitude, pois aprendemos que... Hoje (...) sei que poderia ter sido diferente. Teria mais coragem para tomar uma atitude. Só que aí, eu já tinha passado por tudo e já estava viúva. (Margarida, 2007)

- CASAMENTO:

Eu aprendi que, com o casamento, a mulher se tornava propriedade do marido (...) e o casamento era para a vida toda. Hoje, eu penso que, no casamento, os dois têm os mesmos direitos e deveres. (Suzana, 2007)

- FAMILIA:

pensei que queria ter uma família sem violência. Os filhos teriam que ser muito amados e compreendidos, tudo aquilo que eu não pude ter (...) vivemos dentro da família com muitas diferenças, até porque cada pessoa é diferente da outra, então cada dia é novo. Penso eu que temos que ter muito a graça de Deus para vivermos o melhor possível. (Fernanda, 2007)

- FILHOS

Tive três filhos e criei meus filhos participando das lutas da comunidade, questionando as coisas erradas. Sempre falei muito com meus filhos de tudo e com meu marido também. Não suporto mentiras, quando tenho que brigar, brigo mesmo. (Xica, 2007)

- IGREJA

Em relação à igreja, via que as mulheres eram ensinadas a ser submissas (...) Naquela época, para mim, isso era normal. Hoje, consigo ver que grande parte da opressão sofrida pelas mulheres vem dos ensinamentos pregados pela igreja. (Margarida, 2007)

Em algum momento da vida, elas “fazem carne” dessa exclusão e começam a questionar: “A consciência de exclusão leva as mulheres a questionarem os argumentos que justificam sua exclusão.” (DEIFELT, 2003, p.182). Desconstruir e buscar caminhos diferentes. Conheci, convivi e caminhei com essas mulheres em diferentes épocas de suas vidas e tentarei, na continuação deste capítulo, descrever esse processo.

4.3 NOSSO “CAMINHAR PARA SI” OU “PARA NÓS” ATÉ O PROJETO ACESSO POPULAR A JUSTIÇA

*Hace algún tiempo en ese lugar
donde hoy los bosques se visten
de espinos.
Se oyó la voz de un poeta gritar
"Caminante no hay camino,
se hace camino al andar..."*

Antonio Machado

O “caminhar para si” das mulheres me levou a reviver e resgatar o “caminhar para si” da minha própria história. Já relatei que cheguei ao Brasil em 1988, com bolsa para realizar uma experiência em Pastoral Popular, me inseri numa ocupação de terras (em Novo Hamburgo) até a criação de uma cooperativa. Dois anos depois, terminou minha bolsa, decidi ficar no Brasil, segui morando em Novo Hamburgo por um tempo e trabalhando como voluntária na cooperativa (entidade ligada às Pastorais Populares e à *Caritas* Diocesana). Paralelamente, comecei a trabalhar numa Paróquia em São Leopoldo (onde atuei durante dez anos) como coordenadora da *Caritas*, liberada em tempo integral. A Paróquia tinha, e ainda tem, engajamento nas lutas populares. Nessa época (1988-1990), a *Caritas* Paroquial priorizava os trabalhos realizados na Pastoral da Mulher ²⁷.

²⁷ A Pastoral da Mulher priorizava as mulheres como sujeitos de direitos, luta por igualdade, leitura de reflexão da Bíblia desde uma óptica do excluído (mulher, negro, adolescentes, operários, etc.). A Paróquia, naquele momento, tinha uma organização de 12 grupos de mulheres com participação e liderança nas comunidades eclesiais de base, nos movimentos de mulheres a nível municipal, diocesano e estadual, nas celebrações litúrgicas, nas lutas dos movimentos populares. Dentro dos grupos, nas reuniões, abordavam-se diversas temáticas, desde educação dos filhos até luta por direitos, passando por saúde alternativa (confeccionavam-se

Ainda nessa época, conheci a Margarida, a Xica e a Suzana. Morando em Novo Hamburgo, ainda na condição de bolsista, comecei a frequentar um grupo de feministas chamado “Luta Maria”. Margarida também participava do grupo. Eu queria conhecer a experiência de outros grupos de mulheres fora da Igreja – nesse tempo, eu não sabia direito o que era o feminismo, menos ainda que se organizava como movimento.

Ingenuamente, eu pensava que o grupo se denominava feminista por serem do sexo feminino, mulheres. No entanto, as reuniões me atraíam, eu me apaixonava com as discussões sobre a participação na vida política da cidade, os direitos sexuais e reprodutivos, a opressão e violência contra a mulher... Enfim, era um mundo totalmente diferente e alheio ao meu²⁸. Sabia que Margarida frequentava a Igreja, mas também tinha militância no movimento sindical:

Antes de fazer o curso, já participava da direção do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, uma categoria na qual mais de 60% eram mulheres e na direção éramos somente duas. O espaço era exclusivo de homens, mesmo assim, nos organizamos e começamos a discutir a questão da mulher. Formamos um grupo autônomo, no qual discutíamos a opressão e a violência contra a mulher. Realizamos várias atividades nesse sentido em nossa cidade. (Margarida, 2007)

Outra das coisas que eu não entendia direito: como Margarida ficava naquele sindicato horrórico, com um monte de homens que mandavam? Como e por que suportava isso? Eu também convivía com homens mandões, mas minha luta era por vida digna, imaginava que a dela também, mas minha militância era na Igreja, e não no sindicato.

As outras duas, Xica e Suzana, conheci na Paróquia. Suzana começou a trabalhar na Paróquia, como liberada em tempo integral, um ano depois de mim, mas anteriormente participava dos grupos de mulheres e era catequista. De manhã, trabalhávamos na sede

remédios, pomadas e xaropes com plantas medicinais), saúde da mulher sexualidade, afetividade, análise de conjuntura, economia solidária (muitos grupos faziam diversos artesanatos para vender). Existia uma articulação interna dos grupos (havia uma coordenação a nível paroquial com representantes dos grupos escolhida anualmente no encontro de mulheres da Paróquia), e essa coordenação se articulava com as instâncias municipais, regionais e estaduais.

²⁸ Naquela época, dentro da Igreja, fazia-se referência à luta por libertação, porém destacando a libertação de tipo econômica. Falava-se de direitos, mas direitos básicos como: acesso a moradia, trabalho, educação, acesso à vida digna. Para nós, “vida digna” era acesso a condições materiais de vida, até fazíamos com as mulheres leituras bíblicas tentando resgatar a participação da mulher na história de salvação e trasladar aquilo para nossa realidade, mas a nossa leitura sobre a dominação era de tipo econômica. Não conseguíamos ainda ir além, observando outros elementos. Hoje, penso que isso se devia também à realidade que vivíamos. Eu morava junto com 200 famílias, numa ocupação de terras que não tinha nenhum tipo de infra-estrutura, e a luta era por água, luz, ônibus, escola perto. Também se devia à minha origem, pois, apesar de identificar-me plenamente com os intelectuais orgânicos e ser apaixonada por minha nova vida, poucos meses antes, na minha cidade de origem, eu frequentava o Jockey Clube e discutia o tema *exclusão* em mesa de bar.

paroquial, onde havia também a sede da Caritas, e de tarde, nas comunidades. Devido ao extenso território da Paróquia, dividíamos o trabalho geograficamente.²⁹ Suzana trabalhava em um lado da Federal (BR116), desde a Vila Braz até o Bairro Rio dos Sinos, e eu, no outro, desde o Bairro Campina até o Arroio da Manteiga.

Essa época foi repleta de descobertas, aprendizados e sonhos, também de ignorância, onde muitos fatos nos marcaram. Por exemplo, fomos fazer um curso em São Paulo sobre Gênero, assessorado por Ivone Gebara, entre outras. Nem Suzana nem eu sabíamos o que era “Gênero”. Fomos animadas pela esperança de aprender “coisas novas para as mulheres”, como havia falado o Pároco. Lá, apesar de ter aprendido “coisas novas”, entre elas o feminismo, nos cansamos de repetir que éramos “femininas”³⁰, e não “feministas”, concepção que mudou com o tempo.

Xica era uma das coordenadoras dos grupos, participava ativamente da vida da Paróquia e da vida da cidade³¹, como lemos na sua escrita, a vida de Xica foi um pouco diferente das outras mulheres, pois ela militou desde cedo – *“Nessa época também comecei a minha militância estudantil, eu tinha de 15 a 16 anos. Formamos um grupo de jovens e questionávamos a escola, as atitudes da escola”*; – e enfrentou o pai:

Nunca segui o desejo de ninguém. Comprei muitas brigas com isso, sim. Meu pai queria que eu casasse com filho de pecuarista, que era o mesmo ramo dele. Eu briguei muito com meu pai por esse motivo, fiquei de mal com ele por bastante tempo, mas casei com quem eu queria.

Sua idéia de casamento também foi diferente

Meu papel no casamento nunca foi de submissão, sempre fiz o que quis. Meu marido, quando casou, sabia que era assim comigo. Ele sabia que eu participava do movimento, nunca fui uma pessoa de ficar dentro de casa esperando o tempo passar.

Ela foi a primeira a reivindicar direitos, trazer novidades, relacionar o “mundo da Paróquia” com o “mundo daí fora”. Agora, depois de muitos anos e de ler a história de Xica,

²⁹ O território da Paróquia era muito extenso: desde a divisa com Novo Hamburgo (Vila Braz) até o Arroio da Manteiga (quase divisa com Portão). Nesse momento, a Paróquia estava organizada por regiões. Havia 24 comunidades e, em doze delas, funcionavam os grupos de mulheres. Usávamos como referência dessa divisão a BR 116.

³⁰ É preciso destacar que nessa época falar de feminismo dentro da Igreja (até em ambientes católicos mais evoluídos, como a Paróquia) era associado a um “bando de loucas que lutavam e reclamavam por igualdade e direitos sexuais e reprodutivos. Para que isso?”, se existia o método de contracepção natural e as pílulas.

³¹ Quando falo de “vida da cidade”, me refiro aos movimentos populares que já existiam em São Leopoldo, como: “Luta pelo Dique”, “Movimento de Luta pela Moradia” e “Coletivo de Mulheres”, entre outros.

continuo aprendendo com ela. Explico-me: apesar de, naquele momento, eu exercer o papel de educadora, e ela teoricamente “ser uma das educadas”, Xica “me educou e segue me educando” tantas vezes com sua vida e atitude ao longo destes anos.

Acredito que, naquela época e sem saber ainda, experimentamos, Suzana, Xica e eu, dentro dos grupos da Paróquia, e Margarida no sindicato ou talvez também na Igreja: “*Neste mesmo período, participava da Pastoral da Mulher e do Fórum de Mulheres.*” (Margarida), o que várias feministas chamam de “Reconhecimento de Tradições Alternativas”:

A descoberta de tradições alternativas, porém não significa que as feministas simplesmente suplementam a história patriarcal adicionando as mulheres a ela (...) significa que as feministas estão tentando construir uma nova norma para a interpretação (...) da história (...) Apesar das tentativas do patriarcado de manter a participação das mulheres escondida e esquecida, a pesquisa feminista tem conseguido encontrar fragmentos de uma tradição onde as mulheres são pessoas em sua íntegra - sujeitos históricos, autoras sociais em seus próprios direitos (...) (DEIFELT, 2003, p.183)

Mais recentemente, conheci Fernanda e Olívia. Fernanda começou a freqüentar o Fórum da Mulheres de São Leopoldo em 2001, pelo motivo da discussão do projeto de lei da “Casa de Acolhida”³². Por meio dos encontros e reuniões do Fórum, eu soube que ela era assessora de um vereador do PT e participava ativamente do EPC (Encontros de Pais com Cristo), movimento da Igreja Católica. Fernanda, em 2002, realizou o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. Já Olívia eu conheci no CECA, quando ela começou a freqüentar o curso de PLP’s em 2005. Eu sabia que era amiga de Margarida e que participava do conselho diretor de uma ONG, militava no movimento de mulheres, mas também aprendi a conhecê-la como as outras: na convivência do dia-a-dia.

4.3.1 Exclusão, questionamentos, tradição, transgressão, solidariedade: sonho, desejo e luta por um mundo mais justo

Diversos motivos nos levaram a fazer o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. São eles:

- A busca de novos conhecimentos:

³² Casa que abrigaria as mulheres em situação de violência e seus filhos.

O curso de PLP's, eu fui convidada a fazer um curso na área do direito e, por gostar muito do direito, já ter uma atuação comunitária e estar sempre acompanhando casos no Conselho tutelar, decidi fazer o curso para ter mais conhecimentos (Xica, 2007).

- A Solidariedade:

Eu trabalhava na Paróquia Santo Inácio, como Agente de Pastoral, junto aos grupos de mulheres. As mulheres traziam seus problemas, e eu não sabia como ajudá-las. Foi aí que surgiu a oportunidade de fazer o curso. O curso me ajudou muito, não resolvi o problema das mulheres, mas pude apontar alguns caminhos. (Suzana, 2007)

- A Questão da Violência e luta por direitos

Achei que fazendo o curso aprenderia muito mais sobre como trabalhar a questão da mulher e o problema da violência. De fato, foi muito esclarecedor. É muito importante conhecer os direitos que temos. Conheci outras mulheres que, como eu, tinham o mesmo desejo, de ajudar mulheres que sofrem com a violência praticada contra elas e que desconhecem seus direitos. (Margarida 2007)

Fiz o curso de promotora legal popular em 2002. Havia acompanhado alguns debates sobre a violência contra a mulher e pensei que havia encontrado a maneira de auxiliar, de alguma maneira, as mulheres, levando informações, mas sempre pensando no sofrimento dos filhos delas também. (Fernanda, 2007)

- A situação pessoal:

Fiz o curso a convite de uma amiga, que já tinha feito. Achei o assunto muito interessante, muito propício à minha situação. Procurando buscar conhecimento sobre a questão da violência da mulher, o curso veio a meu socorro. (Olívia, 2007)

Na maioria das escritas, vemos que o motivo de fazer o Curso foi o envolvimento e compromisso comunitário: “(...) *já ter uma atuação comunitária e estar sempre acompanhando casos no Conselho tutelar*”(Xica, 2007); “*O curso me ajudou muito, não resolvi o problema das mulheres, mas pude apontar alguns caminhos.*”(Suzana, 2007). Além disso, junto com o envolvimento e compromisso comunitário, também são motivos a solidariedade, a busca de direitos, e o problema da violência: “*aprenderia muito mais sobre como trabalhar a questão da mulher e o problema da violência*”(Margarida, 2007); “*a maneira de auxiliar, de alguma maneira, as mulheres, levando informações (...) quanto mais aprendemos mais comprometidas ficamos*” (Fernanda, 2007); “*também conhecer e buscar praticar meus direitos*”(Olívia, 2007).

Assim como essas mulheres, também fiz o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares no anseio de achar soluções, adquirir novos conhecimentos e lutar por direitos. Tomo a liberdade de incluir a Suzana na minha fala (com sua autorização), pois com ela eu partilhava também o trabalho e, depois de alguns anos na Paróquia, com os grupos de mulheres, sentíamos que ainda faltava alguma coisa. Vivíamos defendendo o projeto político como solução, e não acertávamos qual seria esse tal de projeto. Naquele momento, tínhamos evoluído bastante desde o trabalho inicial: já havíamos-nos aventurado pelos caminhos da análise de gênero, de lutas por direitos e políticas públicas³³. Também nos reuníamos com a Extensão Comunitária do Serviço Social da Unisinos para refletir sobre nossa prática, em um espaço denominado “Re-pensando a Prática”. Porém, o que as mulheres nos traziam eram casos de violência que elas viviam no dia-a-dia, a ausência total de direitos na suas vidas e, por conseqüência, o desamparo (delas) e a ignorância (nossa) quanto ao caminho a seguir: como fazer? Como acessar o mundo da Justiça para auxiliá-las?

O Curso nos responderia essas questões, fornecendo conhecimento e acesso ao mundo do jurídico e seus mecanismos. Parecia que até o nome do projeto “Acesso Popular a Justiça” vinha ao nosso socorro. Então, divulgamos o Curso entre as mulheres da Paróquia, entre aquelas que participavam dos grupos e também de outras atividades. Colocamos a Kombi da *Caritas* Paroquial à disposição para levar e trazer as mulheres, pois o curso era noturno, e não tínhamos ônibus para voltar para casa. O público do primeiro curso (1998) era composto, em quase 50%, por lideranças comunitárias da Paróquia.

Para cada uma de nós, em diferentes circunstâncias e épocas – primeiro, o curso e, depois, a participação no Projeto Acesso Popular a Justiça –, aprendemos vários elementos que abririam muitas perspectivas e passaram a fazer parte de nossa vida, além de tomarmos consciência ainda de muitas exclusões, de responder a muitos questionamentos e formular outros, de transgredirmos padrões da sociedade patriarcal, de sermos solidárias com outras pessoas e, sobretudo, de contribuirmos para seguir construindo o sonho, desejo e luta por um mundo mais justo.

³³ Participávamos (1996-1997) de um grupo de gênero que se reunia no CECA e na UNISINOS, denominado ADPP (Ação e Defesa de Políticas Públicas).

4.3.2 O Curso, o Projeto Acesso Popular a Justiça e a Caminhada

*"Caminante no hay camino,
se hace camino al andar..."*
Antonio Machado

Já colocamos toda a metodologia e os objetivos do curso e do projeto, no capítulo II, no subtítulo “Origens de Projeto Acesso Popular à Justiça (APJ) e seus desdobramentos no CECA”. Além disso, nesse texto consta um quadro para visualizar melhor o processo e andamento. Também mencionamos anteriormente que, para atender adequadamente às necessidades do APJ e das PLP’s, o trabalho se divide em Formação, Representação e Atendimento. Nessas três dimensões, sempre aparecem nos objetivos palavras como: Capacitar, ser um espaço de formação, consolidar, realizar, construir, participar, atender, acompanhar, aprofundar conhecimentos, esclarecer, criar laços de solidariedade, criar condições de apropriação de espaços públicos, defesa e garantia de direitos. Todas essas ações se desenvolvem dentro do marco da educação não-formal, acreditando contribuir para a formação centrada nas PLP’s e nas suas experiências, permitindo que elas se apropriem de novos conhecimentos e os confrontem com suas leituras do mundo e da vida, para então se sentirem desafiadas a estabelecerem ações que possibilitem transformações sociais e das relações humanas.

Neste sentido, em si mesmo a realidade é domesticadora. Libertar-se da sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta.sobre ela. É por isso que só através da práxis autêntica que, não sendo ‘blablablá’, nem ativismo, mas ação e reflexão é possível fazê-lo. (FREIRE, 2006, p.42)

Assim, por meio da práxis, da articulação e organização das PLPs, do conhecimento acerca de seus direitos, o grande desafio que aparece, então, é aprender a olhar de maneira crítica para as dimensões culturais que marcam o contexto e, junto com isso, aprender a lidar com o mundo que está dado, onde vivemos, e com o mundo que sonhamos e queremos.

Quanto mais se problematizam (...) como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentiram desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio (...) Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo

petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto cada vez mais desalienada. (FREIRE, 2006, p.80)

O processo de lidar com o que está aí e com o que sonhamos e queremos nos leva a enfrentar situações desafiadoras e novas, que implicam compromisso e engajamento, embora, às vezes, sejam situações muito doloridas.

(...) que provoca novas compreensões de novos desafios, que vão surgindo no processo da resposta, se vão reconhecendo, mais e mais, como compromisso. Assim se dá o reconhecimento que engaja. (FREIRE, 2006, p.80)

Vejamos alguns depoimentos de Xica, Suzana, Margarida, Fernanda e Olívia antes delas escreverem suas histórias, extraídas dos arquivos do Projeto Acesso Popular a Justiça:

- Situações doloridas:

Depois me dei conta que também eu enfrentei toda aquela discriminação, o medo de ser julgada. Com a apropriação dos meus direitos, soube que era meu, que era minha vida...(Suzana, arquivo APJ, 2000)

se teria sabido isso antes, teria sido mais fácil lidar com as situações de violência no meu casamento e também com a bebida, agora sei e posso ajudar outras mulheres. (Margarida, arquivo APJ, 2003)

- Situações desafiadoras:

Nunca tinha falado em público, eu tremia toda, minha boca secou, queria tomar um litro de água. Falei, consegui: falei na frente de todas essas pessoas. (Fernanda, arquivo APJ, 2003)

Se lembram, depois daquela oficina, que falei com a mulher? Ela estava na minha frente, não parava de chorar, pensei que eu também ia chorar junto com ela, mas não chorei, escutei ela e encaminhei para a Defensoria. (Fernanda, arquivo APJ, 2003)

- Situações Novas:

Nunca escrevi para uma revista, vou tentar e só Deus sabe... (Xica, arquivo APJ, 2004).

Agora vejo as coisas de outra forma, como é bom isso, a gente descobrir que podemos orientar outras pessoas como buscar seus direitos. (Olívia, arquivo do APJ, 2005)

Esse processo se desenvolve, muitas vezes, de forma ambivalente e contraditória:

Ela apanha sempre, sempre o mesmo; ela dá queixa dele e depois retira (...) dá vontade de falar: “mulher te separa...vai embora.” Mas cada uma tem seu tempo, não posso decidir por ela. Vendo como ela sofre, gostaria de decidir por ela (...) mas não posso. (Xica, Oficina de Estudo da casos, Arquivo APJ, 2004)

Ao mesmo tempo, como vemos na fala de Xica, há riscos e aprendizados nesse processo, que exige paciência e consciência da autonomia do/a outro/a.

Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação (...) se ‘apropriam’ dela como realidade histórica e, por isto mesmo, capaz de ser transformada (...) (FREIRE, 2006, p.85)

Na compreensão freiriana de que “ninguém educa a ninguém”, a Educação Popular, ao longo da caminhada das mulheres e do Projeto Acesso Popular à Justiça, vem construindo referências, desafios, sentimentos, lutas, falas, escutas, fatos, vem dialogando, conhecendo, construindo novos conhecimentos, sem, por isso, deixar de tomar consciência e assinalar limites:

E, para fazê-lo, autenticamente, é necessário, inclusive, que a situação em que estão não lhes apareça como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora que apenas os limita. (FREIRE, 2006, p.85)

Todo esse processo tem também como opção metodológica reconhecer a importância do cotidiano, da experiência, dos desejos, dos sonhos, sentimentos, vivências, transgressões e resistências. Nesse cotidiano, acontece de fato a luta por uma ruptura com o mundo patriarcal e a construção de novas relações de gênero e poder em todas as dimensões sociais e, junto com elas, também no âmbito religioso.

4.3.3 Gênero como instrumento de análise e novas relações de Poder

O conceito de gênero busca analisar as relações entre homens e mulheres, construídas ao longo da história. Essas relações mudam e se manifestam de formas diferentes, dependendo dos contextos e dos períodos históricos.

Nesse sentido, o desafio proposto pela análise de gênero é que se redefina a natureza das relações humanas, de todas as relações:

- Dentro da família com os filhos:

Ser mãe é criar os filhos mostrando a realidade, para que quando adultos respeitem o ser humano e lutem por seus direitos e dos outros. (Xica, 2007)

Hoje, acho que posso dizer que sou uma mãe melhor para meu filho, mais atenciosa. Converso bastante com ele. Tanto eu como ele temos direitos, mas também temos deveres em casa. (Suzana, 2007)

Como mãe, acho que consegui passar uma visão diferente a minhas filhas de como enfrentar as dificuldades e saber como lidar com elas. (Margarida, 2007)

- No casamento:

O papel da mulher no casamento é de igualdade com o companheiro, divisão de tarefas, mesmos direitos (Margarida, 2007)

não ser submissa busco o direito a felicidade, ao respeito, dignidade não violência mesmo as verbais que podem ser tão dolorosas. Companheira sim, mas se sou boa para pagar as contas, então para participar das coisas boas, também sou boa. (Olívia, 2007)

- Com os/as outros/outros:

aprendi fundamentalmente o respeito, o respeito ao ser humano, o respeito as mulheres que pensam diferente, aprendi que homens e mulheres somos iguais, aprendi que temos direitos iguais. (Fernanda, 2007)

A conseqüência dessa reflexão será uma profunda transformação de nossos paradigmas culturais. Vejamos as colocações de Olívia depois do curso:

Destaco hoje que sou uma mãe independente, procuro viver como gosto, mas sem magoar, indo atrás dos meus direitos. Tento manter a serenidade, sou fiel e realista, sei que o príncipe encantado não existe. Se tiver um limão, procuro fazer uma limonada. Agora, sei que as coisas podem mudar, porque mudaram para mim. Acredito que podemos chegar à igualdade de direitos e lutar pelo que queremos (Olívia, 2007)

Aplicando a análise de gênero às relações de poder, percebe-se a existência da necessidade de rever tais construções presentes no cotidiano.

A visão de poder presente no sistema patriarcal se baseia na agressividade, competitividade e dominação. Mas também existe o poder como fato positivo, aquele poder que nos capacita a decidir sobre nossas vidas e ver o poder desde outro ângulo, incorporando experiências positivas. Esse é um poder que nos nutre e dá força, um poder criador, que faz com que nos valorizemos: *Após do curso me sinto mais inteira, mais satisfeita comigo*

mesma” (Margarida, 2007); “*Melhorou minha auto-estima, autoconfiança e também posso passar isso para outras mulheres*” (Suzana, 2007).

Esse tipo de poder é o mesmo que HIERRO (2001) menciona:

Existe otro tipo de poder desarrollado por algunas mujeres y que resulta muy valioso; surge del conocimiento de sí mismas primero, y luego de las y los demás. (p.135)

Nesse tipo de poder, aos poucos, a competitividade e a dominação (características do poder patriarcal) são confrontadas com os paradigmas da cooperação, solidariedade e da dialogicidade.

a violência existe onde os direitos humanos não são respeitados. Quando não se respeita as mulheres, os idosos e as crianças, não se pode falar em direitos humanos, enquanto tiver pessoas passando fome e meninas se prostituindo para comprar comida, enquanto tiver criança nas ruas cheirando loló. Sem ter um local onde ficar e se tratar, não existem direitos humanos. Enquanto as pessoas têm que posar numa fila para conseguir consulta medica e na maioria das vezes não serem atendidos. Para mim, toda essa violência que está aí é por não termos nossos direitos respeitados. Isto tem que mudar, temos que ser solidárias (...) (Xica, 2007)

Esse é um desafio para a construção de novas relações de poder entre homens e mulheres. Esse poder também se realiza na convivência com os/as outros/outras.

Como Mulher: buscando a valorização, fazendo cursos, participando de atividades em grupos, fazendo parte de entidades como ONGs e as PLPs. Dar valor às amizades. Procuro viver da maneira que eu gosto, mas sem magoar. Convivo de maneira mais alegre, busco minha valorização e também valorizo as outras pessoas. (Olívia, 2007)

É um processo educativo em que percebemos que o poder não é alheio a nós, pois ele está dentro de nós. Então, entendemos o poder como direito, cidadania, igualdade, justiça: “*O curso me trouxe conhecimento e força para lutar por justiça*” (Xica, 2007).

Depois do curso, sei que todos temos os mesmos direitos, que somos iguais, homem e mulher e que ambos devemos respeitar um ao outro. (Margarida, 2007)

O que acontece é que fomos, a maioria das mulheres, educadas para não experimentar esse poder, ou, ao contrário, experimentar o poder como dominação, agressão e obediência, ou seja, o poder masculino, patriarcal:

as mulheres têm que lutar mais para chegar ao poder, mais tem que tomar alguns cuidados, para que o poder não suba para a cabeça. Tem algumas mulheres que, no poder, são pior que os homens. Geralmente, mulheres no poder preferem dar oportunidade aos homens, do que confiar nas mulheres. (Xica, 2007)

Logo, se o poder está em nós, podemos falar em poder conjunto, coletivo. Assim, perceberemos que juntos temos “poder de” mudar a situação:

tenho consciência que temos um grande caminho a percorrer para o fim da violência e muito a ser feito pelos nossos direitos, a pesar das conquistas alcançadas. Temos que manter as lutas, para a diferença ser cada vez menor, começando por casa já da uma grande diferença. Começando por casa e depois ir para a sociedade, para que exista um mundo melhor. (Olívia, 2007)

Assim, começamos a pensar sobre o poder como “o poder que eu tenho”, que me habita – um poder cotidiano, presente no dia-a-dia das minhas relações. Isso significa iniciar o processo de empoderamento, ou seja, reconhecer o “poder em mim”: *“Acho que me tornei mais exigente e mais cuidadosa em relação às escolhas”* (Suzana, 2007); *“sou um ser livre que posso ter minhas idéias e convicções. Compreendo que posso fazer qualquer atividade a qual eu esteja qualificada. Quero ter como referencia ‘eu a Olívia’ não como a esposa de Fulano.”* (Olívia, 2007)

Esse resgate do “poder em mim” tem a ver com o poder de decidir sobre a minha vida, mas também se relaciona com participação da vida em sociedade. Esse poder é conjunto porque é capaz de pressionar a mudança da realidade ou, pelo menos, em alguns de seus aspectos, naquela parte que nos machuca, que consideramos mais urgente, mais cruel, o que também implica aventurarmo-nos e arriscarmo-nos constantemente: *“Não é possível viver, muito menos existir sem riscos. O fundamental é preparar-nos para saber corrê-los bem.”* (FREIRE, 1992, p.79). Essa parte da realidade, entre outras, para o Projeto Acesso Popular à Justiça e para as Promotoras Legais Populares foi e é a luta por direitos e contra a violência, assim como a prevenção a ela. Nesse contexto, a luta por direitos, na fala de Margarida, se expressa da seguinte forma:

Hoje, vejo como poderia ter sido diferente se eu já tivesse o conhecimento que tenho agora sobre o assunto: saber que tenho os mesmos direitos e que existem pessoas que podem nos auxiliar. (Margarida, 2007)

...lutar pelo cumprimento e respeito dos direitos, direitos que correspondem ao ser humano por ser humano. (Xica, 2007)

- Luta e prevenção contra a violência, tanto no âmbito pessoal...

Atualmente, passei a entender as agressões verbais ou mesmo atitudes agressivas (...) não ser submissa busco o direito a felicidade, ao respeito, dignidade não violência mesmo as verbais que podem ser tão dolorosas (Olivia, 2007)

- ... como no âmbito comunitário:

Conheci outras mulheres que, como eu, tinham o mesmo desejo, de ajudar mulheres que sofrem com a violência praticada contra elas e que desconhecem seus direitos (...) hoje tenho mais condições de ajudar mulheres vítimas de violência, ouvi-las, encaminhá-las aos órgãos competentes e fazê-las entender que podem ter uma vida melhor. (Margarida, 2007)

(...) o curso serviu para esclarecer algumas dúvidas na área do direito e foi mais uma ponta para encaminhar as mulheres para atendimento no CECA, na assistência jurídica da Unisinos. (Xica, 2007)

É necessário que o poder seja compreendido como uma complexa rede de relações sociais, e não apenas como uma ação exercida entre e sobre os sujeitos. Poderes também são formas de resistência e contestação que provocam tensões constantes entre sujeitos. Estes, quando transformados, são capazes de mudar as relações de poder herdadas do patriarcalismo e da sociedade vigente. Vejamos como Xica, Luiza, Fernanda, Olívia e Suzana foram capazes também de questionar e romper com o poder Patriarcal dentro da Igreja Católica. Elas questionam, entre outras coisas:

- A opressão e o Machismo

Hoje, consigo ver que grande parte da opressão sofrida pelas mulheres vem dos ensinamentos pregados pela Igreja (...) mesmo antes do curso já entendia que a opressão advinha da posição machista da Igreja. (Margarida, 2007)

para mim, a mulher na Igreja não passa de tarefaira. (Xica, 2007)

- Alguns Tabus

Na igreja, ainda vejo que existem tabus a respeito do tema violência contra a mulher. Vejo como um processo longo: sei que não é fácil dar a volta. O ideal seria que o tema fosse mais discutido dentro das igrejas (...) sei que, na igreja católica, existem pessoas que são muito conservadoras. Eu penso que tem muito que mudar, sei de

casos em que a mulher sofria violência, mas não falava e não fala por que é tabu este assunto. (Fernanda, 2007)

- Decepção da Igreja como Instituição:

(...) acredito em Deus, mas não mais na Igreja. Diria assim que estou decepcionada, pois a Igreja prega a igualdade mas inferioriza a mulher. (Olívia, 2007)

a igreja está aí para punir, dizendo que tudo é pecado, isso pode, aquilo não pode... Fazem um discurso lindo, maravilhoso, mais daí fazem tudo ao contrário. Tem uma coisa que eu sempre digo: ficam pregando moral de cueca. Não vamos esquecer que as igrejas são feitas pelos homens e que, muitas vezes, nem humanos são, então que dirá de respeitar direitos. (Xica, 2007)

Por isso, é necessário ensaiarmos novas formas de relações de poder no cotidiano. Somente assim será possível o nascimento do outro mundo que sonhamos. Mas para sermos capazes de questionar e romper só se torna um ato efetivo e criador quando paramos para pensar e buscamos novos caminhos: *“Larguei de mão, eu acho que devemos de deixar de nos preocupar com a igreja e nos preocupar com o ser humano”*(Xica, 2007). Caminhos alternativos, e não aqueles que trilhamos ao longo do tempo, nas estradas do mundo patriarcal: *“O que importa é a comunidade isso sim importa as pessoas”*(Xica, 2007). É percorrer novas estradas, desde nossa experiência, desde o cotidiano, resgatando nossa vida, nosso saber e nossas experiências educativas, é propor “um novo olhar que permite desvelar novos horizontes”(DEIFELT, 2003, p.185).

4.4 TRILHANDO NOVOS CAMINHOS

*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Antonio Machado*

Em toda a trajetória da vida das mulheres e na própria experiência constatamos que, quando tomamos consciência de nossa exclusão, se produz um processo duplo, que começamos questionando e avaliando todos os valores aprendidos, preservados, transmitidos e vividos dentro do mundo patriarcal. Também ponderamos direitos, recursos, poderes, experiências positivas para preservá-las e partilhá-las até aprendermos que é possível intervir em situações concretas de nossa vida para melhorá-la. Paralelamente, acontece a rejeição e não aceitação de diferentes situações fatos, padrões culturais, valores que afetam todas as

dimensões de nossas vidas e também na Igreja. Assim verificamos que Xica, Suzana, Margarida, Olívia e Fernanda tem diferentes vivências com respeito à Igreja, mas passam por muitos questionamentos, umas acham que é possível lutar desde dentro da instituição como Suzana:

Hoje eu vejo que a igreja pode ser não apenas como uma instituição que salva, um lugar para oração ou para aliviar a consciência, mas a igreja pode ser um espaço onde as mulheres e os homens podem buscar a libertação, não apenas a libertação do pecado, mas se libertar da violência, da opressão, do poder, isso sempre com a ajuda e apoio da comunidade. (Suzana, 2007)

Ou fora da instituição, a pesar de ter começado a atuar nela desde cedo:

eu comecei minha militância na Igreja Católica, e, em 64, os jovens participavam muito da Igreja para lutar contra a repressão. Estávamos juntos na criação das ceb's, luta por uma catequese renovada, mas tive algumas desilusões com as pessoas da igreja. Me afastei, eu não tolero mentiras e, nas igrejas, o que mais tem é mentiras, enganação. Hoje, não participo de nada na Igreja e não me faz falta. (Xica, 2007)

Apesar das nossas críticas e decepções, também percebemos que dentro da Igreja Católica se buscam novas alternativas no obstante as contradições:

(...) quando iniciei o curso de promotora legal popular, estava participando e participo ativamente na igreja, de um grupo do qual era e é muito aberto o diálogo do casal com os filhos, sempre ficando bem claro os papéis homem/mulher, igualdade de direitos de ambos, responsabilidades de ambos na educação dos filhos, não ficando só com a mulher. Sei que na igreja católica existem pessoas que são muito conservadoras. Eu penso que tem muito que mudar. (Fernanda, 2007)

Percorrer esses novos caminhos não significa renunciar valores fundamentais que o cristianismo prega, mas sim redimensionar esses valores desde outra vivência, sob a ótica da luta por direitos iguais para todos, de prevenção e combate à violência, de solidariedade, de novas relações humanas:

Nesse processo são identificados modelos alternativos que fomentam relações humanas baseadas na reciprocidade, solidariedade e amizade. Esses valores são decorrentes da busca pela justiça e pela paz. (DEIFELT, 2003, p.174)

Nesse processo, são gerados e afirmados valores e experiências totalmente opostas às anunciadas pela Igreja Católica hierárquica e androcêntrica. Isso é possível graças a relações que buscam respeitar a dignidade e inclusão de todas as pessoas. Frente a um Deus Todo-

poderoso, Másculo, Superior e Onipresente, descobrimos e vivenciamos que é possível a experiência de outro Deus, que igualmente está presente em todo lugar, mas de outro jeito: “*Deus é o ser que está em todas as partes, em todos nós, não só dentro da Igreja. Deus está dentro de qualquer ser humano, está na rua, nas prostitutas, em todo lugar, em toda pessoa.*” (Xica, 2007). Um Deus amoroso: “*Deus é alguém que nos protege, nos socorre, nos respeita e faz que respeitemos as pessoas, que nos ensina o respeito, o carinho e o amor*” (Olívia, 2007). Um Deus que abre novos horizontes, nos fazendo refletir sobre nós mesmos, sobre as outras pessoas, o mundo e a natureza de um modo diferente:

(...) depois do curso, sinto diferente Deus, aprendi a refletir sobre muitas coisas, aprendi que nós mulheres temos direito de decidir sobre o nosso corpo. Tirei as dúvidas, as culpas. (Fernanda, 2007)

Depois do curso de Promotoras, minha vivência com Deus tornou-se algo mais relacionado com a Natureza, algo que não tem sexo, tanto pode ser um Deus homem ou uma Deusa, que se relaciona com minha vivência, com as pessoas mais próximas. Deus é um ser Único e, ao mesmo tempo, Múltiplo. (Margarida, 2007)

Este processo é vivenciado no dia-a-dia e, às vezes, se apresenta cheio de dúvidas, porém sempre nos desafia e questiona constantemente: “*Antes Deus me fazia sentir culpada, agora não, agora me sinto amada e também questionada*” (Fernanda, 2007). Como assinala Suzana, é um Deus que nos impulsiona a lutar e ter uma vida digna:

Para mim, a vivência de Deus se resume naquele versículo bíblico ‘que todos tenham vida e vida em abundância’. Ter vida e ter direito a saúde, educação, trabalho, moradia, é ter direito a uma vida digna. (Suzana, 2007)

Com o sentimento religioso destas mulheres que participam no Projeto Acesso Popular a Justiça, há uma oportunidade de desenvolver uma espiritualidade voltada para o Deus da Vida, Deus que também é Mãe, que se coloca solidariamente com sua gente. É um Deus próximo, que está perto e nos faz ver a vida de uma nova maneira, que aconchega e resgata nossa experiência: “*Deus também, além de ser Pai (Pai amoroso não que castiga) também é Mãe. Mãe que sofre que carrega os filhos, que luta para sobre viver, que luta por seus direitos, que protege, que ama, que sonha e que vive.*” (Xica, 2007). Também com esse mesmo sentimento religioso, elas entendem a fé como um elemento motivador da vida e das ações diante do mundo e do ser humano:

Fé: move-nos para ser pessoas boas e comprometidas, nos faz acreditar num mundo melhor, a superar os momentos difíceis, na dor, na doença e nos faz ser pessoas alegres. (Olívia 2007)

Essa fé se baseia na convicção acerca de um Deus que se identifica com todas as pessoas e questiona a sociedade e o mundo patriarcal, com todas suas contradições e construções culturais:

Fé: esta dentro de nos, nos move, nos faz fortes nos momentos difíceis. Me criei na Igreja Católica, não acredito nem quero ter fé numa instituição, tenho fé num Deus que caminha, que está pertinho do ser humano. (Xica, 2007)

Trata-se de um Deus que é profundamente solidário com todo seu povo e deseja uma vida plena para o mesmo. Ter fé em um Deus com essas características impele cada pessoa a uma ação concreta na vida e na história: *“Cada uma escolhe um projeto de vida e a fé nos da força e nos impulsiona para que realizemos esse projeto. A fé é aquilo que nos da força para lutar e realizar aquilo que acreditamos”* (Suzana, 2007).

É uma fé que nos conduz a caminhar na direção da complexidade da vida, das pessoas e do mundo, com sua história e condicionantes. Assim, ela torna-se “uma fé ecumênica, no sentido de uma fé para a ‘oikoumene’(mundo, sociedade)” (CECA, 2005). Essa fé para o “oikoumene” também nos convoca a um compromisso radical, que não faz distinção de pessoas, raças, crenças, cultura, gênero ou classe: *“O ecumenismo me mostrou que todos somos iguais, sem diferença de credos ou de raças e procuro viver isso no meu dia-a-dia.”*(Margarida, 2007).

Aprendemos também com Xica, Olívia, Suzana, Fernanda e Margarida que, para viver esse ecumenismo de forma radical, como elas vivem, é preciso superar:

- O dogmatismo –

Ecumenismo: é a união. Deus é o mesmo. Como o Deus da Igreja Católica pode ser mais verdadeiro que o das outras Igrejas? (Olívia, 2007)

- As influências eclesiais (entendidas no sentido estrito da institucionalidade das Igrejas) –

Agora me dou conta: se a Igreja é boa, prega a união, uma vida melhor para todos e para com isso de qual Deus e qual Igreja é a verdadeira? (Olívia, 2007)

- A competitividade entre as diferentes Igrejas:

Ecumenismo: é um bem para a humanidade, respeita as religiões, se todo mundo respeitasse não teria mais guerras nem sectarismos. Deus é Pai e Mãe de todos os seres enquanto as Igrejas competem entre si.(Xica, 2007)

Trilhamos novos caminhos quando vislumbramos novos horizontes, quando transformamos aquilo que está à “beira”, às margens”, em “coração”, em “centro”, em “núcleo”, e conseguimos isso ao descobrirmos que queremos olhar o mundo e construir nosso cotidiano desde a opção de caminhar, erguer, conhecer, viver e lutar por um mundo melhor, por um mundo mais humano e justo. Mas essa opção é minha (nossa), buscada e desejada, fruto da experiência, do aprendizado, de novos conhecimentos, da procura de alternativas diferentes do modelo de mulher aprendido e vivido, que nos foi imposto e ensinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sistematizado é indispensável para a organização de qualquer entidade ou grupo. É necessário também um marco teórico, uma metodologia e conteúdos definidos, mas esse conhecimento exige e deve trilhar o caminho da prática, por meio da inserção nos diferentes níveis da sociedade. Esse processo é enriquecedor, pois incentiva e dá esperança à/ao *caminante*. Paulo Freire admoesta os intelectuais quando diz ser muito bom que o conhecimento acadêmico ajude os grupos e movimentos populares “a saberem melhor aquilo que já estão sabendo” (FREIRE; NOGUEIRA, 2005, p.26). O autor também destaca a existência de riscos posteriores a esse trabalho de sistematização que, por vezes, pode dilapidar a autonomia dos grupos populares, receitando conteúdos, fazendo a mesma coisa criticada anteriormente. Impor um método de conhecimento é oprimir. Creio ser importante que essa consciência exista em prontidão, pelo menos esse tem sido um desafio na minha história de vida.

Em todos esses anos em que o CECA proporciona espaços de formação, as Promotoras têm demonstrado sinais de amadurecimento, autonomia e uma forte união e solidariedade que caracteriza o grupo. Elas estão presentes na cidade em diferentes lugares e instâncias: nos grupos de mulheres, na coordenação do Fórum de Mulheres, são lideranças em diferentes movimentos populares, no CONDIM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher) em diversas ONGs, no conselho tutelar, em diferentes espaços do governo municipal. Avaliamos que, pela quantidade de mulheres formadas como Promotoras Legais Populares (mais de 120 mulheres), a participação daquelas que continuam ligadas ao CECA e ao grupo (que chamamos de PLPs ativas) não tem sido muito concorrida (em torno de 20 à 25 mulheres). Tal constatação é motivo de constante preocupação das próprias PLPs, porque, muitas vezes, as que não continuam ligadas ao grupo utilizam os conhecimentos adquiridos e o status de ser Promotora Legal Popular em alguns espaços, sobretudo no meio popular, em

benefício próprio. Também reconhecemos que o afastamento das PLPs se origina na luta pela sobrevivência, já que sua militância, engajamento e compromisso é totalmente voluntário.

Além desses riscos e conquistas, somos desafiadas constantemente pela conjuntura das demandas diárias e com a dificuldade de, às vezes, não “ter pernas” nem meios para responder a essas demandas. Esse não ter “meios” significa não ter recursos suficientes: há poucos recursos humanos (a equipe do CECA é muito reduzida) e, na maioria das vezes, não há recurso econômico. Está cada vez mais difícil conseguir assessorias voluntárias para algumas demandas específicas das PLPs e ter acesso a projetos financiados para desenvolver um trabalho adequado e com recursos suficientes. Muitas vezes, também há conflitos nas relações de gerenciar o andamento das atividades delas e entre elas. A coragem, a garra, a autonomia e a insolência destas mulheres de enfrentar o mundo desde a simplicidade dos seus cotidianos, às vezes, também nos assusta. É como aquele/a filho/a que já está pronto/a para a vida, mas ainda queremos proteger.

Já mencionamos que, no Estado do Rio Grande do Sul, existe a Rede de Justiça e Gênero (ver cap II, nota de rodapé nº 8), integrada por 12 municípios, que desenvolve a formação de PLPs. Um princípio dessa rede é possibilitar que os municípios integrantes realizem o trabalho desde a realidade dos seus contextos. Acreditamos que o CECA, o APJ e as PLPs têm uma contribuição específica nessa Rede e na sociedade, que é o ecumenismo. Essa é a contribuição mais relevante e desafiadora porque as outras instituições já trabalham Gênero e Direitos Humanos enquanto o Ecumenismo, numa ONG como o CECA, tem produzido um conhecimento importante com as mulheres Promotoras Legais Populares, pois a maioria delas é vinculada a comunidades religiosas. O conhecimento, já sistematizado pelo CECA, de que a religião é um fenômeno cultural que, muitas vezes, legitima ações e papéis sexistas e, portanto, silencia perante a violência. Entretanto, esta precisa ser denunciada, em especial, nesse início de século, em que assistimos ao fortalecimento de teologias conservadoras, que reafirmam a submissão da mulher, relegando-as a um papel secundário. Convocar as Igrejas a assumirem a perspectiva de gênero, oportunizando novas relações, baseadas na cooperação e solidariedade, é um desafio para instituições como o CECA.

Nesta dissertação, conseguimos sistematizar, de modo mais elaborado, a compreensão de que a religião, como um instrumento cultural que contribui para legitimar, transmitir e reforçar determinados valores patriarcais caracterizados, no âmbito privado, pela autoridade imposta do homem sobre a mulher e observamos ainda que, no âmbito público, estes valores permeiam toda a organização social. Frequentemente, assistimos e também vivemos ideários

de algumas linhas do cristianismo que contribuem para a dominação da mulher. Elas só executam determinadas tarefas, pois sua principal função se dá no âmbito privado. Assim, podem trabalhar fora sempre e quando não atrapalhe o andamento do lar e a educação dos filhos, etc. Nesse contexto, sempre que as mulheres se organizam para reivindicar seus direitos, em especial quando se trata do direito a decidir sobre seus próprios corpos, logo têm respostas de órgãos conservadores de algumas igrejas, que acusam-nas de estarem semeando os conflitos e colocando em risco a ordem da família.

Vemos também nas histórias de vida das mulheres pesquisadas, por exemplo, no texto de Fernanda, a aprendizagem sobre si mesma perante Deus. Ela diz: *“aprendi que nós, mulheres, temos direito de decidir sobre o nosso corpo. Tirei as dúvidas, as culpas. Antes, Deus me fazia sentir culpada, agora não. Agora, me sinto amada e também questionada”* (Fernanda, 2007). A violência também foi identificada por ela como um desafio a ser debatido na vida da Igreja, quando afirma que *“há igreja ainda vejo que existem tabus a respeito do tema violência contra a mulher, vejo-o como um processo longo. Sei que não é fácil dar a volta.”* (Fernanda, 2007).

Ressalto que as mulheres, nas diversas situações de violência, não precisam de uma religião que as responsabilize, mas de uma religião que as apóie, incentive e dê coragem para enfrentar as dificuldades. No trabalho desenvolvido junto as PLPs, verifiquei que, além de serem pessoas fortes e decididas, atuantes no município e nas suas comunidades, elas também são lideranças de diferentes igrejas. Esse fator gerou vários conflitos que considerei positivos, a partir dos quais, elas conseguiram identificar o quanto algumas das suas comunidades religiosas eram conservadoras e pregavam a submissão da mulher aos padrões estabelecidos historicamente.

Escrever sobre mulheres com as mulheres, suas histórias, suas vivências e experiências implica reconhecer um outro conflito: a exclusão em todos os âmbitos, não apenas no religioso. Em outras palavras, muitas vezes, não nos constituímos como protagonistas da história de uma vez por todas. Somos fruto da própria contradição, presente em todos os âmbitos de nossa existência, nas palavras, nos gestos. Na experiência de sermos mulheres, vivemos dentro de um sistema que culturalmente nos exclui, encurrala e convoca a permanecermos à margem e passivas, além de inibir a nossa capacidade de atuar como pessoas adultas e nos alienar da possibilidade de liberdade. O conflito constante em que vivemos, lidando com essas contradições e exclusões, reinstala simbolicamente na sociedade a incapacidade das mulheres de decidirem sobre todas as dimensões de suas vidas. Isso se

torna mais visível quando refletimos sobre os valores religiosos ou morais que nem sempre aceitam ou reconhecem a autonomia das mulheres.

Entretanto, paralelamente à situação antes mencionada, desde o advento do feminismo as mulheres têm sido capazes de experimentar outras estratégias e gerar mudanças nos níveis individual e coletivo. Isso acontece por meio de pequenos grupos, que, desde sua autonomia, conseguem subverter o que lhes foi imposto, em diferentes momentos de suas vidas, transcendendo a novas formas de consciência acerca do significado de ser mulher na sociedade patriarcal, tentando vincular todas as dimensões da vida e, assim, formulando novas concepções de transformação social. Concordo com RÍOS (s/d) quando diz que o feminismo é o diálogo intersubjetivo das mulheres excluídas (p.2).

Grupos como o das Promotoras Legais Populares (PLPs) geram identidades, laços afetivos e de solidariedade, além de uma certa capacidade de contestar a sociedade e os valores vigentes, mediante outra linguagem, outros símbolos e ensaios de novas formas de relação, a partir da própria experiência e autoconsciência. Assim, manifesta-se a capacidade de pensar o mundo de outra maneira, e por meio dessas experiências as mulheres também construíram novas idéias e pensamentos, que sustentam e visibilizam toda a riqueza que vem das margens.

As histórias de vida de Xica, Suzana, Margarida, Olívia, Fernanda, assim como a minha própria história e a de outras tantas mulheres estão marcadas por sinais profundos deixados pelo mundo patriarcal. Algumas amplamente superadas e outras a superar na luta e sonho por um mundo melhor. O importante, o novo e a ousadia consistem, muitas vezes, em desafiar e confrontar esse mundo patriarcal com seus próprios valores. Valores usados para submeter, dominar, limitar, desde nossa experiência e nossa rebeldia e em coletivo são usados para criar novos valores, ou seja, uma contracultura para libertar, emancipar, abrir e caminhar até novos horizontes.

RÍOS (2005) afirma que: “la condición de la mujer es un creación histórica... que define a la mujer como ser social y genérico: ser de y para los otros” (p.33). Entendo que a intenção da autora é **denunciar** que *somente para as mulheres é ensinado ser para os outros*, enquanto que nos documentos do Magistério da Igreja Católica é **anunciado** que isso é um galardão um papel insubstituível (Ver nesta dissertação, cap. 3 subitem 3.2 Quadro 5).

Seguindo a linha de raciocínio estabelecida anteriormente percebo que o grupo de Promotoras Legais Populares, também se apropria da categoria “cuidar/cuidado”, mas de uma

maneira diferente: o processo é inverso, começam com o “cuidado de si” para depois ou paralelamente “cuidar de”. Ao mesmo tempo, o processo é mais amplo: querem e lutam para que todos/as “cuidemo-nos e cuidemos de”.

O “cuidado de si” é um território que passa a ser o ponto de origem biográfica para as mulheres. O que o patriarcado fez com a história das mulheres foi proibir o “eu mesma” segundo RIOS (2005). Esse processo se garante na auto-afirmação do meu eu, numa dimensão de segurança, de autonomia, de responsabilidade e de decisão. HIERRO (2001) acrescenta que se trata da mulher sentir prazer e desenvolver sua vida criativamente dando a sua contribuição social por meio de uma outra postura educativa (p.135).

É um repensar e legitimar o “amor a mim mesma”. Desde a experiência pessoal, cada uma se sente desafiada a gerir e cuidar da própria vida e, como consequência deste processo, também se sente desafiada a intervir no mundo. Aqui, o cuidado de si e das outras pessoas se entrelaçam e se tecem: como seres equivalentes, com direitos iguais e desejo de uma vida digna para todas/os. Mas não é somente o desejo: também é paixão por saber, ver, aprender a redefinir as relações entre pessoas; também é criar e inventar novas formas de relacionamentos para mostrar que desde o cotidiano é possível.

Resumindo: essas mulheres utilizaram (e utilizam) uma categoria que o mundo patriarcal atribui às mulheres para dominá-las, como é “o cuidado dos outros”. Elas redimensionaram esta categoria desde sua autonomia e a usam, desde sua experiência, na redefinição de suas relações com os/as outros/as e na sua luta por um mundo melhor em questões como: auto-estima, combate e prevenção à violência, luta por direitos iguais e acesso a vida digna para todos/as.

Estas mulheres são construtoras de uma alternativa de serem mulheres que subverta o modelo hierárquico e androcêntrico da Igreja Católica e da sociedade em geral. Inclusive como indiquei acima, elas se valem de alguns desses valores para subvertê-los e transformá-los em benefício dos outros paradigmas que lutam por alcançar. No âmbito religioso, que foi objeto desta pesquisa, é importante assinalar que, frente à Igreja Católica ou a qualquer Igreja que segue o modelo hierárquico e androcêntrico, as mulheres sempre buscaram e lutaram por novas alternativas, caracterizadas pelo apelo de uma fé e pela necessidade de um suporte espiritual para o enfrentamento de tantos problemas cotidianos que fizeram com que elas vivenciassem uma mística sustentada em um Deus da Vida, solidário com as mulheres, que ajuda a criar um clima de confiança e espaços propícios para a redução de preconceitos e sofrimentos.

A caminhada conjunta do CECA, o APJ e as PLPs fez com que, paulatina e conjuntamente, elas se identificassem com alguns eixos fundamentais, como Ecumenismo, Gênero e Direitos Humanos. Através do Ecumenismo, que representa, em si, o respeito pela diversidade e a capacidade de transformação, as igrejas se libertam da visão conservadora que historicamente as acompanha, para contemplar a face de Deus nos grupos historicamente excluídos, especialmente os grupos das mulheres. As alternativas que o Ecumenismo oferece não significam necessariamente o abandono das comunidades religiosas de origem. Pelo contrário, as grandes mudanças e oportunidades na minha vida, por exemplo, sempre estiveram marcadas pela Igreja Católica, como minha vinda ao Brasil e, atualmente, o retorno à academia, oportunizando-me a realização do Mestrado, por meio de bolsa de estudos de uma entidade católica alemã. Sou muito grata por isso e luto pela democratização da minha Igreja.

Desde o Ecumenismo, é possível olhar nossas comunidades religiosas por outra óptica e enriquecê-las com outros paradigmas e práticas. Acredito que as mulheres pesquisadas e muitas das mulheres que participam do Curso de Formação de PLPs, do APJ e do CECA, além de mim, apesar de todas as dificuldades, não somos mais as mesmas mulheres do começo dessa caminhada. Já não aceitamos ensinamentos e vivências religiosas que legitimam discursos e práticas hierárquicas e androcêntricas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

AMORÓS, Celia. **Feminismo - Igualdad y Diferencia**. México, Universidad Autónoma de México, 1995. Colección Libros del Pueg - Programa Universitario de Estudios de Género.

_____. **Tiempo de Feminismo - Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad**. 2ª Edición. Madrid, Ediciones Cátedra, 2000.

BENCKE, Romi; MOTA, Sonia Gomes; LINDENAU, Maribel (orgs.). **Deus em tua Graça Transforma o Mundo - a contribuição das religiões para a construção de um novo mundo**. São Leopoldo, CECA; Oikos Editora, 2006.

_____. **Soberania e Paz, na perspectiva econômica, política e cultural**. São Leopoldo, CECA; Oikos Editora, 2006.

BICALHO, Elisabete “Gênero, Violência e Religião- Uma Alquimia perfeita”. In: **História, Gênero e Religião - Violência, Gênero e Religião**. *Revista Mandrágora*. São Bernardo do Campo, Editora da Universidade Metodista de São Paulo, Ano VII, nº 7/8, 2001/2002.

BINGEMER Maria Clara et al. **El Rostro Femenino de la Teología**. Costa Rica, Editorial Dei San José, 1988.

BOCK, Carlos Gilberto. **O ecumenismo eclesástico em debate - uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC**. São Leopoldo, IEPG; Sinodal, 1998. Série Teses e Dissertações, v. 11.

BOFF, Leonardo. **Do Lugar do Pobre**. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. **Espiritualidade - um caminho de transformação**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Sextante, 2001.

_____. **O caminhar da Igreja com os Oprimidos**. 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1988.

_____. **O Rosto Materno de Deus**. 4ª edição. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. **Teologia do Cativo e da Libertação.** 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. **Igreja, Carisma e Poder.** 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1982.

_____; BOFF, Clodovis; LACERDA JR, Jose A; MIRANDA, Márcia; ROCHA, Adair. **Os Cristãos e a Militância Política.** São Leopoldo, CECA-CDDHP, 1989.

_____. “Teologia da Libertação no Debate Atual” In: *Teologia Orgânica* n° 13. Petrópolis, Vozes, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 9ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **A pergunta a várias mãos e experiência da pesquisa no trabalho do educador.** São Paulo, Cortez Editora, 2003. Série saber com o outro, v.1.

_____. (org.) **Repensando a pesquisa participante.** 2ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

_____. (org.) **Pesquisa participante.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

CARDOSO, Nancy; EGGERT, Edla; MUSSKOPF, André S.(Orgs). **A graça do mundo transforma a Deus - Diálogos Latino-americanos com a IX Assembléia do CMI.** Porto Alegre, Editora Universitária Metodista, 2006.

CARVALHO, Marie Jane Soares. *Feminismo, Educação e Cidadania.* Disponível em www.asmulhereseafilosofia.hpg.ig.com.br. Arquivo de 2002. Arquivo acessado em 10/08/2005.

CEAP. **Gênero na Educação Popular.** Passo Fundo, Berthier, 2003.

CECA. **Atualização do Plano Trienal 96-98 para os anos 97-98.** São Leopoldo, CECA, 1997.

_____. “Construindo a Paz celebrando a Vida – Dignidade Humana, Justiça e Trabalho”. In: *Revista do 6º Curso Ecumênico de Pastoral Popular.* São Leopoldo, CECA, 1983.

_____. “Memória da Caminhada – Entrevista do Pe.Orestes Stragliotto.” São Leopoldo, CECA, 1989.

_____. “MEMÓRIA DE UM SEMINÁRIO DA FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL - Dor, Resistência e Esperança Cristã na América Latina.” São Leopoldo, CECA; Editora Sinosdal, 1989b.

_____. “Informação, Formação e Experiência.”. São Leopoldo, CECA, ano 4, nº 15, nº 16, 1992.

_____. **Plano Trienal 1996-1998**. São Leopoldo, CECA, 1995.

_____. **Plano Trienal 1999- 2001**. São Leopoldo, CECA, 1998.

_____. “Relações de Gênero e Defesa de Direitos Sociais de Justiça e Paz numa Perspectiva Ecumênico-Libertadora.” In: **Plano Trienal 2002-2004**. São Leopoldo, CECA, 2001.

_____. Plano Trienal 2005-2007. São Leopoldo, CECA, 2004.

_____. Práticas & Reflexão. In: *Ceca em Revista*. São Leopoldo, CECA, Ano 1, nº2, 2005.

COMBLIN, José. “Teologia da Libertação, Teologia Conservadora e Teologia Liberal.” In: *Teologia Orgânica*, nº 14. Petrópolis, Vozes, 1985.

COMPENDIO do VATICANO II. **Constituições, Decretos, Declarações**. 17ª edição. Petrópolis, Vozes, 1984.

DAMKE, Ilda Righi. **O Processo de Conhecimento na Pedagogia de Libertação: as idéias de Freire, Fiore e Dusel**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1995.

DEIFEIT, Wanda. “Temas e metodologias da teologia feminista”. In: SOTER, (org). **Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas**. São Paulo, Edições Paulinas; Loyola, 2003.

_____. “Palavras e outras Palavras: A Teologia, as Mulheres e o Poder”. In: *Revista de Estudos Teológicos*. São Leopoldo, EST; Sinodal, ano 36, nº. 1, 1996.

FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular” In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa Participante**. 7ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

FE BRASIL. **Ecumenismo, Direitos Humanos e Paz - A experiência do Fórum Ecumênico Brasil**. RJ, Koinonia, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

_____; Nogueira Adriano. **Que fazer - Teoria e Prática da Educação Popular**. Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

_____. **Pedagogia de Tolerância**. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

_____. **Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários para a Prática Educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

_____. “Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. 7ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 12ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

EGGERT, Edla. **Educação Popular e Teologia das Margens**. São Leopoldo, Sinodal, 2003.

FIORINZA, Elizabeth. **As origens Cristãs a partir Mulher – Uma Nova Hermenêutica**. São Paulo, Paulinas, 1992.

_____; HUNT, Mary R; VAN EYDEN, René. “Olhares Feministas sobre a Igreja Católica”. In: *Católicas pelo Direito de Decidir*. São Paulo, n° 9, 2001.

GEBARA, Ivone. **As águas do meu poço - Reflexões sobre experiências de liberdade**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2005.

_____. **As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina**. 2ª edição. São Paulo, Edições Paulinas, 1990.

_____. **A mobilidade da senzala - mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo**. São Paulo, Edições Paulinas, 2000.

_____. **Cultura e Relações de Gênero**. São Paulo, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS, 2002.

_____. **Rompendo o silêncio - uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

GOROSTIAGA, Javier. **Horizonte Geopolítico e Teologia da Libertação**. São Leopoldo, CEBI, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1993.

GUTIERREZ, Gustavo. **Beber no próprio poço - Itinerário Espiritual de um Povo**. 4ª edição. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente**. Petrópolis, Vozes, 1987.

HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. “Explorados e Exploradores.” In: *Cadernos de Educação Popular*. São Paulo, Global Editora, 1979.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.” In: *Revista Estudos Feministas*. São Paulo, Ano 1, n° 1, 1º semestre, 1993.

HEINEMANN, Uta Ranke. **Eunucos pelo Reino de Deus – Mulheres e Sexualidade na Igreja Católica**. 3ª ed. Rio do Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1996.

HIERRO, Graciela. **La ética del placer**. México, Universidad Autónoma de México, 2001.

JOÃO XXIII. **Encíclica Pacem in Terris**. Roma . In: www.vatican.va Texto de 11 de abril de 1963. Arquivo acessado em 10 de maio de 2006.

JOAO PAULO II. **Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no mundo**. In: www.vatican.va, Texto de 31 de maio de 2004. Arquivo acessado em 29 de julho de 2005.

_____. **Carta às mulheres**. In www.vatican.va . Texto de 25 de maio de 1995. Arquivo acessado em 25 de setembro de 2005.

_____. **Encíclica Christifideles Laici**. In www.vatican.va, Texto de 30 de dezembro de 1988. Arquivo acessado em 23 de julho de 2005.

_____. **Encíclica Evangelium Vitae**. In: www.vatican.va, Arquivo de 25 de março de 1995. Arquivo acessado em 14 de abril de 2006.

_____. **Encíclica Familiaris Consortio**. In: www.vatican.va, Arquivo de 22 de novembro de 1981. Arquivo acessado em 22 de novembro de 2005.

_____. **Encíclica Mulieris Dignitatem - Roma**. In: www.multimedios.org Arquivo de 15 de agosto de 1988. Arquivo acessado em 10 de junho de 2005.

_____. **Encíclica Ordenatio Sacerdotalis**. In www.vatican.va, Arquivo de 22 de maio de 1994. Arquivo acessado em 21 de outubro de 2005.

_____. **Encíclica Redemptoris Mater**. In www.multimedios.org Arquivo de 25 de março de 1987. Arquivo acessado em 18 de outubro de 2005.

JOSSO, Marie-Christine. “História de Vida e Projeto: a história de vida como projeto e as ‘historias de vida’ a serviço de projetos.” In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.25, n.2, 1999.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo, Cortez, 2004.

KRAMER, Sonia et al. **Histórias de Professores – Leitura, Escrita e Pesquisa em Educação**. São Paulo, Ática, 1996.

LEAO XIII. **Encíclica Rerum Novarum**. In: www.vatican.va , Arquivo de 15 de maio de 1891.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. “Epistemologia feminista e teorização social - desafios, subversões e alianças”. In: ADELMAM, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba, Ed.UFPR, 2002.

LÖWI, Michael. **A Guerra dos Deuses – Religião e Política na América Latina**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 2004.

MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular – da intenção ao gesto**. Porto Alegre, Isis Editora; Diálogo-Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA-Instituto Popular Porto Alegre, 2005.

MUSSKOPF, André S. **Talar Rosa - Homossexuais e o Ministério na Igreja**. São Leopoldo, Oikos Editora, 2005.

NUNES, Maria Jose F. Rosado; COUCH, Beatriz Melano. “Palavras de Mulheres Juntando Fios da Teologia Feminista”. *Católicas pelo Direito de Decidir*. São Paulo, caderno 4, 2000.

OLIVEIRA, Suely; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas – Uma leitura desde o campo Democrático e Popular**. Porto Alegre, Camp; Tomo Editorial, 2001.

PAROQUIA SANTO INACIO. **Plano Pastoral**. São Leopoldo, 1991.

PAULO VI. **Encíclica Octogésima Advenies**. In: www.multimedios.org, Arquivo de 14 de maio de 1971. Arquivo acessado em 07 de outubro de 2005.

PEREIRA, Nancy Cardoso. “Palavras feitas de carne – Leitura Feminista e Crítica dos Fundamentalismos”. In: *Católicas pelo Direito de Decidir*. São Paulo, n° 11, 2003.

PIO XI . **Encíclica Casti Connubi**. In: www.vatican.va, Arquivo de 31 de dezembro de 1930. Arquivo acessado em 09 de dezembro de 2005.

_____. **Encíclica Quadragésimo Anno**. In: www.multimedios.org, Arquivo de 14 de maio de 1931. Arquivo acessado em 11 de novembro de 2005.

_____. **Radiomensagem de 21/10/1945**. In: www.vatican.va, Arquivo de 21 de outubro de 1945. Arquivo acessado em 16 de setembro de 2005.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Fem-e-libros gratuitos, 2003.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo, Paulinas, 2005.

RAGO, Margareth. “Epistemologia Feminista, Gênero e História.” In: GROSSI, Miriam Pillar; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

RAISER Konrad; VAN KAIK, Baldur. **Movimento Ecumênico – Historia e Desafios**. São Leopoldo, CECA, s/d.

RIOS, Marcela Lagarde de los. “Aculturación feminista”. Texto mimeo, s/d.

_____. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed. México, Universidad Autónoma de México, 2005.

RUETHER, Rose Mary. **Sexismo e Religião**. São Leopoldo, Sinodal, 1993.

SAGRADA BÍBLIA. São Paulo, Edições Paulinas, 1990.

SAMPAIO, Plínio Arruda; EGGERT, Edla; TEIXEIRA, Faustino; TORRES, Fernando. **Teologia da Libertação e Educação Popular a caminho**. São Leopoldo, CEBI; CECA; CELADEC, 2006.

SCOCUGLIA, Alfonso C. **Histórias Inéditas da Educação Popular do Sistema de Paulo Freire aos IPMs da Ditadura**. São Paulo; João Pessoa, Cortez; Editora Universitária; Instituto Paulo Freire, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a Pesquisa Participante**. 2a. ed. São Paulo, Cortez, 1991.

SOTER (org). **Gênero e Teologia – Interpelações e perspectivas**. São Paulo, Edições Paulinas; Soter; Loyola, 2003.

STOFFEL, Jose Carlos. **História, Teologia e Prática do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria - CECA: uma contribuição para o movimento ecumênico no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, EST, 2006.

STRECK, Danilo Romeu; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. 1. ed. Aparecida – SP, Idéias & Letras, 2006.

STROMQUIST, Nelly. **La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación in Poder e Empoderamiento de las Mujeres**. 1ª ed. Colômbia, TM Editores, 1997.

SOUZA, Ana Inês. **Paulo Freire - Vida e obra**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2001.

VIAU, Sandra. **Guia de Direitos para Mulheres – a Lei Maria da Penha e o Direito de Família**. São Leopoldo, CECA, 2007.

YOUNG, Kate. “El potencial transformador en las necesidades practicas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación”. In: **Poder e Empoderamiento de las Mujeres**. 1ª ed. Colômbia, TM Editores, 1997.

DOCUMENTOS OFICIAIS DA CNBB:

Medellín. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. 4ª edição. São Paulo, Edições Paulinas, 1979.

Puebla. **III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano - A evangelização no Presente e Futuro da América Latina.** 6ª edição. Petrópolis, Vozes, 1985.

Santo Domingo. IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. In: Santo Domingo. **Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã, Jesus Cristo Ontem, Hoje e sempre.** São Paulo, CELAM; Edições Loyola, 1993.

ANEXOS

HISTÓRIAS DE VIDA

Xica- PLP 1998- 61 anos.

a) Relembrando a convivência com sua família, na infância e adolescência, quais os comportamentos, valores, funções, que você era ensinada a assumir por ser mulher?

Me criei no interior, no campo e minha infância foi maravilhosa. Eu tinha várias tarefas, meu pai tinha cavalos de corrida, e eu ajudava no trato com os cavalos. Meu pai estava sempre por perto. Por ser muito magrinha, na época era o jóquei, treinava os cavalos. Nunca trabalhei muito dentro de casa, só quando a minha mãe estava doente. Ela tinha reumatismo e, às vezes atacava, ela não conseguia caminhar, e eu assumia os afazeres da casa. Aprendi a cozinhar com nove anos de idade.

Minha adolescência também foi boa: estudava longe de casa, saía às 5h30 da manhã para chegar na escola às 7 h. Ia um pouco a cavalo e depois pegava ônibus para chegar até a cidade de Júlio de Castilhos e estudar no colégio das irmãs. Fiz isso 4 anos. Depois, vim estudar em Cruz Alta e morava na casa de um tio. Durante a semana, um turno, estudava e outro, trabalhava na fábrica de café do meu tio. Nessa época, também comecei a minha militância estudantil. Eu tinha de 15 a 16 anos. Formamos um grupo de jovens e questionávamos a escola, as atitudes da escola. Quanto às tarefas por ser mulher, eu nunca sofri com isso: tive 11 irmãos de criação, mas nos dávamos muito bem, e eu até era paparicada por ser só eu a menina da turma.

b) Na Igreja, quais valores, funções, comportamentos eram repassados às mulheres? Você percebe contradições entre estes ensinamentos e seu comportamento no dia-a-dia?

Na Igreja, os valores repassados eram muitos retrógrados. Não podia usar roupas decotadas nem curta, tinha que comungar todos os domingos, confessar... Os sermões do padre era sempre que a mulher devia ser submissa ao homem, a mulher nasceu para procriar e obedecer ao marido.

c) Antes de conhecer os debates sobre a violência contra as mulheres o que o casamento representava para você? E agora?

O que representava o casamento para mim, eu sempre decidi o que queria e fiz o que quis. Nunca segui o desejo de ninguém, comprei muitas brigas com isso, sim. Meu pai queria que eu casasse com filho de pecuarista que era o mesmo ramo dele. Eu briguei muito com meu pai por esse motivo, fiquei de mal com ele por bastante tempo, mas casei com quem eu queria.

d) Hoje, quais as principais características que você destaca em relação a seu papel como mulher no casamento?

Meu papel no casamento nunca foi de submissão, sempre fiz o que quis. Meu marido, quando casou, sabia que era assim comigo. Ele sabia que eu participava do movimento, nunca fui uma pessoa de ficar dentro de

casa esperando o tempo passar. Tive três filhos e criei meus filhos participando das lutas da comunidade, questionando as coisas erradas. Sempre falei muito com meus filhos de tudo, e com meu marido também. Não suporto mentiras, quando tenho que brigar, brigo mesmo.

e) Quando e por que você iniciou o curso de Promotoras Legais Populares?

O curso de PLP's, eu fui convidada a fazer um curso na área do direito e, por gostar muito do direito, já ter uma atuação comunitária e estar sempre acompanhando casos no Conselho Tutelar, decidi fazer o curso para ter mais conhecimentos. Na minha vida, pouco mudou, porque eu já tinha uma atuação comunitária nos direitos humanos. O curso serviu para esclarecer algumas dúvidas na área do direito e foi mais uma ponta para encaminhar as mulheres para atendimento no CECA, na assistência jurídica da Unisinos.

f) Aponte as principais mudanças ocorridas em sua vida após a realização do curso de PLPs e das experiências como Promotora depois do curso, nos seguintes aspectos:

- Mulher
- Mãe
- Mulher Casada
- Mulher e Igreja
- Mulher e Poder
- Violência e Direitos Humanos

Quanto à **Igreja**, eu comecei minha militância na Igreja Católica e, em 64, os jovens participavam muito da Igreja para lutar contra a repressão. Estávamos juntos na criação das ceb's, luta por uma catequese renovada, mas tive algumas desilusões com as pessoas da igreja. Me afastei. Eu não tolero mentiras e nas igrejas o que mais tem é mentiras, enganação. Hoje, não participo de nada na Igreja e não me faz falta. Para mim, a mulher na Igreja não passa de tarefaira.

Mudanças na minha vida, só a idade. Para mim, **ser mulher** é ser forte, marcar território sempre. **Ser mãe** é criar os filhos mostrando a realidade, para que, quando adultos, respeitem o ser humano e lutem por seus direitos e dos outros.

Ser esposa realista, sem meias palavras.

Mulher e poder: as mulheres têm que lutar mais para chegar ao poder, mais tem que tomar alguns cuidados, para que o poder não suba para a cabeça. Tem algumas mulheres que, no poder, são pior que os homens. Geralmente, mulheres no poder preferem dar oportunidade aos homens do que confiar nas mulheres.

Violência e Direitos Humanos: a violência existe onde os direitos humanos não são respeitados. Quando não se respeita as mulheres, os idosos e as crianças não se pode falar em direitos humanos, enquanto tiver pessoas passando fome e meninas se prostituindo para comprar comida, enquanto tiver criança nas ruas cheirando loló.

Sem ter um local onde ficar e se tratar, não existem direitos humanos. Enquanto as pessoas têm que posar numa fila para conseguir consulta médica e, na maioria das vezes, não serem atendidos. Para mim, toda essa violência que está aí é por não termos nossos direitos respeitados. Isto tem que mudar, temos que ser solidárias, lutar pelo cumprimento e respeito dos direitos, direitos que correspondem ao ser humano por ser humano.

Eu me vejo em todas as instâncias na família porque ela foi a base da minha vida e lá eu tive bons ensinamentos e cresci aprendendo a respeitar os outros, mas questionar sempre.

Na igreja, reunir pessoas e organizar jovens, não quero uma igreja tradicional, quero uma igreja transformadora, onde homens e mulheres sejam iguais.

O casamento me trouxe alegria e felicidade, meus filhos, companheirismo e uma família.

O curso me trouxe conhecimento e força para lutar por justiça.

Mudanças poucas, eu já era uma pessoa atuante quando fiz o curso.

g) Sua vida na Igreja sofreu alguma mudança? Qual?

Mudanças na Igreja: Larguei de mão, eu acho que devemos de deixar de nos preocupar com a igreja e nos preocupar com o ser humano, a igreja está aí para punir, dizendo que tudo é pecado, isso pode, aquilo não pode... fazem um discurso lindo, maravilhoso, mais daí fazem tudo o contrário.

Tem uma coisa que eu sempre digo: ficam pregando moral de cueca, não vamos esquecer que as igrejas são feitas pelos homens, e que, muitas vezes, nem humanos são, então que dirá de respeitar direitos. O que importa é a comunidade isso sim importam as pessoas.

Desculpe minha franqueza, mas é o que eu penso.

h) Depois do curso: Qual a sua visão de Deus, da Fé e do Ecumenismo?

Deus é o ser que está em todas as partes, em todos nós, não só dentro da Igreja. Deus está dentro de qualquer ser humano, está na rua, nas prostitutas, em todo lugar, em toda pessoa. Agora, tenho certeza que Deus não está em quem não respeita os direitos, aí sim que não. Deus também, além de ser Pai (Pai amoroso, não que castiga) também é Mãe. Mãe que sofre, que carrega os filhos, que luta para sobreviver, que luta por seus direitos, que protege, que ama, que sonha e que vive.

Fé: está dentro de nós, nos move, nos faz fortes nos momentos difíceis. Me criei na Igreja Católica, não acredito nem quero ter fé numa instituição. Tenho fé num Deus que caminha, que está pertinho do ser humano.

Ecumenismo: é um bem para a humanidade respeitar as religiões. Se todo mundo respeitasse, não teria mais guerras nem sectarismos. Deus é Pai e Mãe de todos os seres enquanto as Igrejas competem entre si.

Fernanda –PLP 2002- 51 anos³⁴

Desde a infância, sempre era dito, ensinado que deveria estudar, ir bem na escola, logo a seguir a cobrança era que deveria aprender a cuidar da casa, lavar e passar a roupa bem. Caso contrário, o futuro marido ficaria muito bravo. Nas férias da escola, tinha que aprender a fazer: crochê, bordado, corte costura e outros. E fazer tudo direitinho!

Na igreja, há mais ou menos quarenta anos atrás, (hoje, tenho 51)... Hoje, olhando para trás, vejo: naquela época, pensava que era obediência, mas vejo que era submissão.

Mesmo antes de conhecer os debates sobre a violência contra a mulher, em função de a minha mãe ter sofrido violência quando estava grávida (contaram meus padrinhos), desde que me dei conta do casamento, sempre pensei que queria ter uma família sem violência. Os filhos teriam que ser muito amados e compreendidos, tudo aquilo que eu não pude ter. Foi muito difícil tudo isto, inclusive tive que me tratar com psicólogo.

O casamento sempre representou para mim a base da família, o lugar onde não pode haver violência, para que os filhos não a reproduzam mais tarde. Sabemos e vivemos dentro da família com muitas diferenças, até porque cada pessoa é diferente da outra. Então, cada dia é novo, penso eu, que temos que ter muito a graça de Deus para vivermos o melhor possível.

Hoje, penso que, como mulher, tenho que ser, ao lado do marido, um ponto de equilíbrio no lar. Educamos pelo exemplo.

Fiz o curso de promotora legal popular em 2002. Havia acompanhado alguns debates sobre a violência contra a mulher e pensei que havia encontrado a maneira de auxiliar, de alguma maneira, as mulheres levando informações, mas sempre pensando no sofrimento dos filhos delas também.

Quanto mais aprendemos, mais comprometidas ficamos. Eu aprendi muito com o curso, fundamentalmente o respeito, o respeito ao ser humano, o respeito às mulheres que pensam diferente. Aprendi que homens e mulheres somos iguais, aprendi que temos direitos iguais.

Ser mãe é ter muito diálogo na família, em função da família ser a base. Mais uma vez, digo: se educa pelo exemplo.

Na igreja, ainda vejo que existem tabus a respeito do tema violência contra a mulher. Vejo como um processo longo, sei que não é fácil dar a volta. O ideal seria que o tema fosse mais discutido dentro das igrejas.

Minha vida na igreja: quando iniciei o curso de promotora legal popular, estava participando, e participo ativamente na igreja, de um grupo o qual era e é muito aberto o diálogo do casal com os filhos, sempre ficando bem claro os papéis homem/mulher igualdade de direitos de ambos, responsabilidades de ambos na educação dos filhos, não ficando só com a mulher. Sei que, na igreja católica, existem pessoas que são muito conservadoras. Eu penso que tem muito que mudar. Sei de casos em que a mulher sofria violência, mas não falava e não fala por que é tabu este assunto.

Também o que chamou muito minha atenção foi quando me dei conta que Maria, a mãe de Jesus, muitas vezes, era colocada como uma mulher que sempre disse sim, mas hoje eu vejo que ela é uma mulher muito forte, guerreira, e não submissa como, muitas vezes, é colocada. Ela é um exemplo a ser seguido.

³⁴ Fernanda comunicou que não seguiu a ordem das perguntas para a realização do texto.

Depois do curso, sinto a Deus diferente. Aprendi a refletir sobre muitas coisas: aprendi que nós, mulheres, temos direito de decidir sobre o nosso corpo, tirei as dúvidas, as culpas. Antes, Deus me fazia sentir culpada, agora não! Agora, me sinto amada e também questionada. Também assim, ficou mais claro trabalhar a minha fé, refletindo...

Enquanto a Ecumenismo: consegui aceitar esta grande união das religiões cristãs. Antes, minhas dificuldades eram por falta de conhecimento.

Margarida - PLP 2000 – 60 anos³⁵**EM CASA:****Relembrando o tempo de infância:**

Éramos dois filhos de um casamento no qual o homem era o chefe da família. Meu pai é que determinava tudo, e minha mãe se submetia; Tudo era como ele determinava. Ele falava e nós obedecíamos. Além disso, existia um agravante: o álcool. Por esse motivo, minha infância e adolescência foi muito difícil. Os valores eram diferentes para mim e meu irmão. Eu tinha que ficar em casa com minha mãe, enquanto meu irmão tinha direito a fazer tudo o que queria, porque nele nada “pegava” porque era homem. Eu tinha que saber me comportar como menina: tinha que cuidar no vestir, no sentar, brincar só com menina, tinha que ajudar nas tarefas de casa, porque isso era trabalho de mulher. Isso quem dizia era minha mãe, porque assim ela pensava e nos ensinava.

Adolescência e Casamento:

Na adolescência, eu queria continuar a estudar, mas meu pai falava que mulher não precisava estudar, porque iria casar e ser dona de casa. Terminei o ginásio por esforço de minha mãe.

Casei-me muito nova, com meu primeiro namorado, que também achava que mulher era feita para criar filhos. Desde que minha primeira filha nasceu, ele não quis mais que eu trabalhasse fora, e eu obedeci. Assim foi minha vida, por muitos anos.

IGREJA:

Em relação à igreja, via que as mulheres eram ensinadas a ser submissas. Elas tinham a função de ser catequistas e poucas coisas mais. Naquela época, para mim, isso era normal. Eu não conseguia ver essas diferenças, porque os ensinamentos de casa me faziam achar que era correto assim. Hoje, consigo ver que grande parte da opressão sofrida pelas mulheres vem dos ensinamentos pregados pela igreja.

VIOLÊNCIA:

Quando comecei a discutir o assunto da violência, eu já era viúva, porque, quando era casada, também aconteciam algumas cenas de violência em minha casa, devido ao fato de meu marido ser alcoólatra. Hoje, vejo como poderia ter sido diferente se eu já tivesse o conhecimento que tenho agora sobre o assunto: saber que tenho os mesmos direitos e que existem pessoas que podem nos auxiliar. O que sabia antes, devido aos ensinamentos que recebíamos, era que a mulher tinha que ser submissa. Por isso, muitas vezes, não tomávamos uma atitude, pois aprendemos que “uma vez casada, não devia separar” (ensinamento passado pela igreja). Minha mãe dizia

³⁵ Margarida comunicou que não seguiu a ordem das perguntas para a realização do texto.

quando me queixava: “Ruim com ele, pior sem ele.” Ela pensava assim porque eu tinha três filhas pequenas, e que seria muito difícil criá-las sozinha.

Hoje, depois do curso, sei que poderia ter sido diferente. Teria mais coragem para tomar uma atitude. Só que aí, eu já tinha passado por tudo e já estava viúva.

O papel da mulher no casamento é de igualdade com o companheiro, divisão de tarefas, mesmos direitos.

Antes de fazer o curso, já participava da direção do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, uma categoria na qual mais de 60% eram mulheres e na direção éramos somente duas. O espaço era exclusivo de homens. Mesmo assim, nos organizamos e começamos a discutir a questão da mulher. Formamos um grupo autônomo, no qual discutíamos a opressão e a violência contra a mulher. Realizamos várias atividades neste sentido em nossa cidade.

PROMOTORAS:

Neste mesmo período, participava da Pastoral da Mulher e do Fórum de Mulheres. Fiquei sabendo do curso por uma mulher que fazia parte do Fórum. Achei que, fazendo o curso, aprenderia muito mais sobre como trabalhar a questão da mulher e o problema da violência. De fato, foi muito esclarecedor. É muito importante conhecer os direitos que temos.

Conheci outras mulheres que, como eu, tinham o mesmo desejo, de ajudar mulheres que sofrem com a violência praticada contra elas e que desconhecem seus direitos.

Após o curso, me sinto mais inteira, mais satisfeita comigo mesma.

Como mãe, acho que consegui passar uma visão diferente a minhas filhas de como enfrentar as dificuldades e saber como lidar com elas.

Sou viúva, e aprendi a lidar com os preconceitos.

A minha relação com a Igreja não mudou muito, até porque, mesmo antes do curso, já entendia que a opressão sofrida pelas mulheres advinha da posição machista da igreja. Mulher não pode exercer o sacerdócio...

Depois do curso, sei que todos têm os mesmos direitos, que somos iguais, homem e mulher e que ambos devemos respeitar um ao outro.

Acho que hoje tenho mais condições de ajudar mulheres vítimas de violência, ouvi-las, encaminhá-las aos órgãos competentes e fazê-las entender que podem ter uma vida melhor.

Ter feito o curso foi um crescimento muito grande para mim como mulher. Depois do curso de Promotoras, minha vivência com Deus tornou-se algo mais relacionado com a Natureza, algo que não tem sexo, tanto pode ser um Deus homem ou uma Deusa, algo que se relacione com a minha vivência com as pessoas mais próximas. Deus, um Ser Único e, ao mesmo tempo, Múltiplo.

Minha fé se tornou algo que está dentro de mim, que eu acredito e necessito para enfrentar os problemas do dia-a-dia. Esta fé está relacionada com Deus, mas também fé em eu mesma, acreditando que eu posso.

O ecumenismo me mostrou que todos somos iguais, sem diferença de credos ou de raças, e procuro viver isso no meu dia-a-dia.

Suzana – PLP 1998 – 47 anos**a) Relembrando a convivência com sua família, na infância e adolescência, quais os comportamentos, valores, funções, que você era ensinada a assumir por ser mulher?**

A mulher era preparada para o casamento. Ainda adolescente, começava a fazer seu enxoval. Eu fui ensinada a sentar com as pernas fechadas, não mostrar a calcinha, não falar palavrão, fazer o serviço de casa, permanecer virgem até casar, ser submissa, “obedecer” ao pai, depois ao marido...

b) Na Igreja, quais valores, funções, comportamentos eram repassados às mulheres? Você percebe contradições entre estes ensinamentos e seu comportamento no dia-a-dia?

As mulheres limpavam e arrumavam as igrejas. Se não eram virgens, não podiam casar vestidas de noiva ou de branco. “Perder” a virgindade antes do casamento era considerado pecado, não podia comungar. Hoje, são as mulheres que continuam limpando e arrumando as igrejas. Com alguns avanços, algumas mulheres são ministras da eucaristia e da palavra, participam das diretorias e conselhos, algumas são presidentes, coordenadoras, mas ainda não nos é permitida a ordenação.

O casamento é uma opção que a mulher faz e não deve ser uma regra. O branco no casamento é um símbolo do puro, do amor, do compromisso, da sinceridade e não tem nada a ver com a virgindade da mulher.

c) Antes de conhecer os debates sobre a violência contra as mulheres o que o casamento representava para você? E agora?

Eu aprendi que, com o casamento, a mulher se tornava propriedade do marido, ela tinha que acompanhá-lo para onde ele quisesse, quando ele batia na mulher ninguém podia dizer nada, porque a mulher era dele, e o casamento era para a vida toda. Hoje, eu penso que, no casamento, os dois têm os mesmos direitos e deveres.

d) Hoje, quais as principais características que você destaca em relação a seu papel como mulher no casamento?

Como não estou casada, eu acho que é ser companheira e querer o mesmo de quem está ao seu lado.

e) Quando e por que você iniciou o curso de Promotoras Legais Populares?

Fiz o curso de PLPs em 1998. Eu trabalhava na Paróquia Santo Inácio como Agente de Pastoral, junto aos grupos de mulheres. As mulheres traziam seus problemas, e eu não sabia como ajudá-las. Foi aí que surgiu a oportunidade de fazer o curso. O curso me ajudou muito, não resolvi o problema das mulheres, mas pude apontar alguns caminhos.

f) Aponte as principais mudanças ocorridas em sua vida após a realização do curso de PLP's e das experiências como Promotora depois do curso, nos seguintes aspectos:

- Ser mulher – Como mulher, melhorou minha auto-estima, autoconfiança, e também posso passar isso para outras mulheres.

- Ser mãe – Hoje, acho que posso dizer que sou uma mãe melhor para meu filho, mais atenciosa, converso bastante com ele. Tanto eu como ele temos direitos, mas também temos deveres em casa.
- MULHER CASADA, SOLTEIRA, VIUVA... – Acho que me tornei mais exigente e mais cuidadosa em relação às escolhas
- Mulher e Igreja – Me dei conta de que a igreja é uma instituição que, na maioria das vezes, em nome do casamento indissolúvel, abafa a violência, principalmente quando se trata de violência entre casal. Mas nós podemos aproveitar o momento da celebração e das reuniões, encontros, para sensibilizar a comunidade, para apoiar as mulheres, e também ajudá-las a procurarem seus direitos e a igualdade entre mulheres e homens.
- Mulher e Poder – Acho que as mulheres, cada vez mais, devem ocupar seu lugar nos espaços de decisão.
- Violência e direitos humanos – Eu pensava que a pior violência era a física, mas hoje eu penso que aquela violência que não se vê é muito pior, porque essa é a que mais destrói o ser humano, e a lei nem sempre reconhece essa violência.

g) Sua vida na Igreja sofreu alguma mudança? Qual?

Acho que sim! Hoje, eu vejo que a igreja pode ser não apenas como uma instituição que salva, um lugar para oração ou para aliviar a consciência, mas a igreja pode ser um espaço onde as mulheres e os homens podem buscar a libertação, não apenas a libertação do pecado, mas se libertar da violência, da opressão, do poder, isso sempre com a ajuda e apoio da comunidade.

h) Depois do curso: Qual a sua vivência de Deus, da Fé e do Ecumenismo?

Para mim, a vivência de Deus se resume naquele versículo bíblico “que todos tenham vida e vida em abundância”. Ter vida e ter direito a saúde, educação, trabalho, moradia, é ter direito a uma vida digna.

Fé: Cada uma escolhe um projeto de vida, e a fé nos dá força e nos impulsiona para que o realizemos. A fé é aquilo que nos dá força para lutar e realizar aquilo que acreditamos.

Ecumenismo: aprendi a respeitar muito o que as outras pessoas acreditam.

Olívia Gomes- PLP 2005 – 63 anos**a) Relembrando a convivência com sua família, na infância e adolescência, quais os comportamentos, valores, funções, que você era ensinada a assumir por ser mulher?**

A minha convivência na infância com minha família foi muito boa. Esta época foi a melhor fase da minha vida. Dias de bastante liberdade, brincadeiras e cumplicidade entre os irmãos . A pesar de um pai bastante ausente. Ausência que foi compensada pela união dos irmãos e de uma mãe carinhosa. Mas a adolescência foi bem diferente, meu pai se fez presente, em vez de estudar tive que trabalhar, mas quem administrava o dinheiro era meu pai. Isso quer dizer que eu não via a cor do dinheiro e além disso foi me negado o estudo, mesmo sem custo. Referente ao comportamento e valores os meus pais não me passaram tais conselhos ou informações. Tive que buscar esses valores através da minha convivência, ouvindo críticas ou aprovações. Então, achei um jeito fácil de resolver, todas as atitudes que eram criticadas eu evitava fazer e a maior contradição era o velho ditado: “faça o que digo e não faça o que faço”. Outras contradições são as diferenças entre os filhos, uns tinham mais vantagens, privilégios, e até mais carinho. Além que para a mulher tudo era pecado e o homem tinha toda a liberdade.

As funções eram típicas de mulheres tais como os serviços caseiros. Os irmãos não eram obrigados a fazer coisas desse tipo. Eu era criticada quando lia um livro, mas se estava bordando era elogiada ou mesmo nos serviços caseiros era aprovada. Eu como mãe nunca fiz distinção entre os filhos a esse respeito, tanto a filha e os filhos tinham obrigação e dever de ajudar nas tarefas da casa.

b) Na Igreja, quais valores, funções, comportamentos eram repassados às mulheres? Você percebe contradições entre estes ensinamentos e seu comportamento no dia-a-dia?

Na Igreja: os valores repassados eram de submissão, todo era pecado, as mulheres deviam ser mães e prepara-se o tempo todo para isso. O homem era o chefe da família e a mulher tinha que obedecer. A mulher sempre obedecia em casa ao pai, depois ao marido e na Igreja ao Padre, sempre devia obedecer aos homens.

c) Antes de conhecer os debates sobre a violência contra as mulheres o que o casamento representava para você? E agora?

Antes do conhecimento dos debates sobre a violência com as mulheres o casamento representava submissão, mesmo com certa rebeldia. O marido era o provedor, apesar de eu entregar todo meu salário a ele. Ele adquiriu todos os bens, mesmo quando eu ajudava a pagar. Atualmente, passei a entender as agressões verbais ou mesmo atitudes agressivas. Antes me sentia até explorada financeiramente e emocionalmente, mas era normal. Hoje me sinto fortalecida, procuro apoio e não escondo minhas mágoas.

d) Hoje, quais as principais características que você destaca em relação a seu papel como mulher no casamento?

Destaco hoje, que sou uma mãe independente, procuro viver como gosto, mas sem magoar, indo atrás dos meus direitos. Tento manter a serenidade, sou fiel e realista, sei que o príncipe encantado não existe. Se tiver um limão procuro fazer uma limonada. Agora sei que as coisas podem mudar, porque mudaram para mim. Acredito que podemos chegar a igualdade de direitos e lutar pelo que queremos.

e) Quando e por que você iniciou o curso de Promotoras Legais Populares?

Fiz o curso a convite de uma amiga, que já tinha feito. Achei o assunto muito interessante muito propicio a minha situação. Procurando buscar conhecimento sobre a questão da violência da mulher o curso veio a meu socorro.

f) Aponte as principais mudanças ocorridas em sua vida após a realização do curso de PLPs e das experiências como Promotora depois do curso, nos seguintes aspectos:

- Mulher:
- Mãe.
- Mulher Casada
- Mulher E Igreja.
- Mulher e Poder
- Violência e Direitos Humanos

As principais mudanças ocorridas na minha vida e das experiências após o curso nos aspectos como:

- MULHER: buscando a valorização, fazendo cursos, participando de atividades em grupos, fazendo parte de entidades como ong's e as plp's. Dar valor às amizades. Procuro viver da maneira que eu gosto mas sem magoar. Convivo de maneira mais alegre, busco minha valorização e também valorizo as outras pessoas
- MÃE: deixo os filhos viver a vida deles, mas ainda bastante presente dando conselhos e ajudando, sem me meter claro.
- MULHER CASADA: não ser submissa busco o direito a felicidade, ao respeito, dignidade não violência mesmo as verbais que podem ser tão dolorosas. Companheira sim, mas se sou boa para pagar as contas, então para participar das coisas boas, também sou boa.
- MULHER E IGREJA: agora não tenho muitas convicções religiosas, por achar que a Igreja prega a submissão da mulher perante o homem. Não acredito que Deus ao criar o homem e a mulher, criaria um inferior ao outro, já que são para completar-se.
- MULHER E PODER: sou um ser livre que posso ter minhas idéias e convicções. Compreendo que posso fazer qualquer atividade a qual eu esteja qualificada. Quero ter como referencia "eu, a Olívia", não como a esposa de Fulano.
- VIOLENCIA E DIREITOS HUMANOS: tenho consciência que temos um grande caminho a percorrer para o fim da violência e muito a ser feito pelos nossos direitos, a pesar das conquistas alcançadas. Temos que manter as lutas, para a diferença ser cada vez menor ,começando por casa já da uma grande diferença. Começando por casa e depois ir para a sociedade, para que exista um mundo melhor.

g) Sua vida na Igreja sofreu alguma mudança? Qual?

Minha vida na Igreja: acredito em Deus, mas não mais na Igreja, diria assim que estou decepcionada, pois a Igreja prega a igualdade mas inferioriza a mulher.

h)Depois do curso: Qual a sua vivencia de Deus,da Fé e do Ecumenismo?

Deus: eu tenho outra visão de Deus, e com isso outra visão da vida, das amizades, dos problemas, dos trabalhos. Deus é alguém que nos protege, nos socorre, nos respeita e faz que respeitemos as pessoas, que nos ensina o respeito, o carinho e o amor.

Fé: move-nos para ser pessoas boas e comprometidas, nos faz acreditar num mundo melhor, a superar os momentos difíceis, na dor, na doença e nos faz ser pessoas alegres.

Ecumenismo: é a união. Deus é o mesmo. Como o Deus da Igreja Católica pode ser mais verdadeiro que o das outras Igrejas? Agora, me dou conta se a Igreja é boa, prega a união, uma vida melhor para todos e para com isso: de qual Deus e qual Igreja é a verdadeira.